

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**CONCILIAÇÃO ENTRE PROFISSÃO, CONJUGALIDADE E
PATERNIDADE PARA HOMENS E MULHERES COM FILHOS NA
PRIMEIRA INFÂNCIA**

Ana Carolina Gravena Vanalli

São Carlos – SP

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**CONCILIAÇÃO ENTRE PROFISSÃO, CONJUGALIDADE E
PATERNIDADE PARA HOMENS E MULHERES COM FILHOS NA
PRIMEIRA INFÂNCIA**

Ana Carolina Gravena Vanalli

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia

Orientadora: Elizabeth Joan Braham

São Carlos – SP

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

V217cp

Vanalli, Ana Carolina Gravena.

Conciliação entre profissão, conjugalidade e paternidade para homens e mulheres com filhos na primeira infância / Ana Carolina Gravena Vanalli. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

153 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Psicologia. 2. Equilíbrio trabalho-família. 3. Paternidade. 4. Conjugalidade. 5. Gênero. 6. Trabalho profissional. I. Título.

CDD: 150 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

Ana Carolina Gravena Vanalli

São Carlos, 24/04/2012

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Joan Barham (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.^a Dr.^a Anne Marie Germanie Victorine Fontaine
Universidade do Porto/Portugal

Prof.^a Dr.^a Maria Rosa Rodrigues Rissi
Universidade de São Paulo/USP

Dr.^a Cláudia Maria Simões Martinez
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Dr.^a Fabiana Cia
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 09h no dia 24/04/2012.

Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Joan Barham
Prof.^a Dr.^a Anne Marie G. Victorine Fontaine
Prof.^a Dr.^a Maria Rosa Rodrigues Rissi
Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Simões Martinez
Prof.^a Dr.^a Fabiana Cia

Homologada pela CPG-PPGpsi na

_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Azair Liane Matos do Canto de Souza
Coordenadora do PPGpsi

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Compreensões acerca da família.....	03
As transições vivenciadas pela família brasileira.....	08
Características da família brasileira contemporânea.....	13
O casamento brasileiro contemporâneo.....	26
Atribuições profissionais de homens e mulheres brasileiros.....	31
Modelos que direcionam o estudo do equilíbrio trabalho e família.....	40
Objetivos.....	53
Método.....	54
Resultados e discussão.....	70
Discussão final.....	135
Considerações metodológicas.....	141
Indicações para pesquisas futuras.....	143
Referências bibliográficas.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percepção de carga de trabalho.....	78
Tabela 2: Descrição sobre a carga de trabalho profissional.....	79
Tabela 3: Percepção da importância do trabalho profissional.....	81
Tabela 4: Percepção de custos no trabalho após o nascimento do filho.....	83
Tabela 5: Percepção de modificações negativas no trabalho após o nascimento do filho.....	84
Tabela 6: Percepção de modificações positivas no trabalho após o nascimento do filho.....	86
Tabela 7: Percepção sobre o ambiente interpessoal no trabalho.....	88
Tabela 8: Percepção de modificações interpessoais positivas no trabalho após o nascimento do filho.....	89
Tabela 9: Percepção de modificações interpessoais negativas no trabalho após o nascimento do filho.....	90
Tabela 10: Percepção de modificações positivas no casamento após o nascimento do filho.....	94
Tabela 11: Percepção de modificações negativas no casamento após o nascimento do filho.....	95
Tabela 12: Horas dedicadas às tarefas domésticas nos dias de semana.....	97
Tabela 13: Horas dedicadas às tarefas domésticas nos finais de semana.....	97
Tabela 14: Horas dedicadas ao cuidado do filho nos dias de semana.....	101
Tabela 15: Horas dedicadas ao cuidado do filho nos finais de semana.....	101
Tabela 16: Frequência de envolvimento nos cuidados básicos com o filho.....	103
Tabela 17: Frequência de estimulação e interação afetiva com o filho.....	104
Tabela 18: Dificuldades na conciliação dos diversos envolvimento.....	107
Tabela 19: Satisfação com o apoio emocional recebido do cônjuge.....	114
Tabela 20: Recursos externos desejados para facilitar o equilíbrio entre trabalho e família.....	118
Tabela 21: Satisfação com o trabalho.....	121
Tabela 22: Satisfação conjugal.....	122
Tabela 23: Satisfação com desempenho familiar.....	122
Tabela 24 Satisfação com a vida.....	124
Tabela 25: Percepção de estresse.....	125
Tabela 26: Percepção de auto-estima.....	126
Tabela 27: Percepção de qualidade de vida.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo que embasa a análise das trajetórias de homens e mulheres em relação ao equilíbrio trabalho-família.....	50
Figura 2: Significância das relações previstas pelo modelo de equilíbrio entre trabalho e família, para os homens.....	128
Figura 3: Significância das relações previstas pelo modelo de equilíbrio entre trabalho e família, para as mulheres.....	131

Vanalli, A.C.G. (2012). Conciliação entre profissão, conjugalidade e paternidade para homens e mulheres com filhos na primeira infância. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, S.P.

Resumo

A necessidade do estudo de equilíbrio entre demandas profissionais e familiares parte da experiência de casais que procuram desenvolver suas carreiras ao mesmo tempo em que criam seus filhos e que passam por conflitos em casa e no trabalho, em função das reais dificuldades que existem para conciliar estes envolvimento, na ausência de estratégias e recursos que lhes permitem estabelecer um equilíbrio mais adequado. Focando nesta fase de vida destes casais, com este estudo, buscou-se abordar dois objetivos principais: a) comparar homens e mulheres em relação a cinco fatores: recursos pessoais, envolvimento profissionais, conjugais, domésticos e parentais; utilização de recursos externos; satisfação com seus envolvimento e bem estar psicológico, buscando desta forma verificar semelhanças e diferenças nas trajetórias para cada sexo, nesta fase de suas vidas; e b) verificar as relações entre estes cinco fatores, para homens e para mulheres, segundo o modelo de equilíbrio trabalho família que embasa este estudo. Para tal, foi desenvolvido um roteiro de entrevista, estruturada a partir de um modelo de equilíbrio trabalho família novo, baseado em outros já existentes na literatura científica. Entrevistou-se, individualmente, ambos os membros de 50 casais, que eram de diferentes idades, profissões e níveis sócio-econômicos. Todos estavam trabalhando e criando um filho de até 5 anos de idade. A entrevista continha questões abertas, junto com escalas padronizadas, utilizadas em pesquisas na área de equilíbrio trabalho-família. Comparou-se as respostas dos homens e mulheres que participaram por meio do exame da frequência com a qual diferentes categorias de respostas emergiram nos seus relatos verbais, utilizando análises estatísticas inferenciais para comparar os escores obtidos nas escalas padronizadas e, por fim, observando as relações que surgiram entre os cinco fatores que o compunham o modelo teórico de equilíbrio trabalho e família, por meio de análises de regressão linear. Os resultados indicam trajetórias familiares e profissionais distintas para os homens e as mulheres que participaram deste estudo. Notou-se a subvalorização do trabalho profissional feminino, uma vez que as mulheres recebiam salários mais baixos do que os homens. As mulheres também relataram maiores dificuldades do que os homens para conciliar as demandas que enfrentavam, junto com níveis mais altos de sobrecarga e estresse e menor satisfação com o apoio no ambiente de trabalho. As estratégias utilizadas eram marcadas pela divisão desigual de tarefas familiares entre os cônjuges, embasadas na concepção tradicional de gênero. De forma similar, as estratégias institucionais de apoio se mostraram insuficientes para ambos os sexos e não contemplavam as necessidades dos pais de filhos pequenos. Visto que envolvimento simultâneos no trabalho e na família estão se tornando normativos, os resultados deste estudo apontam para a necessidade da criação de intervenções que preparem os casais para dividir de forma mais igualitária as demandas familiares, ao mesmo tempo em que sejam ampliadas as estratégias institucionais para apoiar funcionários e implementadas políticas públicas que apoiem casais com filhos na primeira infância.

Palavras-chave: profissão, casamento, envolvimento parental, gênero, equilíbrio trabalho-família.

Vanalli, A.C.G. (2012). The balancing of paid work, marital relationships and parenting involvements among men and women with young children. Unpublished doctoral thesis. Federal University of São Carlos, São Carlos, SP.

Abstract

The need to study work-family balance derives from the experiences of couples who are developing their careers at the same time as they are raising children, and who enter into conflicts at home and at work as a result of the great difficulties that exist to integrate these involvements, in the absence of strategies and supports that would better enable them to establish an adequate level of balance. Focused on couples in this phase of their lives, this study was designed to address two key objectives: a) compare men and women with respect to five factors: personal resources; their professional, marital, household and parental involvements; use of external resources; satisfaction with their involvements; and psychological well-being, so as to identify similarities and differences in the trajectories for each sex, at this stage of their lives; and b) verify the relationships that exist among these five factors, for men and for women, on the basis of the work-family model that underpins this study. As such, an interview protocol was developed, based on a new model of work family balance derived from other models described in the research literature. Individual interviews were conducted with each member of 50 couples, who differed widely in terms of their ages, occupations, and socioeconomic levels. All the study participants were engaged in paid work and were raising a child of up to 5 years of age. The interview protocol included open-ended questions, as well as standardized scales used in other studies in the area of work-family balance. The responses of male and female participants were compared by examining the frequency with which different categories of answers emerged in their verbal accounts, using inferential statistics to compare their results on the standardized scales, and, finally, comparing the relationships that emerged among the five factors included in the theoretical model of work-family balance, using linear regression analyses. The results indicate distinct family and professional trajectories for the men and women who participated in this study. The undervaluing of women's professional work was reflected in the lower salaries paid to the women in comparison with the men. The women also reported greater difficulties than the men to reconcile the demands they faced, together with higher levels of burden, stress and lower satisfaction with workplace support. The strategies used by the couples were marked by the unequal division of family work, reflecting traditional gender perspectives. In a similar vein, the support that was available via organizational strategies was insufficient for both sexes and didn't meet the needs of parents of young children. Given that simultaneous work and family involvements are becoming normative, the results of this study point to the need to create interventions that can prepare couples to more equally share family demands, as well as widening institutional strategies to support workers and introducing public policies that can help couples with young children.

Key words: work, marriage, parenting, gender, work-family balance.

Introdução

Este estudo visou analisar algumas famílias brasileiras contemporâneas, em uma de suas configurações mais frequentes – aquela que contempla o pai, a mãe e o(s) filho(s) – em um contexto que está se tornando normativo e idealizado, em que ambos os membros do casal mantêm ocupações remuneradas fora do ambiente de suas casas. Neste contexto onde homens e mulheres buscam organizar as demandas do trabalho profissional, do casamento e do cuidado de filhos encontra-se a necessidade de desenvolvimento de habilidades pessoais para ocupar e dividir espaços sociais e responsabilidades diferentes do que em épocas anteriores. A esse respeito Matias, Andrade, Fontaine, Biasoli e Martinez (2008) dissertam sobre as distintas trajetórias vivenciadas por homens e mulheres no ajustamento entre trabalho e família, a partir de uma perspectiva de gênero. Estas autoras ressaltam que estes dois papéis sociais - familiar e laboral - têm sido vistos como os mais significativos da vida adulta, e, por esse motivo, dignos de serem investigados de forma cuidadosa, para que este novo ideal social seja vivenciado de forma saudável e sustentável. Desta forma, um número maior de pessoas que quisesse seguir este padrão poderia contar com as habilidades pessoais e apoios externos para transformar o que almejam em um resultado alcançável. Essas autoras sublinham que a partir da década de 1980, tem crescido o número de estudos que investigam a união dos papéis laborais e familiares e suas conseqüências para o bem estar dos indivíduos, sendo esta uma área prioritária para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas por envolver mudanças culturais de grande extensão. Considerando este um cenário relativamente recente, crescente e duradouro, torna-se visível a necessidade da área científica estudar como os casais, incluindo a atuação de homens e mulheres nos diferentes contextos, estão organizando essas demandas conjuntas, visando identificar dificuldades e desafios, bem como, estratégias de enfrentamento, com reflexos para seu bem estar psíquico.

Para fundamentar este estudo, buscou-se revisar a literatura nacional e internacional a respeito do equilíbrio entre o trabalho e a família, sobretudo para casais de dupla carreira com filhos na primeira infância. A revisão bibliográfica foi dividida em seções, iniciando-se pela conceituação de família e destacando-se sua função na vida dos indivíduos. Posteriormente, teceu-se uma breve descrição das modificações que a família brasileira experimentou no decorrer dos séculos, finalizando-se com considerações sobre algumas características da família nuclear atual, alvo deste estudo. A seguir, encontra-se uma seção no qual foram discutidas algumas características dos casais heterossexuais com filhos e a importância da relação conjugal para os indivíduos adultos. Em seguida, foram apresentados os papéis que homens e mulheres ocupam nas relações de trabalho profissional e como estes podem ser influenciados pela cultura. Por fim, foram trazidos alguns modelos clássicos que buscam direcionar a análise das relações entre trabalho e família, destacando-se os benefícios e prejuízos refletidos nas diferentes demandas e recursos internos e externos ao indivíduo. A partir destes modelos, buscou-se sintetizar um modelo que contivesse os principais fatores envolvidos neste processo, que envolvesse a influência do transcorrer do tempo nas vivências dos casais, modelo este que foi testado neste estudo.

Compreensões acerca da família

Nesta seção, propõe-se revisar as contribuições da literatura acerca do conceito atual de família e realizar uma análise da importância do contexto familiar para o desenvolvimento dos indivíduos, ciente de que estas interações afetivas encontram-se presentes no decorrer de todo o ciclo vital, desde a tenra infância até o final da vida adulta, demonstrando peculiaridades de acordo com a fase em que se encontram. Por exemplo, podem ser citadas as responsabilidades enfrentadas por casais que são pais de crianças pequenas, que se distinguem claramente das vivenciadas por aqueles com filhos na adolescência. Estas particularidades também estão presentes em famílias que atravessam a mesma fase de vida, já que as habilidades dos indivíduos e os contextos nos quais estão inseridos interferem nas demandas enfrentadas pelos casais. Assim, cada grupo familiar possui um padrão de interação próprio, que reflete as habilidades e crenças dos indivíduos em determinado contexto social e momento histórico.

Como apontado por Passos (2005), estudar a família na contemporaneidade se coloca como um desafio, uma vez que esta se encontra em constante transformação, tanto no que se refere às relações entre seus membros ao longo da vida familiar, quanto às interações entre a família e os outros grupos sociais com os quais esta mantém contato. Tendo em vista o papel do núcleo familiar e os processos envolvidos na estruturação deste, Narvaz e Koller (2006) comentam que a formação da família é um fenômeno determinado por fatores psicossociais, sendo que as diferentes organizações familiares foram se configurando, no decorrer da história, de acordo com as necessidades de manutenção e segurança dos indivíduos.

Ciente de que as múltiplas possibilidades de família visam atender os anseios dos indivíduos e dos grupos, Passos (2005) ressalta que, nos últimos tempos, houve a quebra do paradigma da família como sendo formada, principalmente, para atender às necessidades

financeiras e de segurança dos indivíduos ou com a finalidade da perpetuação da descendência. Ou seja, as pessoas, nos dias atuais, tendem a sentirem-se mais livres para iniciar relações íntimas de acordo com suas preferências, de forma que tanto as famílias que são compostas por mães, pais e filhos, bem como as que apresentam outras estruturas menos tradicionais, desfrutam dos benefícios da percepção de poderem fazer escolhas pessoalmente gratificantes. Contudo, embora essas mudanças estejam presentes, ampliando as possibilidades de ser casal e ser família, a organização social brasileira ainda está fortemente pautada no desejo de homens e mulheres de conviverem em um relacionamento conjugal no qual possam compartilhar suas vidas e tornarem-se pais e mães.

Uma vez considerada a diversidade das configurações familiares possíveis nos dias atuais, de forma geral, Osório (1997) descreve a família como sendo uma unidade grupal onde se desenvolvem três modalidades de relacionamentos pessoais ligadas à forma de parentesco: *aliança*, na qual estão presentes os relacionamentos ligados à formação do casal amoroso; *filiação*, na qual estão incluídos os relacionamentos entre filhos e pais e, *consangüinidade*, que envolve a ligação entre os irmãos. Esses relacionamentos podem diferir em função da existência ou não de vínculos biológicos, dos papéis sociais compreendidos e da convivência ou não de indivíduos de diferentes gerações. Outra característica das famílias, apontada por esse autor, remete a sua composição, sendo que esta pode se apresentar sob três formatos básicos: a *nuclear*, constituída por pai, mãe e filho(s); a *extensa*, composta também por outros membros, além daqueles que pertencem à família nuclear, com laços de parentesco e a *abrangente*, que inclui os membros que coabitam, mesmo não sendo parentes.

Independente da configuração, um aspecto importante da família diz respeito a sua função no desenvolvimento dos indivíduos, já que, por meio destas relações próximas, seus membros vão adquirindo suas identidades pessoais e sociais. Além disso, as famílias são responsáveis pela transmissão para as gerações posteriores de valores éticos, estéticos,

religiosos e culturais, considerando-se, também, os cuidados físicos necessários para sua sobrevivência (Osório, 1997).

Dado o valor da família para os indivíduos, Prado, Piovanotti e Vieira (2007) discutem a função paterna e materna no desenvolvimento das crianças, ressaltando que, ao assumirem responsabilidades em relação ao filho, pais e mães, em geral, se esforçam para promover um ambiente facilitador do desenvolvimento cognitivo e emocional deste. Pensando nisso, esses autores comentam que, além de garantir a saúde física do seu filho, tanto a função materna quanto paterna inclui uma diversidade de atividades como: brincar, servir de modelo, apoiar as vivências escolares e participar de atividades que envolvam comunicação e lazer. Estas atividades requerem que os pais e mães sejam capazes de perceber e responder às necessidades psicológicas de seus filhos, superando os desafios que encontram em seu cotidiano para criar um espaço relacional que permita a expressão das potencialidades de cada membro familiar e a realização pelas pessoas de atividades que sejam mutuamente gratificantes.

Uma reflexão sobre a amplitude de recursos pessoais incluídos no desempenho do papel paterno e materno traz à tona um conceito utilizado para descrever habilidades que levam à superação de dificuldades, denominado *resiliência*. Este conceito é definido por Silva, Lunardi, Lunardi Filho e Tavares (2005) como a capacidade de responder de forma positiva às demandas que a vida impõe. Nesse sentido, ao discutirem os processos vivenciados pelos indivíduos e suas famílias que os possibilitam enfrentar de forma positiva as situações difíceis encontradas em seu cotidiano, esses autores ressaltam que a resiliência se constitui em um processo construído de forma gradativa, que se processa nas relações estabelecidas com as pessoas significativas, desde o início da vida dos indivíduos. Ou seja, as habilidades interpessoais dos pais se mostram tão importantes quanto os recursos materiais

que a família tem disponíveis, no que se refere a lidar de forma adequada com os desafios com os quais os indivíduos se deparam.

Estudos recentes têm considerado a influência tanto dos homens quanto das mulheres no desenvolvimento dos filhos, entretanto, esta preocupação nem sempre esteve presente (Cia & Barham, 2008). Tal afirmação provém da constatação de que, no último século, pesquisas sobre a qualidade dos cuidados “parentais” oferecidos às crianças contavam maciçamente com dados que descreviam a interação das crianças com suas mães, uma vez que estas estavam na maior parte do tempo, com seus filhos, ao contrário dos pais.

Dada a importância do papel masculino na criação de filhos, partindo-se de uma revisão recente da literatura sobre a influência do papel paterno no desenvolvimento infantil (Cia & Barham, 2009), nota-se que muitos estudos têm apontado para a essencial contribuição do pai. Este passa a ser visto não só como coadjuvante na vida do filho ou como apoio à interação da mãe com a criança, assumindo o papel de provedor que garante o bem estar familiar, mas sim como peça fundamental para o adequado desenvolvimento de seu filho. Estas autoras encontraram que a maior frequência de comunicação entre pai e filho e a participação do pai nos cuidados e nas atividades escolares, culturais e de lazer das crianças, estavam associada à menor frequência de comportamentos hiperativos e condutas infantis inadequadas. Neste sentido, Cia, D’Affonseca e Barham (2004) constataram que a maior frequência de envolvimento do pai na vida escolar do filho estava associada ao desempenho acadêmico mais produtivo das crianças. Esses estudos são exemplos dos efeitos positivos da participação construtiva dos homens na criação de filhos. Dantas, Jablonsky e Feres-Carneiro (2004) também discutem a valorização da presença efetiva dos homens na vida de seus filhos, apontando para o surgimento de uma nova concepção de paternidade que vem se formando e incorporando valores distintos dos presentes em gerações anteriores.

Apoiando a concepção do papel essencial da família na vida dos indivíduos, Amazonas e Braga (2006) reforçam a presença das influências familiares nos caminhos percorridos pelos indivíduos durante toda a sua vida. Essas autoras comentam que, embora a constituição dos grupos familiares tenha atravessado diversas mudanças no decorrer dos tempos, fazer parte de uma família ainda se mantém como algo desejado e idealizado pela maioria dos indivíduos adultos. Nesse sentido, o principal fator que confere importância à família não se relaciona com a configuração que esta assume, mas sim, com a função que desempenha durante todo o percurso vital das pessoas.

Tendo como certo o caráter essencial das vivências familiares para os indivíduos, se faz importante analisar as características que a compõe. Osório (1997) afirma que definir o termo família é uma tarefa difícil, uma vez que sob esta denominação estão incluídas diferentes modalidades de relacionamentos, com distintas funções e papéis assumidos por seus membros no decorrer da história. Esse autor argumenta que as variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas têm uma grande influência sobre distintas composições familiares em diferentes épocas. Assim, como já vem sendo discutido ao longo desse trabalho, a palavra família não designa uma instituição padrão, fixa e invariável, já que tem existido em configurações e por mecanismos diversos. Desta maneira, conhecer as transformações vivenciadas pelas organizações familiares, desde a colonização do Brasil, auxilia na compreensão dos fatores que afetam as características assumidas pelas famílias brasileiras atuais.

As transições vivenciadas pela família brasileira

Nesta seção pretendeu-se realizar uma breve revisão da história da família brasileira, destacando as principais mudanças ocorridas em suas práticas e nos papéis atribuídos aos seus membros no decorrer do tempo. Há um consenso na literatura sobre a constatação de que as maneiras pelas quais as relações familiares e conjugais ocidentais são construídas e vivenciadas vêm sofrendo profundas modificações no decorrer das últimas décadas. Sobre essa temática Amazonas e Braga (2006) ressaltam que, além do fato de ter havido intensas mudanças nas configurações e nos papéis exercidos pelos membros da família, em nenhum período da civilização humana pode-se considerar que houvesse apenas uma forma de família, sendo que, embora com características predominantes da época, sempre existiram configurações familiares com características próprias. De acordo com o período analisado, a maioria das famílias era fortemente marcada por características fundamentais que definiam sua função e sua estrutura.

Tomando por base as modificações na família no decorrer dos tempos, Sâmara (2002), em um rápido exame dessas transformações, apresenta as configurações familiares desde o início da sociedade brasileira, após a colonização européia, chegando às famílias atuais. Essa autora salienta que em momentos anteriores da história do país, os papéis dos sexos eram mais bem definidos no que diz respeito aos costumes e tradições que foram trazidos a algumas regiões por meio de seus colonizadores. Uma crença bastante forte nessa época era a que os homens deveriam ter o poder de decisão sobre mulheres e crianças, sendo o estabelecimento de normas morais e familiares submetido, essencialmente, ao controle do homem, visto como responsável por sua família. Esse, nessa época, assumia o papel de proprietário dos bens familiares, da esposa, dos filhos e dos criados dos quais dispunha. A família neste período, em termos gerais, era marcada por papéis definidos de acordo com o sexo dos integrantes.

Enquanto às mulheres cabia o papel de mãe e esposa, permanecendo durante a maior parte do tempo no interior de suas casas, os homens assumiam o papel de provedor principal da família, por exercerem atividades de trabalho remuneradas fora do lar e por serem responsáveis pelo provimento financeiro dos seus familiares.

Essa autora continua sua análise pela história da família brasileira destacando que, com o transcorrer dos anos, as formas de produção de bens de consumo foram se alterando, fazendo com que o país deixasse de ser predominantemente monocultor, a partir do surgimento de novas formas de produção agrícola e da utilização de maquinário, o que possibilitou a fabricação de manufaturas. Com a crescente industrialização, a mulher pôde começar um movimento para desvencilhar-se de sua função essencialmente doméstica, atuando de forma cada vez mais efetiva na produção de bens e na realização de serviços exteriores as suas casas. O ingresso da mulher de maneira ativa no trabalho formal e externo ao lar influenciou a organização na qual se sustentava o sistema familiar, distanciando-o gradativamente do modelo anteriormente vigente.

Ao analisar as atribuições profissionais marcadas pelas diferenças entre os sexos, Heilborn (2004) comenta que a divisão social por gênero, termo definido pela autora como *os atributos culturais e responsabilidades sociais alocados a cada um dos sexos e que influenciam a atuação social de homens e mulheres*, vem sendo reconstruída nas últimas décadas. Sobre as definições do termo, Gomes, Diniz, Araújo e Coelho (2007), discutem que gênero é um conceito que surge como referencial teórico para a análise e compreensão da diferença entre o que é esperado e permitido aos homens e mulheres em determinado contexto social. Da mesma forma, Araújo (2005) discute que a palavra gênero, nas últimas décadas, desvinculou-se de questões ligadas a fatores físicos de distinção entre os sexos e passou a referir-se às diferenças no contexto cultural e social que levam à internalização dos papéis masculinos e femininos, podendo servir de base para análises políticas e sociais dessa questão.

Essa autora aponta que, a partir dos anos de 1970 e, principalmente, durante os anos de 1980, surgiram reflexões a respeito da igualdade e desigualdade entre os sexos, ampliando as possibilidades de mudança em relação ao que era socialmente esperado de homens e mulheres e possibilitando um caminho para a quebra do vínculo das pessoas às atribuições estereotipadas relativas ao gênero.

A concepção de gênero também é discutida por Meneghel *et al.* (2003) quando comentaram que os papéis sociais de homens e mulheres, ainda hoje, são influenciados pela noção de *patriarcado*, definido pelo estabelecimento do poder masculino sobre o feminino, presente desde o início da história de colonização européia do Brasil. Analisando a definição de patriarcado, Narvaz e Koller (2006) salientam que este não se configura somente a partir da visão da autoridade do pai, mas sim da supremacia do homem sobre a mulher e do indivíduo mais idoso sobre o mais jovem.

Ainda que estejam sendo gradativamente superados, os estereótipos patriarcais de gênero continuam servindo de base para as atribuições sociais e profissionais de homens e mulheres nos dias atuais. Brito e D'Acri (1991) e Meneghel *et al.* (2003) consideram que o patriarcado seja o principal responsável pela forte ligação da mulher ao trabalho doméstico, colocando-a, prioritariamente, na esfera privada e distanciando-a do mundo social e político em comparação aos homens. Mulheres e homens, de acordo com essa concepção, seriam socializados por suas famílias e reforçados pela cultura para agirem de forma a manter as concepções tradicionais a respeito dos locais e funções reservados a cada um dos sexos.

Um exemplo importante da histórica desvalorização feminina no interior da família e da sociedade é discutido por Lopes (2006) quando aponta que até 1988, o ordenamento jurídico visava “proteger” as mulheres que trabalhavam fora do lar, por meio de proibições quanto a algumas condições de trabalho consideradas mais desgastantes em termos físicos e emocionais. Essa autora cita que essas medidas incluíam a proibição do trabalho noturno ou a

possibilidade de fazer horas extras, em especial se as mulheres fossem casadas. Ao mesmo tempo, as medidas utilizadas para proteger o trabalho feminino também garantiam a presença delas no interior de suas casas, uma vez que existia o pressuposto que possuíam, primordialmente, a função de cuidar da família. As restrições ao trabalho das mulheres eram embasadas por crenças vigentes, naquele período, a respeito da fragilidade física e psíquica feminina e da centralidade da mãe na criação dos filhos, até porque as opções para cuidados infantis de boa qualidade, fora do ambiente doméstico, eram pouco acessíveis para a maioria das famílias. Desse modo, à medida que as mães tinham piores condições de apoiar a família financeiramente -- primeiramente por possuírem maior número de tarefas domésticas e, em consequência disso, por encontrarem maior dificuldade que os maridos para alcançar os cargos com remuneração mais vantajosa -- os homens casados voltavam-se para garantir a manutenção financeira da família.

Ao comentar o percurso histórico da profissionalização feminina, Lopes (2006) aponta que a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 foi um marco na concepção de igualdade entre homens e mulheres. Isso porque significou, na esfera legal, a superação do paradigma jurídico que legitimava a organização patriarcal, fazendo com que desaparecesse a figura masculina como chefe da sociedade conjugal e familiar e possibilitando uma nova construção de valores a respeito do exercício social masculino e feminino.

Atualmente, de forma geral, o modelo patriarcal é avaliado de forma negativa em função do baixo prestígio social atribuído às atividades femininas, inclusive as realizadas fora do lar. A mudança nas crenças a respeito da divisão tradicional de trabalho em função do sexo teve como fator desencadeador a decorrente industrialização do país e a utilização da mão-de-obra feminina nos postos de trabalho, fazendo com que os papéis sociais e conjugais, desempenhados por cada membro do casal, fossem se modificando (Gomes *et al.*, 2007). Essas autoras salientam que de forma crescente e constante, o homem vem dividindo com a

mulher sua função tradicional de provedor da família e detentor do poder de decisão sobre a vida de seus membros.

Todavia, não se pode considerar que as concepções de gênero que influenciaram tão vigorosamente as funções sociais e familiares de homens e mulheres desde o Brasil colonial tenham se modificado por completo. Quanto a esse assunto, Gomes *et al.* (2007) comentam que muitos núcleos familiares ainda encontram-se permeados pela visão patriarcal. Assim, a família contemporânea estaria reproduzindo, em maior ou menor grau, a desigualdade social relativa ao que é esperado do comportamento de homens e mulheres, uma vez que as relações sociais ainda estariam sendo influenciadas pela visão tradicional na qual o homem ocupa, em relação à mulher, um papel social privilegiado.

A partir da revisão histórica que permitiu um breve resgate do processo de modificação da estrutura familiar brasileira e dos papéis desempenhados por homens e mulheres em diferentes momentos, pretendeu-se discutir, na próxima seção, algumas das características presentes na organização familiar brasileira do início do século XXI que influenciam a atuação social de homens e mulheres.

Características da família brasileira contemporânea

Nesta seção serão discutidos os papéis de homens e mulheres na família brasileira atual, buscando compreender algumas das características desta e os processos nela envolvidos.

Uma das maneiras, embora não seja a única, pela qual se inicia uma nova família, é a escolha que um homem e uma mulher fazem ao unirem-se amorosamente, engajando-se em um relacionamento conjugal e assumindo a criação de um ou mais filhos. Sobre a formação de uma nova família e a opção por tornar-se pai e mãe Montigny, Lacharete e Amyot (2006) comentam que a transição para a maternidade e paternidade é um trajeto que solicita grande capacidade de adaptação. Esses autores consideram que a qualidade do suporte social de que o casal dispõe é um elemento essencial para a adaptação das pessoas a este novo papel. A percepção de adequação que o indivíduo tem de sua atuação depende das ações que as pessoas de seu meio social esperam ou apóiam, tornando-se um fator importante para o desempenho dos papéis conjugais e parentais.

Brow, Cerin e Warner-Smith (2007) comentam que o estresse enfrentado por muitos casais está relacionado com a pressão de tempo, principalmente, para casais jovens em que ambos os cônjuges trabalham e têm filhos e encontram dificuldades para conciliar essas diversas demandas. Esses autores salientam que o estresse diminui à medida que esses casais têm mais tempo para o lazer e atividades pessoais e gastam menos tempo com os cuidados familiares. Para isso, os casais devem contar com uma rede de apoio social e comunitária que envolva tanto serviços profissionais quanto a participação de familiares. Também se tornam importantes estratégias de apoio no local de trabalho dos indivíduos, sem desconsiderar as políticas públicas que auxiliam as pessoas nessa fase de suas vidas, na qual há grande concentração de afazeres.

Ao analisar as crenças sociais vigentes na realidade brasileira, nota-se que a sociedade aceita e espera, com cada vez maior intensidade, que as mulheres adquiram qualificação por meio da instrução formal e exerçam atividades remuneradas que as possibilitem participar do sustento financeiro de suas famílias. Como destacado por Narvaz e Koller (2006), mesmo com a maior independência feminina, percebe-se que a sociedade, em maior ou menor grau, deposita nos homens casados a maior responsabilidade pela manutenção financeira familiar, ao mesmo tempo em que coloca para a mulher, o papel de cuidadora principal dos filhos e das tarefas domésticas. Ao discutir a divisão de tarefas de acordo com o sexo, Gomes *et al.* (2007) considera que o fato da mulher ser a responsável pela gestação e amamentação dos filhos, torna maior a probabilidade desta, principalmente aquela que é mãe, permanecer um período maior em casa, em comparação com o tempo que os homens que são pais permaneceriam. Desta forma, a sociedade considera que a mulher, devido a sua condição biológica, é a pessoa mais indicada para se responsabilizar pelo cuidado da família, sendo a ela delegada a função de cuidadora não só da casa e dos filhos, mas também do marido, podendo ser responsabilizadas pelos problemas psicossociais que a família possa vir a enfrentar. Haveria uma condição socialmente desfavorável ao envolvimento igualitário dos homens e mulheres em relação aos filhos, já que os primeiros, ao serem responsabilizados pelo sustento da família, seriam impelidos a permanecer maior tempo fora de casa e darem prioridade às atividades profissionais em detrimento às familiares.

Acerca das diferentes expectativas em relação aos sexos, Prado *et al.* (2007) apontam que a avaliação dos homens a respeito de sua atuação parental tende a mostrar-se mais positiva do que a avaliação das mulheres sobre sua atuação, ou seja, estes tendem a avaliarem-se como sendo mais participativos na vida de seus filhos em comparação às auto-avaliações femininas. Esses resultados podem ser explicados pela alta exigência social que as mulheres enfrentam em relação aos cuidados infantis, usando como padrão para avaliar seu

desempenho o referencial presente em épocas anteriores, pautado na figura da mãe disponível de forma integral à função materna. Assim, as mulheres, mais que os homens, tenderiam a considerar que tempo que dedicam aos cuidados de seus filhos, por maior que seja não corresponderia ao desejável. Os autores fazem afirmações semelhantes quanto à participação de homens e mulheres em tarefas domésticas, sendo que os primeiros tenderiam a classificar sua atuação doméstica como sendo a desejável com maior frequência do que as mulheres, que em sentido contrário, tenderiam a avaliar sua atuação nas atividades domésticas como inadequada. Por fim, estes autores comentam que tanto homens quanto mulheres percebem a necessidade de maior envolvimento com seus filhos, muitas vezes dificultado pela escassez de tempo e excesso de atividades.

Ainda em relação às expectativas dos indivíduos quanto ao desempenho de papéis, Matias *et al.* (2008), discutem que as concepções de gênero podem exercer diferenças na forma como as pessoas lidam com as demandas da família, considerando-se a percepção de conflito ou facilitação relacionado às demandas conjuntas laborais e familiares. Ao realizarem uma análise das realidades do Brasil e de Portugal, essas autoras comentam que, em ambas as culturas, o papel familiar ainda é influenciado pela concepção de divisão tradicional de tarefas familiares. Considerando-se que as pessoas tendem a sentirem-se mais satisfeitas com sua atuação quanto mais próxima esta esteja daquela que ela entende como a esperada socialmente, as mulheres sentir-se-iam mais satisfeitas quando estivessem desempenhando papéis mais tradicionais. Outra reflexão destas autoras se refere ao fato de que as pessoas que encontram maior satisfação em seu desempenho familiar estarem mais propensas a perceber os benefícios trazidos por seu desempenho laboral. Em outras palavras, as pessoas que se percebem como desenvolvendo adequadamente seu papel familiar sentir-se-iam mais recompensadas e prontas para a ocorrência de transferência positiva de habilidades da família para o trabalho.

Como discutido por Matias *et al.* (2008) e Prado *et al.* (2007) as mulheres teriam maior dificuldade em perceber-se como competentes na conciliação entre as demandas profissionais e familiares, uma vez que as normas sociais nas quais foram educadas fariam com que estas exigissem de si mesmas um desempenho familiar com padrões de eficácia muito altos, levando-as a não perceberem-se como bem sucedidas na esfera familiar. No sentido oposto, as normas culturais seriam menos exigentes com os homens, já que os modelos familiares que estes estiveram expostos durante sua socialização não exigiam grande participação nas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, afetando positivamente a satisfação dos homens em relação a sua atuação no desempenho familiar.

Embora a divisão de atribuições por sexo ainda esteja presente nas famílias brasileiras, observa-se um movimento dos homens em direção a um maior interesse pela vida de seus filhos e o desejo de um envolvimento mais ativo e íntimo com sua prole. As pesquisas nessa área apontam que o engajamento dos homens nessas atividades vem sendo atrelado a elevados níveis de satisfação pessoal (Silva e Piccinini, 2007). Nota-se que as mudanças em relação ao atual envolvimento familiar masculino permitem que estes se tornem mais próximos de seus filhos e cônjuges, bem como mais participativos nas rotinas domésticas, contribuindo para o bem estar destes.

Embora venha ocorrendo um movimento de aproximação masculina com a esfera familiar, ainda encontram-se presentes fatores que não contribuem com o estreitamento dos laços entre os homens e suas famílias. Ao considerar alguns aspectos que podem desfavorecer a formação do vínculo afetivo entre os homens e seus filhos, Falceto *et al.* (2008) constataram que, nas situações nas quais havia menor envolvimento paterno, a mãe não estava realizando atividades profissionais externas a casa, bem como, estavam ocorrendo problemas no relacionamento entre o casal. O primeiro fator pode ser explicado pelo maior período de tempo que as mulheres que desempenham exclusivamente atividades de cuidado doméstico

passam com os filhos, cuidando das tarefas relativas a eles durante a ausência do pai. Nestas condições, restaria pouco espaço para a atuação do homem no contexto do lar. Outro fator para esse distanciamento se relaciona à crença de que, uma vez que a mãe não trabalha fora de casa, sua função é o cuidado das tarefas domésticas e a criação das crianças, desobrigando o pai desses cuidados, já que este ocupa a função de pessoa responsável pela manutenção financeira da família. O segundo fator pode ser explicado pelo fato de a mãe estar quase sempre na companhia do filho nos momentos em que o homem está em casa e, desta forma, uma vez que o casal encontra-se em meio às desavenças, o homem poderá encontrar menor espaço para aproximar-se do filho ou apresentar menor interesse pela função paterna.

Em relação à formação do vínculo afetivo entre os homens e seus filhos, Bustamante (2005b) sugere que o maior comprometimento masculino com a paternidade, bem como o interesse na execução de atividades paternas não se desenvolvem partindo somente de um vínculo biológico, geneticamente determinado. Além dos vínculos “naturais”, a intensidade dos laços afetivos que o pai forma com a criança, da mesma forma como ocorre na relação mãe e filho, é influenciada pela qualidade do relacionamento que o casal estabelece, pelas expectativas que o homem cultiva sobre o papel de pai e pelas experiências vivenciadas com seu filho desde a mais tenra idade.

Ao retornar o foco de análise para o papel materno, outra questão a ser discutida, quando se pensa nas atribuições sociais e familiares relacionadas ao gênero, se refere às mulheres sentirem-se como as principais responsáveis pelo bem estar e harmonia familiar. Gomide (2009) aponta que embora as mulheres executem funções profissionais remuneradas em ambientes externos a casa, em muitos casos, o comprometimento com a carreira profissional não as exime da responsabilidade ou mesmo diminui seus deveres familiares como o de cuidar dos membros da família. Assim, as múltiplas exigências, associadas às dificuldades de conciliação entre elas e a falta de rede de apoio social, podem gerar forte

culpa nas mulheres que são mães e acreditam que as situações negativas vivenciadas pela família são devido a sua negligência ou as suas condutas inapropriadas.

Um reflexo da crença da responsabilidade feminina em relação ao bem estar familiar pode ser visualizado em situações nas quais as tarefas domésticas executadas pelos homens são percebidas pelos membros da família como uma ajuda ou um favor que estes fazem às suas esposas ou suas mães, expressando a isenção masculina da responsabilidade principal no desempenho de tais atividades e a expectativa de que a mulher se ocupe das tarefas como parte de suas obrigações “biológicas naturais” (Wagner, Predebon & Mosmann, 2005). Essas expectativas diferenciadas quanto ao desempenho familiar masculino e feminino, ainda são mantidas pela educação familiar e pelas exigências distintas feitas aos meninos e às meninas quanto à participação nas atividades da casa, de forma que a presença das expectativas de divisão de tarefas por sexo nas gerações futuras persevera. A perpetuação dessas diferentes obrigações pode trazer conseqüências negativas para homens e mulheres. Essas exigências estimulam a sobrecarga de atividades familiares em relação às mulheres, dificultando sua permanência produtiva no mercado de trabalho, uma vez que essa situação pode desencadear problemas na conciliação trabalho e família. Por outro lado, essas mesmas exigências colocam sobre o homem a grande responsabilidade pelo sustento familiar, trazendo riscos psicológicos para eles, uma vez que são fortemente cobrados quando não conseguem atingir os padrões de segurança e conforto necessários à família (Amazonas e Braga, 2006).

Sobre a concepção da obrigatoriedade dos homens como principais provedores do sustento econômico da família e das mulheres como responsáveis pelos cuidados dos filhos, do marido e dos afazeres domésticos, Amazonas e Braga (2006), ainda apontam algumas constatações interessantes que demonstram a força da expectativa social de que as mulheres devem cuidar da rotina da casa. Por exemplo, mesmo nas famílias onde as esposas trabalham fora de casa o mesmo número de horas que seus esposos, as mulheres tendem a passar mais

tempo realizando atividades domésticas do que os homens. O maior envolvimento das mulheres nessas atividades também existe quando os maridos estão desempregados, embora, nesse momento, os esposos tenham maior disponibilidade de tempo. Percebe-se que, em boa parte das famílias que vivenciam uma situação de provimento familiar não tradicional, isto é, em famílias em que os homens não são os únicos responsáveis pela manutenção financeira, ainda mantém-se um funcionamento bastante clássico no desempenho dos cuidados familiares. Esse fato está baseado na concepção de que, mesmo que tenha maiores rendimentos que o marido, muitas vezes, os ganhos financeiros da esposa ainda são considerados como um complemento ao orçamento familiar, mais do que parte da base salarial responsável pela manutenção econômica da família (Wagner, *et al.*, 2005).

Refletindo sobre o desempenho das tarefas domésticas, Gravena (2006), ao entrevistar mulheres casadas que desenvolviam carreiras profissionais e eram mães de crianças de zero a dois anos, constatou que, além de seus esposos passarem menor número de horas realizando tarefas domésticas, maridos e esposas também tendiam a desempenhar diferentes afazeres em casa, agindo como se determinadas atividades fossem próprias de cada sexo. Desta forma, as mulheres realizavam com maior frequência tarefas que necessariamente deveriam ser desenvolvidas dentro do ambiente familiar como: cozinhar, lavar e passar roupas, sendo essas tarefas que demandavam alta frequência de envolvimento e que deveriam ser realizadas em horários fixos. Essas mulheres relataram que seus maridos assumiam tarefas como fazer compras e realizar pequenos consertos da casa, sendo que esses afazeres eram realizados com menor frequência e não demandavam horários tão pré-determinados. Assim, encontram-se ainda presentes, nas famílias contemporâneas, traços da visão patriarcal da divisão do trabalho por gênero.

Embora ainda sejam notados traços da visão patriarcal na organização das famílias atuais, ao longo do tempo, foram ocorrendo diversas modificações na forma como os

cônjuges interagem e nas metas que colocam para suas vidas. De acordo com Perucchi e Beirão (2007), uma importante parte das mulheres contemporâneas acredita que a concepção e a criação de filhos não requerem mais a manutenção da relação conjugal. De forma distinta às épocas anteriores, as mulheres consideram que podem criar seus filhos, mesmos que não possam contar com a presença ou, até mesmo a ajuda financeira, dos pais destes. As mulheres que se encarregam sozinhas, ou com pouca ajuda, da criação e sustento de seus filhos, tendem a compreender a paternidade como uma atuação que ultrapassava a manutenção financeira da casa, havendo por parte destas, uma grande valorização do pai atuante e presente em questões afetivas e educacionais das crianças.

Ao mesmo tempo em que uma nova concepção de paternidade vem surgindo, as crenças sobre a atuação das mulheres como mães também vêm se redefinindo. Scanove (2001) aponta que a maternidade como uma escolha feminina é um fenômeno moderno, consolidado no decorrer do século XX com o aparecimento de formas cada vez mais eficazes de contracepção. Essa autora ressalta que a opção pelo casamento e pela maternidade foi influenciada pelo avanço da industrialização e da urbanização do país, processos que ofereceram novas possibilidades de auto-sustento e de ocupação feminina. A partir do momento que as mulheres puderam ter maior acesso à educação formal e à formação profissional, estas começaram a assumir espaços públicos, tornando-se responsáveis por sua manutenção. Ao assumirem maiores responsabilidades fora de suas casas, elas também mantiveram grande parte das obrigações domésticas, o que fez com que a escolha pela maternidade passasse a ser alvo de maiores reflexões, uma vez que ter filhos exigia maior empenho das mulheres, podendo ser um fator que dificultaria o prosseguimento e progressão da carreira profissional. Uma vez que as mulheres passaram a exercer uma atividade profissional capaz de garantir-lhes independência, fazendo que não estivessem mais a mercê de outros, estas se sentiram mais capazes de tomar decisões e enfrentar desafios, demonstrada

pela autonomia na escolha de adiar, reduzir ou mesmo não ter filhos. De acordo com Carvalho, Pirotta e Schor (2000), as mulheres vêm compartilhando com os homens a responsabilidade pela contracepção, controlando-a de forma a poder escolher quando começar e parar de ter filhos e se desejam ou não concebê-los. A maior autonomia da mulher na contracepção de filhos, não dispensa a importância das decisões compartilhadas pelo casal e do planejamento familiar.

Embora a taxa de natalidade brasileira tenha diminuído no decorrer das décadas, como observado nos dados demográficos da população brasileira, o fato de ser pai e mãe parece ser algo ainda desejado por muitos casais, sendo o nascimento dos filhos considerado como um estágio importante e normativo do ciclo de vida familiar. Ser pai ou mãe de uma criança exige dos indivíduos modificações em muitos aspectos, incluindo adaptações no modo de vida de cada um dos pais e também na convivência que os cônjuges estabelecem, sendo que os meses de gestação funcionam como um período de preparação para os novos papéis que os cônjuges deverão assumir. Entretanto, a trajetória de preparação masculina para a chegada do bebê difere da feminina, uma vez que a mulher gesta a criança, passando por episódios importantes como dar à luz e amamentar. O fato de não ser afetado por modificações corporais no episódio da chegada de seu filho, exige dos homens envolvimento afetivo com sua parceira e com seu filho, ainda durante a gestação, para que possam sentir-se participantes do processo de tornarem-se pais. Além disso, o período gestacional e o momento de parto vivenciado pela mulher podem ser favorecidos quando o homem participa de forma ativa e positiva do processo (Piccinini *et al.*, 2004).

Nesse sentido, Motta e Crepaldi (2005) comentam que a parturiente, quando estabelece um bom vínculo emocional com o parceiro amoroso, considera a presença do companheiro uma valorosa referência emocional. Entretanto, essas autoras ressaltam que o envolvimento positivo entre os parceiros na preparação para o parto e no momento do

nascimento do bebê, pressupõe que o homem conheça suas possibilidades de atuação enquanto pai e desenvolva a crença de seu mérito nesse processo. Ainda sobre esse tema, Carvalho (2003) comenta que os pais, geralmente, são considerados como dispensáveis pelos serviços de saúde nas ocasiões de preparação para nascimento do filho e durante o parto, não sendo encorajados a fazer parte desse processo. Esses, muitas vezes, não encontram espaço para sua participação, sendo desvalorizados tanto na função de agente de apoio às mães, quanto na sua função paterna. As mães, muitas vezes, não veem seus cônjuges como participantes da chegada de suas crianças ao mundo e eles próprios não se reconhecem como detentores do direito e do desejo de estar presente no momento do nascimento de seus filhos.

Ao discutir o início do envolvimento dos homens com a função paterna, Falceto *et al.* (2008) salientam a importância do vínculo pai-latente desde o nascimento do bebê, considerando que a convivência nos primeiros meses de vida da criança são cruciais para o estabelecimento da função paterna de alta qualidade e para a satisfação masculina. A falta de incentivo à participação dos homens em eventos como gestação e parto pode ser considerada um fator preocupante, já que o compartilhamento da experiência entre o casal e o fato do pai assumir-se como presença importante para seu filho é essencial para o vínculo conjugal e para a ligação entre pai e bebê. Desta forma, assegurar ao pai, juntamente com a mãe, o direito e a legitimidade para participar da vida de seu filho auxilia na adequada função paterna e na união familiar.

Pensando sobre as funções de homens e mulheres na criação de filhos, Bustamante (2005b) realizou um estudo a respeito da divisão dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres. Esta autora encontrou que os cônjuges têm diferentes formas de cuidar sendo que, freqüentemente, os homens cuidam de assuntos relacionados a atividades lúdicas e a mulher de atividades rotineiras como cuidar da limpeza e alimentação das crianças. Dados parecidos foram encontrados por Gravena (2006), em sua pesquisa com mães de bebês com menos de

dois anos, inseridas no mercado de trabalho formal. As mulheres se encarregavam de tarefas de cuidado básicos com seus filhos, mais freqüentemente, que seus esposos, enquanto esses praticavam corriqueiramente atividades relacionadas ao lazer de seus filhos.

A forma de divisão entre pai e mãe dos cuidados dos filhos e das atividades domésticas é um fator a ser considerado. O compartilhamento de atividades pelos pais proporciona melhor qualidade de acompanhamento parental, resulta em menor sobrecarga para a mulher que trabalha fora, com maiores possibilidades de tempo para atividades pessoais e maior disposição no papel materno, ao mesmo tempo, possibilita ao homem o desenvolvimento ampliado de relações afetivas com os familiares e permite ao casal uma vivência conjugal mais próxima (Diniz, 1999). Nesse sentido, conhecer a divisão de tarefas entre o casal se faz de grande relevância para o estudo das famílias contemporâneas.

Embora criar e educar filhos demande muitos recursos pessoais do casal, este freqüentemente não está sozinho para cuidar dos filhos, uma vez que está imerso em um contexto maior que inclui a família extensa e a comunidade em que vive. A rede social de apoio tem grande valor nas transições vivenciadas por esse casal, sendo que o tipo de apoio oferecido se modifica de acordo com o contexto sócio cultural, o momento histórico e o estágio de desenvolvimento da família (por ex., número e idade dos filhos, inserção profissional dos pais). Sem dúvida, com a chegada de um bebê, altera-se a rede social de apoio, uma vez que são exigidas novas estratégias para lidar com os cuidados do filho (Dessen & Braz, 2000; Possatti & Dias, 2002).

Os pais dos cônjuges são uma das fontes de apoio do casal que, muitas vezes, assumem o papel de cuidadores das crianças enquanto os cônjuges trabalham fora de casa. Entretanto, com a saída das pessoas de suas cidades de origem para atividades de estudo e trabalho e a permanência, cada vez maior, das pessoas no mercado de trabalho, a possibilidade de apoio da família extensa vem diminuindo, exigindo dos casais outras formas de manejar os cuidados do

bebê, incluindo contratação de profissionais ou instituições (Dessen & Braz, 2000). Desta maneira, além da presença e disponibilidade de familiares, a composição da rede social de apoio também é influenciada pelos recursos financeiros dos pais no que se refere, além de outros aspectos, à capacidade de contratar serviços profissionais na área de cuidados, educação e recreação.

Em resumo, as mulheres vêm alcançando inserção profissional, embora continuem se responsabilizando mais que os homens pelas atividades familiares. Ao mesmo tempo, pesquisadoras como Gomes e Paiva (2003) vêm destacando que os homens também vêm passando por mudanças significativas em sua inserção profissional, social e familiar. Nesse sentido, Freitas *et al.* (2009) comentam que a visão patriarcal restringia a atuação do pai em relação aos seus filhos e ao ambiente doméstico, sendo a atribuição limitada de tarefas paternas vistas pelos homens como indesejáveis. Desta forma, ao longo das últimas décadas, o pai passou a assumir um papel mais ativo nas atividades domésticas, de cuidado com os filhos, engajando-se em interações mais próximas e afetivas. Araújo (2005) e Prado *et al.* (2007) assinalam que, à medida que a concepção sobre o papel do homem em relação à casa e aos filhos vem sendo modificada e ampliada, um número crescente de pais deseja compartilhar a responsabilidade de educar os filhos, estando mais presentes em suas vidas e se encarregando de tarefas relativas a eles. Assim, estão presentes hoje mais opções socialmente apoiadas para organizar a vida pessoal, profissional e familiar, resultando em diversas formas de se vivenciar a feminilidade e a masculinidade, sem que as pessoas se sintam tão presas a estereótipos, o que possibilita repensar as relações familiares e conjugais de forma a possibilitar maior satisfação a todos os indivíduos.

Além dos papéis familiares de homens e mulheres em relação ao cuidado da casa e criação de filhos, para analisar as vivências dos casais contemporâneos, faz-se necessário

realizar uma revisão que inclua as relações conjugais, destacando sua importância na vida dos indivíduos adultos.

O casamento brasileiro contemporâneo

Nessa seção apresentou-se o percurso histórico do casamento no decorrer dos anos, sendo apontadas algumas características dos casamentos brasileiros, bem como aspectos importantes para o estudo das relações conjugais.

Da mesma forma que a família veio assumindo distintas configurações desde o início da história brasileira, a vida conjugal também vem sofrendo modificações, seja em relação a sua função social, seja referente ao papel que cada cônjuge assume no relacionamento amoroso (Soares & Carvalho, 2003). Uma análise retrospectiva das uniões conjugais aponta que, de forma distinta a épocas anteriores, o matrimônio não é mais considerado apenas uma união proveniente de um ato jurídico ou religioso, mas sim uma relação social baseada na dependência mútua entre duas pessoas. Essa nova perspectiva sobre as uniões conjugais se encontra refletida em arranjos do cotidiano que atendem às necessidades e interesses de cada um dos cônjuges, incluindo o compartilhamento de planos de vida (Heilborn, 2004). Essa autora comenta que o casamento nasceu vinculado à passagem da infância para a fase adulta. A partir do momento que os indivíduos estavam aptos a desempenhar papéis sociais adultos, estes assumiam um compromisso público com um parceiro amoroso para fundamentar a construção de uma nova família, tornando-se responsáveis pelo provimento de si mesmos e manutenção e criação de novos membros da família, seus filhos. Heilborn (2004) ainda destaca que, embora tenha havido mudanças na vivência dos cônjuges, o matrimônio continua relacionado à idéia de uma transição na vida dos indivíduos, envolvendo maiores responsabilidades.

Buscando ilustrar as alterações nas características normativas das famílias brasileiras, Gomes e Paiva (2003) descrevem alguns aspectos do matrimônio desde a época do processo de colonização do Brasil por Portugal até os dias atuais, destacando suas diferentes funções sociais. De início, a constituição de uma nova família por meio do casamento tinha como

prioridade não o amor ou a fidelidade entre os cônjuges, mas fundamentalmente, a união entre duas famílias que tinham posses, tendo o casamento a função de garantir a manutenção da riqueza e da propriedade dentro de um determinado grupo social economicamente privilegiado.

Mais tarde, o casamento se tornou mais popular entre as pessoas de diferentes classes sociais e níveis financeiros. O matrimônio passou a ser considerado importante também por sua função dentro da religiosidade, uma vez que os dogmas religiosos preconizavam que o casamento tinha como função principal a manutenção da vida familiar, baseado na indissolubilidade da relação conjugal e na cooperação e fidelidade entre os membros do casal (Gomes & Paiva, 2003). Em um momento mais recente, tem-se a inversão entre a predominância dos interesses financeiros, havendo a preponderância dos aspectos amorosos no estabelecimento do relacionamento entre os membros do casal. Mais importante que a união entre as famílias ou o cumprimento de preceitos religiosos, encontra-se a satisfação dos cônjuges por estarem ligados um ao outro. Nessa perspectiva, os parceiros deveriam escolher-se mutuamente, movidos por sentimentos de afeto e compartilhamento de investimentos pessoais e metas de vida (Freire & Neri, 2009).

Para que se possa discutir as relações amorosas e matrimoniais atuais, deve-se atentar para as expectativas sociais de homens e mulheres em relação ao casamento. Considerando-se as atribuições sociais, Freitas *et al.* (2009) comentam que o comportamento feminino e masculino na vida conjugal se dá por meio de referenciais de gênero, aprendidos ao longo da vida, sendo esses aceitos e legitimados socialmente. Um dos primeiros agentes a influenciar as concepções acerca do comportamento de homens e mulheres frente ao casamento é o processo de socialização desenvolvido na família de origem dos indivíduos. Assim, as concepções dos pais ou cuidadores a respeito dos papéis sociais se tornam referências para os filhos, constituindo-se em modelos que poderão ser reproduzidos em suas relações amorosas e

passados para gerações posteriores. No entanto, o que se define por atribuições masculinas e femininas vem se transformando rapidamente, sendo que homens e mulheres agem diferentemente de seus pais e avós e precisam adaptar os modelos fornecidos pelas gerações anteriores para lidar com os desafios da vida contemporânea. O que é ser homem ou o que é ser mulher, ou seja, os comportamentos que são esperados de um ou do outro sexo estão sendo redefinidos, com a necessidade de descobrir novos padrões de conduta, que levem a melhorias no gerenciamento das atividades cotidianas.

Freitas *et al.* (2009) comentam que os homens foram surpreendidos pela ruptura da hierarquia doméstica na qual o pai tinha papel privilegiado de autoridade familiar, sendo esta, nos dias atuais, constantemente questionada. Para estas autoras, estas mudanças deram origem, a partir da década de 1970, a uma crise da masculinidade, que possibilitou aos homens refletirem sobre sua participação na vida familiar. A esse respeito, Rosa (2008) discute a crise da identidade do homem contemporâneo, a qual envolve *a não coincidência do sujeito consigo mesmo e com as representações as quais sua identidade masculina foi construída*. Esta autora ainda ressalta que mudanças em relação às atribuições e às expectativas do que é próprio do comportamento do homem podem causar angústias e inseguranças. A situação indefinida em relação às atribuições de homens e mulheres vivenciada pelos casais, atualmente, pode ser fonte de estresse por trazer consigo a incerteza de estar conseguindo dar conta do que deveria ser cumprido por um ou outro membro do par conjugal. Mas também, como destacado por esta autora, a existência de incertezas abre espaço para reflexões a respeito da relação estabelecida consigo mesmo e com o outro, permitindo ao homem questionar atribuições que eram entendidas como inatas do sexo masculino, como a total responsabilidade pelo sustento e poder decisivo na família e a impossibilidade de vivenciar sua afetividade da forma mais ampla.

Certamente, a participação das mulheres no trabalho remunerado alavancou as modificações de seu papel público, mas de forma igualmente importante, afetou as relações familiares e, principalmente, seus envolvimento amorosos. A este respeito, Bonzon (2003) destaca que as uniões conjugais contemporâneas sofreram modificações aceleradas em relação aos casamentos de gerações anteriores.

O aspecto mais importante do relacionamento marital que parece influenciar a vida dos indivíduos é a satisfação conjugal. Esta é conceituada por Norgren *et al.* (2004) como *a possibilidade de ter as próprias necessidades e desejos satisfeitos, assim como corresponder ao que o parceiro espera, resultando em sentimentos de bem estar, companheirismo, intimidade, afeição e segurança.* Ao apontar a relevância da satisfação com as relações conjugais para a saúde psicológica dos indivíduos, estas autoras discutem o fato das relações maritais duradouras e satisfatórias permitirem aos cônjuges se refugiarem de estressores externos, ao mesmo tempo em que possibilitam a abertura para outros sistemas sociais, configurando-se assim, uma variável de grande importância para o presente estudo.

Outra investigação a respeito de satisfação conjugal foi realizada por Garcia e Tassara (2003) na qual foi identificado que a maioria dos problemas conjugais era desencadeada por fatores envolvendo a qualidade da relação entre os parceiros ou discordâncias entre os parceiros em relação a comportamento destes com seus filhos. A comunicação entre os membros do casal era, muitas vezes, pobre, resultando em mal entendidos e entraves que impediam a negociação de modificações efetivas em suas formas de agir. Estas autoras comentam que, os parceiros amorosos tendem a iniciar o matrimônio com modelos idealizados de casamento, de forma que a satisfação conjugal se vincula com o quanto as vivências do casal se aproximavam ou não dos padrões esperados pelos indivíduos.

Em um estudo sobre os fatores risco para bons níveis de satisfação no casamento, Souza, Wagner, Branco e Reichert (2007) estudaram o relacionamento conjugal de casais de

dupla carreira que eram pais de crianças em idade escolar. Para a maioria deles, a satisfação e o envolvimento conjugal estavam prejudicados nessa fase da vida familiar, havendo fraco investimento na relação amorosa dos parceiros. Assim, as situações de conciliação entre matrimônio, trabalho e família, desses casais, refletiam rotinas de vida marcadas por sobrecarga de atividades, uma vez que para que pudessem progredir na carreira, ambos os cônjuges precisavam dedicar muito tempo às atividades profissionais. O tempo que lhes restava era investido nas atividades com os filhos, que devido a sua faixa etária, ainda dependiam muito do auxílio dos pais para realizar tarefas e demandavam grande atenção e cuidado. A alta demanda de atividades profissionais e parentais fazia com que esses casais acabassem relegando o relacionamento conjugal a um segundo plano.

Desta forma, estudar a satisfação conjugal em conjunto com a utilização de diferentes estratégias de conciliação do casamento com a vida profissional e responsabilidades parentais, tornou-se importante para o presente estudo.

Atribuições profissionais de homens e mulheres brasileiros

Nessa seção serão discutidas, além de dados históricos a respeito da inserção feminina no mercado de trabalho formal, as condições de trabalho e renda de homens e mulheres brasileiros na contemporaneidade.

No Brasil, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou a partir da década de 1970, provocada pelo movimento feminino que defendeu o direito da mulher a ter uma vida pública, incluindo trabalhar fora de casa (Ramos, 2002; Possatti & Dias, 2002; Wagner *et al.*, 2005). Ao mesmo tempo, a queda do poder aquisitivo das famílias, devido à existência de uma única renda, geralmente provinda dos homens, exigiu uma complementação no orçamento familiar, para manutenção do nível sócio-econômico, pressionando um maior número de mulheres a ingressar em atividades remuneradas fora do lar e a aceitação desse novo contexto por parte dos homens.

Considerando-se as discussões anteriores, acredita-se ser impossível analisar as relações profissionais de homens e mulheres sem levar em conta as atribuições de gênero que continuam a influenciar a vida das pessoas. Nesse sentido, Lopes (2006) ressalta que, embora a Constituição de 1988 tenha declarado a igualdade entre homens e mulheres em relação aos direitos e deveres, estas, ainda hoje, enfrentam maiores dificuldades na manutenção de sua vida laboral e, principalmente, no desenvolvimento de uma carreira de elevado prestígio social, especialmente, no período em que os filhos são pequenos. Esta autora argumenta que, embora a legislação trabalhista brasileira garanta à mulher o período de afastamento da licença maternidade, esse conjunto de leis não garante estabilidade no emprego durante toda a primeira infância dos filhos e, tampouco, condições especiais que possibilitem à mulher conciliar a manutenção da carreira e o cuidado de crianças pequenas.

A legislação trabalhista brasileira não reconhece a importância do envolvimento parental e familiar, de forma mais global, se limitando a estratégias de apoio à vida familiar

da funcionária somente nos primeiros meses de vida dos filhos. A escassa disponibilidade de estratégias institucionais para pais com filhos pequenos torna-se preocupante. Isso porque a presença e participação cotidiana de pelo menos um dos pais na rotina dos filhos, desde os primeiros anos, tem um forte impacto sobre o desenvolvimento infantil nas dimensões física, cognitiva e sócio-emocional, com impactos contínuos que podem ser evidenciados na adolescência e na vida adulta (Cia & Barham, 2009). Essas autoras ressaltam que as normas culturais que regem o mundo do trabalho pouco consideram os impactos que a rotina profissional dos pais pode acarretar em familiares dependentes ou até na relação conjugal. Para os homens, a situação é ainda mais desfavorável, considerando-se que eles contam com uma estratégia pública visivelmente insatisfatória para desenvolver atividades paternas, tendo direito a cinco dias de afastamento quando seus filhos nascem. A falta de integração entre as demandas profissionais e familiares torna previsível o surgimento de conflitos e prejuízos na tentativa de equilibrar essas duas esferas. Fica evidente a responsabilidade dos órgãos governamentais para repensar as políticas públicas que possam proteger a vivência familiar e interpessoal dos indivíduos.

Dessa forma, de maneira geral, o casal não conta com pouco ou nenhum auxílio de seu empregador durante o período pré-escolar de seus filhos, conhecidamente uma fase de grande demanda de cuidados para com a criança devido às necessidades que fundamentam o desenvolvimento futuro deste indivíduo. Como apontado por Bonelli (2005), as consequências para o homem e para mulher trabalhadores são diferentes após o nascimento dos filhos. Para os primeiros é esperado um envolvimento profissional ainda mais intenso. Para as mulheres, existem duas opções principais: seguir o padrão masculino ou seguir objetivos profissionais de menor grau. Assim, as que decidem ser mães costumam ter resultados profissionais menores que os homens, com impactos em todas as fases subsequentes de sua carreira, devido ao tempo dedicado à família. Esse fenômeno é conhecido

na literatura sobre relações de gênero como “teto de vidro”, estando sob essa denominação os fatores que dificultam, de forma lenta e gradativa, a progressão profissional das mulheres que não se submetem aos padrões de eficiência tradicionalmente considerados masculinos.

É notória certa predileção dos empregadores para investir no desenvolvimento profissional de funcionários do sexo masculino, com busca maior por homens no que se refere ao investimento em treinamentos e oportunidades de ascensão na carreira, resultando em maior remuneração e maior incentivo para o desenvolvimento profissional (Lopes, 2006). Essas afirmações podem ser evidenciadas por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) que revelam que a média de remuneração mensal recebida pelas mulheres esteve por volta de R\$ 509,00 no ano de 1992, subindo para R\$ 696,00 no ano de 2001, chegando a R\$ 773,00 no ano de 2007. Já a renda mensal dos homens esteve em R\$ 827,00 em 1992, subindo para R\$ 944,00 em 2001, chegando a R\$ 1.000,00 em 2007. Nota-se que uma diferença importante na renda média feminina e masculina ainda existe. Consta-se que essa diferença, que era de R\$ 318,00 em 1992, passou a ser de R\$ 247,00 em 2001, diminuindo para R\$ 227,00 em 2007. Sem dúvida, a diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres é um reflexo da maior igualdade entre os gêneros no mercado de trabalho.

Outra questão a ser considerada é a percepção de responsabilidade de homens e mulheres pela manutenção financeira de suas famílias. Como discutido anteriormente, as tradições patriarcais eram imbuídas pela crença de que cabia aos homens responsabilizar-se pela renda familiar.

Outros dados estatísticos focam a maior participação economicamente ativa das mulheres. Dados do IBGE (2011) apontam que a porcentagem de mulheres economicamente ativas aumentou nos últimos 15 anos. Em 1992 essa porcentagem era de 47,2 % de mulheres que tinham renda financeira, ampliando-se ligeiramente para 48,9% em 2001 e chegando a 52,4% no ano de 2007. A participação economicamente ativa dos homens, na direção

contrária, era de 76,6% de homens ativos financeiramente em 1992, caindo para 72,8% em 2001, encontrando-se em 72,2% no ano 2007. Desta forma, uma vez que a porcentagem de mulheres inseridas no mercado de trabalho aumentou, um maior número de mulheres passou a ter poder de decisão sobre gastos pessoais e familiares. Dantas-Berger e Giffin (2005) comentam que, conforme as mulheres ampliaram seus rendimentos financeiros, adquiriram maior independência financeira e emocional e assumiram responsabilidades financeiras para o sustento da família.

A maior escolarização feminina, em relações às épocas anteriores, é apontada como uma das razões da maior participação no trabalho profissional e do aumento da renda financeira das mulheres. Nesse sentido, dados do IBGE (2011) confirmam que a média de escolarização feminina, que era de 5,3 anos no ano 1995, subiu para 6,2 anos em 2001, alcançando sete anos em 2006. O aumento de anos em que a mulher passa nas instituições escolares indica melhor qualificação dessa população para a atuação no mercado de trabalho. Na mesma direção, os homens também tenderam a ampliar sua escolaridade no decorrer dos anos, embora atualmente permaneçam por um período um pouco menor que as mulheres nas instituições de ensino. Os dados desse instituto apontam que no ano de 1995 os homens permaneciam em média 5 anos estudando, sendo que esse número aumentou para 5,9 anos no ano de 2002 e para 6,8 anos em 2007. Percebe-se que, de forma geral, toda a população brasileira melhorou seus níveis de escolarização.

Como visto, em vários aspectos, os dados do IBGE (2011) são muito positivos em relação à ascensão educacional e financeira feminina. Entretanto, uma análise mais profunda das condições de trabalho das mulheres em relação aos homens revela o baixo status social que o trabalho profissional feminino teve desde seu surgimento, com reflexos que perduram até os dias atuais. Aquino, Menezes e Marinho (1995) exemplificam o baixo status do trabalho da mulher fora de casa apontando que, no início da década de 1980, a pesquisa

científica sobre os efeitos do trabalho na saúde das pessoas praticamente não incluía participantes do sexo feminino. As pesquisas focavam o trabalhador industrial, em função de sua importância para o desenvolvimento econômico do país, o que na época era uma atividade exercida majoritariamente por homens. As atividades laborais femininas estavam concentradas no setor de serviços e, portanto, eram consideradas, na época, como exigindo pouco esforço físico e mental.

Embora essa concepção tenha sido bastante forte entre os pesquisadores naquela época, sabe-se que um número expressivo de mulheres vem participando do mercado de trabalho remunerado desde o início da industrialização do país, especialmente nas camadas sociais menos favorecidas economicamente. Entretanto, até recentemente, o trabalho feminino foi visto como desnecessário para garantir o sustento da família, servindo para obter bens e serviços extras, fazendo com que sua inserção fosse, muitas vezes, intermitente, focada em atividades de baixa qualificação e remuneração (Aquino, Menezes e Marinho, 1995). Estas autoras destacam ainda que, nas últimas décadas, com a incorporação de uma porcentagem maior de mulheres no mercado de trabalho por períodos contínuos, houve uma forte mudança em relação aos valores relativos ao trabalho feminino, embora esse fato ainda não tenha sido efetivo para igualar o status do trabalho de homens e mulheres.

A respeito da valorização e visibilidade do trabalho de homens e mulheres, algumas diferenças são apontadas por Brito e D'Acri (1991) quando mencionam que há uma participação desigual entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Neste sentido, as normas culturais favorecem que elas se interessem pelo exercício de atividades relacionadas ao cuidado direto de pessoas, que, em geral, são profissões nas quais existe baixa remuneração e prestígio. Desta forma, as mulheres têm uma tendência maior de se vincular às categorias profissionais menos valorizadas socialmente como enfermagem, atividades ligadas ao comércio, magistério ensino infantil e fundamental, serviços de limpeza e preparo de

alimentos, secretariado, entre outras, consideradas tipicamente femininas. Embora muitos homens também exerçam funções de baixa remuneração, ainda existe uma concentração maior de homens em cargos com ganhos mais elevados. Os homens são encorajados a se preparar para serem operários da construção civil, motoristas, profissionais com formação superior, políticos, empresários e para atividades do setor de segurança.

Um fator cultural bastante importante, que tem levado às diferenças nas escolhas profissionais de homens e mulheres, tem sido a influência da forma como entendem e prevêm seu papel familiar durante o período em que esperam cuidar de filhos. Aquino, Menezes e Marinho (1995) discutem que as concepções acerca do papel da mãe e do pai em relação ao desenvolvimento dos filhos ainda influenciam a opção de homens e mulheres pelas profissões que irão exercer e as condições de trabalho que irão aceitar. As escolhas profissionais femininas incluem aspectos como: jornada e o horário de trabalho, necessidade de fazer viagens, distância até o local de exercício profissional e responsabilidade para gerenciar outras pessoas. Durante a carreira, essas diferenças afetam a estabilidade no mercado de trabalho e o desenvolvimento profissional de cada sexo. Por exemplo, as mulheres têm considerado o efeito da extensão da jornada e dos turnos de exercício profissional sobre a possibilidade de conciliar o trabalho fora de casa com os cuidados da casa e dos filhos, chegando a optar por jornadas parciais, por exemplo, mesmo que estas levem a prejuízos salariais. Os homens por outro lado, tradicionalmente têm procurado opções com maior possibilidade de remuneração, aceitando jornadas extensas e turnos que exigem menor envolvimento familiar, como a realização de trabalhos noturnos. Desta forma, as diferenças entre os papéis atribuídos a homens e mulheres têm contribuído para manter os dois sexos em ocupações tidas como prioritariamente femininas ou masculinas.

O trabalho feminino, no contexto atual, está se mostrando benéfico para a saúde e bem estar não só das mulheres, como também dos homens. Para elas, trabalhar fora trouxe maior

valorização social, escolarização e independência econômica e emocional. Para eles, contar com a participação feminina na manutenção financeira familiar fez com que a probabilidade da família estar sem renda diminuísse já que, na maioria dos casos, as remunerações de cada um dos membros do casal têm fontes desvinculadas uma da outra. Por isso, para os homens, não serem os únicos provedores familiares minimiza a pressão sobre sua escolha profissional, permitindo-lhes maior liberdade profissional, podendo desvincular-se de empregos desagradáveis e envolver-se mais na esfera familiar, mesmo sofrendo prejuízos profissionais (Diniz, 1999).

A despeito dos benefícios, há uma busca de estratégias para melhor equilibrar demandas profissionais e familiares em diferentes fases da vida, uma vez que as normas de trabalho exigem longas jornadas, com reduzida flexibilidade de horário e sem diferenciação de regras de acordo com as demandas familiares do trabalhador. Por isso, as mulheres, muitas vezes, podem enfrentar problemas para manter-se em sua carreira depois de se tornarem mães, como apontam Spindola e Santos (2004). Assim, as mulheres podem sentir-se culpadas por sua ausência em casa e pelo não acompanhamento das vivências dos filhos e da rotina familiar, convivendo com ambivalências e conflitos ao terem que decidir como conciliar seus diversos papéis. Em relação aos profissionais que são pais de filhos pequenos, a literatura não tem investigado essas questões, mesmo que as pesquisas nos últimos anos mostrem claramente a importância do envolvimento paterno para o desenvolvimento infantil (Cia & Barham, 2009; Cia, D’Affonseca & Barham, 2004).

A maternidade é considerada um evento importante da vida feminina, sendo uma experiência altamente valorizada socialmente. Entretanto, essa vivência pode ter conotações distintas dependendo, dentre outros fatores, das atividades que a mulher desempenha dentro e fora de casa. Ser mãe pode ser sentido de forma mais custosa se os diversos papéis assumidos pela mulher entrarem em conflito, fazendo com que esta experimente sentimentos de

ansiedade e culpa por não conseguir dar conta, da forma como considera apropriada, das demandas do trabalho doméstico, da progressão profissional e do acompanhamento do crescimento dos filhos. Isso porque, ainda hoje, há uma forte concepção de que a boa mãe é aquela dedicada exclusivamente ao seu filho, sendo que essa forma de pensar a maternidade se mescla com a concepção de que a mulher moderna também deve ser independente, envolvendo-se em atividades fora de casa (Spindola & Santos, 2004). Acredita-se que, conforme os homens adentrem na vida familiar cotidiana, estes começam a compreender de forma mais acurada as necessidades de seus filhos e experimentam a satisfação e desenvolvimento pessoal que decorrem desse envolvimento, resultando em angústias e conflitos semelhantes aos das mães profissionais.

São notáveis os problemas de saúde que homens e mulheres que trabalham fora desenvolvem quando há uma sobrecarga de trabalho, considerando os vários âmbitos da vida. Em busca de atender as diversas demandas cotidianas, os homens e as mulheres podem acabar optando por diminuir ou abandonar os cuidados pessoais. A pressão experimentada pelos homens deriva, principalmente, das tarefas profissionais excessivas; para as mulheres, a dificuldade para conciliar tarefas familiares e profissionais costuma ser o problema central (Spindola & Santos 2004; D’Affonseca, 2005; Vanalli & Barham, 2008). Em todos os casos, ambos desenvolvem problemas de saúde crônicos quando constantemente não dedicam tempo para praticar atividades capazes de prevenir doenças físicas e mentais.

Diante da situação atual enfrentada pelas mulheres, Lopes (2006) enfatiza que as condições de trabalho femininas só poderão se igualar às masculinas à medida que as cargas familiares forem divididas igualmente. Também, para que as mulheres consigam alcançar progressão profissional, o Estado deverá ser capaz de garantir instituições de cuidado e educação infantil para todas as crianças de zero a seis anos e locais adequados para cuidado de pessoas com outras necessidades de acompanhamento (por exemplo, idosos dependentes e

peessoas com doenças crônicas ou necessidades especiais). Além disso, se faz importante reconhecer as especificidades de cada fase da vida familiar, sendo importante criar a oportunidade para os pais se envolverem regularmente com filhos pequenos, buscando manter sua renda, mesmo que usufruam jornadas de trabalho alternativas, de acordo com a idade dos filhos.

Em suma, os estudos que pretendem compreender a funcionalidade de diferentes estratégias para conciliar demandas do trabalho, da família e da vida pessoal, devem atentar-se para a perspectiva dos homens e das mulheres, verificando impactos para o desenvolvimento de todos que fazem parte do sistema familiar (Aquino, Menezes & Marinho, 1995).

Modelos que direcionam o estudo do equilíbrio trabalho e família

O interesse dos pesquisadores que procuram compreender os aspectos envolvidos no equilíbrio de demandas profissionais e familiares tem ganhado força a partir dos anos 1980. Esses estudiosos vêm procurando discutir as conseqüências da conciliação destas demandas para o bem estar individual, familiar e profissional das pessoas. A esse respeito, em uma revisão realizada por Matias *et al.* (2008), essas autoras ressaltaram que, na literatura a respeito das relações entre o envolvimento laboral e familiar dos indivíduos enfatiza-se, com maior força, os efeitos negativos que uma das áreas pode trazer no bom desempenho na outra área. Assim, esses estudos têm concebido as relações entre trabalho e família em uma perspectiva de impossibilidade de conciliação adequada, com prejuízos do envolvimento satisfatório de uma esfera em relação a outra, ou mesmo prejuízos em ambas as áreas.

Em um momento anterior às discussões de Matias *et al.* (2008), Zedeck e Mosier (1990) realizaram uma revisão a respeito dos modelos de conciliação entre trabalho e família. Desta forma, eles descreveram alguns modelos que buscavam explicar os impactos que a atuação conjunta nas esferas profissional e familiar pode trazer para a vida dos indivíduos. Esses autores comentam que uma parte desses modelos enfocava os efeitos negativos das relações entre os envolvimento familiares e profissionais, outra apontava a existência de benefícios destes envolvimento conjuntos. O primeiro modelo, exposto por eles, foi denominado *modelo de conflito*, no qual as atividades profissionais são vistas como conflitantes em relação às atividades familiares, principalmente pela dificuldade na conciliação adequada do tempo. Partindo desse ponto de vista, exercer atividade profissional traria prejuízos para o desempenho familiar satisfatório, da mesma maneira, que o desempenho profissional ficaria prejudicado caso o indivíduo, além de suas atividades laborais, também desempenhasse tarefas familiares, tais como se responsabilizar pelos cuidados da casa e de filhos. Partindo das premissas desse modelo, as mulheres enfrentariam

maiores conflitos que os homens no momento em que se propusessem a exercer atividades externas ao lar, uma vez que, devido à grande influência cultural, estas tenderiam a desempenhar tarefas familiares com maior frequência do que os homens. Uma vez que as mulheres, além das atividades do trabalho profissional, desempenhassem maior número de tarefas domésticas e familiares, estas teriam elevada possibilidade de serem prejudicadas em relação a sua progressão profissional, já que não poderiam obter sucesso em suas carreiras em função da falta de tempo necessário para a execução desejável das tarefas de cada esfera de atuação. Segundo este modelo, a opção para alcançar maior status profissional seria delegar as tarefas domésticas.

Atualmente, há maior oferta de serviços de terceiros para o cuidado de crianças e afazeres domésticos, bem como equipamentos que facilitam a limpeza da casa. Esses são exemplos de artifícios que as pessoas podem ter acesso para reduzir o tempo gasto com tarefas domésticas e poder delegar a pessoas de confiança parte dos cuidados com os filhos. Desta forma, há fortes motivos para a revisão do *modelo de conflito* já que, embora as mulheres ainda sejam responsáveis pela maior parte dos cuidados domésticos e de filhos, o tempo e o esforço gasto por elas nestas atividades podem tornar-se reduzidos na presença desses recursos. O envolvimento contínuo da mulher no mercado de trabalho profissional poderia ser facilitado, ainda que não se possa afirmar que estas compartilhem com os homens as mesmas condições de progressão profissional, uma vez que estes, tradicionalmente, são cobrados com menor intensidade pelo bom andamento da casa e da educação dos filhos.

O segundo modelo discutido por Zedeck e Mosier (1990), foi conhecido como o *modelo da contaminação* ou *transbordamento*. Neste, estão presentes as mesmas idéias do modelo anterior, nas quais os desempenhos profissional e familiar não podem ser alcançados de forma satisfatória quando o indivíduo se propõe a realizá-los de forma conjunta. Entretanto, há alguns aspectos que o diferenciam do primeiro, já que o enfoque desse modelo

não está voltado apenas para as dificuldades na conciliação dos horários, mas também para a natureza das atividades e das normas que existem em cada uma das esferas. Esse modelo considera que, no momento em que o indivíduo atua simultaneamente no contexto profissional e familiar, este traz consigo vivências de um dos contextos que influenciam negativamente em sua atuação em outro. Ou seja, o indivíduo demonstraria posturas inapropriadas em um contexto devido à utilização de hábitos adquiridos no outro. (por exemplo, aplicar normas de mérito aos filhos, ameaçando não atender suas necessidades básicas se estes não atingirem as metas propostas). De acordo com esse modelo, considerando-se o momento histórico em que este foi concebido, seria impossível para as pessoas dominarem dois repertórios tão distintos, de forma que os indivíduos que combinassem esses dois papéis estariam propensos a enfrentar problemas constantes e, por consequência sentir-se-iam insatisfeitos, tanto na esfera profissional, quanto na esfera familiar. Desta forma, os proponentes deste modelo defendiam que as pessoas deveriam optar por serem profissionais bem sucedidos ou pais adequados, uma vez que as duas atividades não poderiam ser exercidas com êxito e satisfação de forma conjunta. Como analisado no modelo anterior, as pessoas que optassem por ter filhos e quisessem manter uma participação ativa e satisfatória em sua rotina familiar, e ao mesmo tempo, quisessem desenvolver sua atividade profissional, não seriam incentivadas a progredir em suas carreiras, já que estas não poderiam apresentar dedicação e desempenho semelhantes aos funcionários sem filhos. Certamente, esse modelo afetaria com maior intensidade as mulheres, uma vez que estas tendem a considerar como sinônimo de boa mãe, a mulher que se dedica prioritariamente aos filhos, considerando-se, principalmente, o tempo de convivência diária. Esse segundo modelo pode ser questionado se forem consideradas as possibilidades de ampliação do repertório de habilidades dos indivíduos quando estes desempenham atividades em mais de um contexto. Partindo-se da perspectiva de aprimoramento de capacidades pessoais e profissionais, as

peessoas que se dedicassem às suas profissões poderiam ampliar seu repertório de comportamentos profissionais em paralelo ao desenvolvimento de um repertório ligado ao seu papel familiar. Faz-se necessário, entretanto, considerar que para que essas habilidades sejam incorporadas ao repertório do indivíduo, estes necessitariam de disponibilidade mínima de tempo e energia para o envolvimento em cada esfera, preservando a qualidade da atuação em ambas.

O terceiro modelo elencado por Zedeck e Mosier (1990), diz respeito ao *modelo de instrumentalidade*, que concebe as atividades laborais apenas como uma fonte de satisfação material ou instrumental. Deste ponto de vista, as pessoas trabalhariam para satisfazer as necessidades de manutenção econômica de si mesmo e de seus familiares. O trabalho, deste modo, não seria visto como uma possível fonte de satisfação pessoal importante para o bem estar psíquico dos indivíduos. Em famílias nas quais uma pessoa (que em um contexto patriarcal, seria provavelmente o homem) dispusesse de uma renda suficiente para a manutenção das necessidades financeiras dos demais familiares, os outros membros (leia-se, as mulheres casadas com esses homens provedores), provavelmente, iriam preferir não trabalhar. A discussão crítica deste modelo engloba resultados de vários estudos, dentre eles Gravena (2006) que indicam que o trabalho profissional pode vir a ser uma importante fonte de satisfação pessoal, contribuindo para a saúde mental e qualidade de vida dos indivíduos. Este modelo não considera o trabalho doméstico como algo que pode vir a demandar capacidades complexas dos indivíduos, ou mesmo ser fonte de insatisfação pessoal pela desvalorização social que o acompanha. Nota-se a presença da desvalorização do trabalho profissional feminino, já que à mulher caberia a parte “agradável” e “pouco desafiadora” de cuidar da casa e dos filhos e ao homem caberia a responsabilidade “exaustiva” da manutenção de sua esposa e de seus filhos.

O quarto modelo, denominado *modelo de segmentação*, segundo Zedeck e Mosier (1990), concebe o trabalho familiar e profissional como sendo de naturezas totalmente diferentes. O enfoque desse modelo se encontra na percepção de que o tempo que se passa trabalhando fora de casa é um tempo que está sendo retirado da família, e que cada contexto requer uma dedicação em tempo integral. Mais uma vez, as atividades profissionais são vistas como prejudiciais ao sucesso familiar. Uma leitura a partir da perspectiva de atribuições de gênero indica que o trabalho profissional realizado pelas mulheres seria prejudicial ao lar, já que algum membro da família deveria trabalhar (fora de casa), sendo este por identificação “natural” o homem, ou seja, aquele que se sacrificaria pelo bem estar dos seus. Sob esse olhar, as mulheres (mães e/ou esposas) que optassem por dispensar parte de seu tempo em atividades que não incluíssem suas famílias, levariam consigo o peso dos malefícios a que seus filhos estariam expostos durante sua ausência. Um ponto muito perigoso desse e de outros modelos que prezam pelo sucesso familiar baseado na figura da mãe e esposa totalmente voltada à família, está no fato de que o trabalho familiar não gera recursos financeiros aos indivíduos que a ele se dedicam, gerando dependência em relação ao provedor. A dependência financeira pode associar-se a outras formas de dependência e, em último aspecto à submissão.

As discussões realizadas nesse trabalho não pretendem desvalorizar o trabalho familiar. Em sentido contrário, embora o tempo necessário para executar as atividades da rotina doméstica tenha diminuído devido, dentre outros recursos, aos eletrodomésticos, o cuidado das crianças, especialmente menores de seis anos, ainda demanda alto grau de investimento dos adultos por eles responsáveis. Desta forma, embora a disponibilidade de instituições voltadas à educação infantil esteja sendo ampliada, os pais têm papel fundamental no desenvolvimento de seus filhos, o que inclui atividades que demandam tempo, habilidades e disposição. Desta maneira, o acesso às instituições ou cuidadores que ofereçam assistência

infantil adequada na ausência dos pais é um recurso indispensável para garantir o bem estar das crianças e a permanência dos trabalhadores, homens e mulheres, no mercado de trabalho de forma profissional e pessoalmente satisfatória.

Em resumo, os primeiros quatro modelos discutidos por Zedeck e Mosier (1990) têm como ponto chave, pelas razões explanadas, a impossibilidade de conciliação entre trabalho e família, levando à escolha de pessoas que se responsabilizem pelos serviços domésticos e pelos filhos e de pessoas que se responsabilizem pela manutenção financeira familiar. Dito de outra forma, considerando as fortes influências culturais que regem as atividades sociais de homens e mulheres, mães e esposas dedicar-se-iam ao lar, bem como pais e maridos, responsabilizar-se-iam pelo trabalho profissional que pudesse manter a subsistência da família.

Além dos quatro modelos até então apresentados, Zedeck e Mosier (1990) discutem dois outros modelos que permitem analisar a atuação conjunta em diferentes áreas da vida de homens e mulheres como possível e até favorável aos indivíduos de ambos os sexos. Partindo-se de um desses modelos, denominado o *modelo de compensação*, a participação familiar e profissional não seriam vistas como conflitantes ou excludentes, mais sim, como duas esferas nas quais seria possível manter envolvimento conjuntos e satisfatórios. Assim, tanto o envolvimento familiar quanto o envolvimento profissional seriam vistos como fontes de satisfação. Além disso, este modelo apresenta como possível o alívio das dificuldades encontradas em uma das esferas mediante a participação e a satisfação em relação às atividades realizadas em outra esfera. Sendo assim, pode-se vislumbrar uma perspectiva mais positiva para homens e mulheres que escolhem ou precisam combinar a vida profissional e familiar, acreditando que estes poderiam optar por ter uma participação ativa e satisfatória junto a seus familiares, ao mesmo tempo em que obtêm sucesso e satisfação em suas atividades profissionais. Baseado nesse olhar, no qual a presença de ambos os membros do

casal no mercado de trabalho seria possível, supõe-se a presença de uma rede de apoio. Dentre a disponibilidade de recursos devem ser elencados como atores: apoio no ambiente de trabalho, devido a situações peculiares envolvendo ser mãe e pai de filhos pequenos (por exemplo, necessidade de levar o filho ao médico), apoio de pessoas ou instituições que se responsabilizem pelo cuidado da criança na ausência dos pais e apoio na execução dos serviços domésticos. A presença dessas diversas formas de apoio garantiria a satisfação das necessidades das crianças e da manutenção da casa, bem como a disponibilidade necessária para que as demandas do trabalho fossem satisfeitas.

O outro modelo, apresentado por esses autores, baseado em uma perspectiva mais favorável sobre a relação entre trabalho e família, denominado o *modelo da interface família e trabalho*, passa a enxergar de forma mais intensa a complexidade dos esforços e recursos necessários para a conciliação do trabalho profissional e familiar. Há, nesse momento, o exame detalhado das circunstâncias em que a conciliação ocorre, levando à tona a possibilidade de que a atuação familiar e profissional simultânea possa vir a ter alguns efeitos satisfatórios e outros insatisfatórios. Este modelo considera os diversos impactos para as pessoas em ambas as esferas e para a satisfação e bem estar destas, de acordo com habilidades dos indivíduos e recursos disponíveis nos ambientes nos quais estas desempenham suas atividades. Este último modelo parece ser um bom norteador para o presente estudo, uma vez que se acredita que a satisfação e o bom desempenho nas atividades familiares e profissionais dependem de diversos fatores que podem promover ou dificultar o equilíbrio adequado dessas demandas para homens e mulheres.

O presente trabalho parte das discussões de Matias *et al.* (2008) quando essas autoras apontam para a importância de obter evidências dos efeitos positivos de envolvimento nas esferas laborais sobre as esferas familiares e vice versa, ao invés de repousar-se somente sob os aspectos relacionados aos conflitos da atuação simultânea entre trabalho e família,

discutindo a possibilidade de transferência de conhecimentos e habilidades, bem como, benefícios psicológicos de uma esfera para outra. Sob esse prisma, a participação em um papel pode promover a aquisição de habilidades e recursos que podem ser usados para permitir o desenvolvimento e melhor funcionamento em outros domínios da vida. Essas autoras ressaltam que se faz importante investigar o quanto a participação no mercado de trabalho pode beneficiar a família (por exemplo, via melhor auto-estima, apoio informacional e emocional dos colegas, bem como maiores recursos financeiros) e quanto o desempenho em atividades familiares pode beneficiar o êxito no trabalho (por exemplo, via apoio no manejo do estresse, apoio financeiro do parceiro e ajuda prática com tarefas profissionais).

Nessa nova perspectiva se encontra o *modelo de facilitação* entre o trabalho e a família, cujas autoras apresentam argumentos que questionam os modelos que abordam apenas efeitos negativos de envolvimento em uma esfera sobre outras. De acordo com esse modelo, para grande parte das pessoas, o balanço final dos envolvimento simultâneos profissionais e familiares é positivo. As autoras propuseram que o processo de facilitação envolve o aproveitamento de habilidades, experiências e oportunidades positivas em um domínio da vida de forma a aumentar a qualidade da participação deste indivíduo em outros domínios desta (Matias, *et al.*, 2008). Como um exemplo, tem-se que estratégias adequadas de controle de emoções negativas desenvolvidas em situações que envolvem estresse no trabalho podem ser utilizadas no manejo de dificuldades nas relações familiares. Isso ocorre quando o engajamento ou envolvimento em um domínio, que pode ser físico, cognitivo ou emocional, leva ao crescimento em outro, sendo este um processo bidirecional. Para que ocorra o processo de facilitação, devem ser considerados as habilidades do indivíduo e os recursos disponíveis no ambiente no qual este está inserido. No entanto, não pode ser esquecido o fato de que os fatores individuais e culturais afetam a utilização que os indivíduos fazem dos recursos que lhe estão disponíveis.

Outra perspectiva trazida por Matias *et al.* (2008) é a de que as relações entre trabalho e família estão intimamente relacionadas ao gênero, sendo que, devido à expectativas culturais, as mulheres acabam experimentando conflitos mais intensos entre essas duas áreas e fazendo um maior número de concessões pessoais do que os homens em situações semelhantes. Essas autoras, ao estudarem famílias brasileiras e portuguesas, identificaram que a atuação das pessoas em ambos os países está marcada pela perspectiva tradicional de divisão de tarefas ligada ao gênero. Por esse motivo, as mulheres que indicaram maiores níveis de satisfação nas tarefas familiares estavam mais satisfeitas no trabalho em comparação com mulheres que estavam menos satisfeitas com sua vida familiar. Além disso, uma vez que os homens se auto-avaliaram de forma mais positiva do que as mulheres em relação a sua atuação familiar, a satisfação com o desempenho familiar afetou mais positivamente a atuação profissional dos homens do que das mulheres, resultando em maiores benefícios na facilitação família-trabalho. Desta forma, essas autoras realçam a existência de diferentes expectativas por parte de homens e mulheres brasileiras e portuguesas em relação ao seu desempenho nas diversas atividades da vida profissional e familiar. Com base nos dados obtidos, as autoras discutem que a satisfação encontrada no papel familiar por parte de homens e mulheres é um recurso que pode promover a transferência de humor, competências e habilidades (por exemplo, interpessoais) do domínio familiar para o bem estar geral do indivíduo. Além disso, o sentimento de estar desempenhando com eficiência seu papel familiar pode resultar em auto-avaliações positivas e permitir uma maior disponibilidade psicológica para investir no papel profissional.

Matias *et al.* (2008) destacam, por fim, que os pesquisadores que se propõem a estudar o papel familiar, no geral, preocupam-se em avaliar principalmente os envolvimento com filhos e os cuidados domésticos. Entretanto, o papel familiar, com grande frequência, também inclui envolvimento conjugais ou íntimos entre parceiros amorosos. Neste sentido, seus

resultados apontaram que a satisfação com o relacionamento conjugal exerce forte influência sobre a conciliação do trabalho profissional e a vida familiar. Essas autoras ressaltam que, tanto para homens quanto para mulheres brasileiros e portugueses, a satisfação com o casamento - incluindo a percepção do apoio recebido do parceiro amoroso - esteve associada com a satisfação no trabalho.

Corroborando com essas concepções, Pithon (2008) aponta que as atuações dos indivíduos no trabalho, na família e nas atividades de lazer e seus impactos no bem-estar do indivíduo, durante muito tempo, foram estudados como dimensões separadas e independentes. Entretanto, os pesquisadores da área, nos últimos tempos, passaram a compreender que estas eram áreas que se interrelacionavam, sendo que cada uma delas influenciava direta ou indiretamente na outra. Assim, as situações vivenciadas e as competências adquiridas em um domínio da vida poderiam interferir negativa ou positivamente em outros domínios. Um exemplo é o fato de que dificuldades no trabalho podem trazer prejuízos para a vida familiar, da mesma forma que desavenças na vida familiar podem comprometer a atuação profissional dos indivíduos. Por outro lado, competências adquiridas no desempenho profissional podem interferir de forma muito positiva nas relações familiares e vice-versa. Da mesma forma, os sentimentos gerados no desempenho das funções exercidas em cada área da vida podem ter um reflexo muito positivo ou negativo nas outras áreas. A esse respeito, Pithon (2008) ressalta que os reflexos positivos de uma demanda em relação à outra ocorrem, principalmente, se os indivíduos sentem-se satisfeitos com seus desempenhos nas esferas em questão. Um ponto importante coloca-se então: a satisfação dos indivíduos com suas atuações, estando essa percepção relacionada à adequação que o indivíduo experimenta em relação às expectativas sociais a ele atribuídas, levando em consideração aspectos como gênero, momento da vida, situação econômica, dentre outros fatores.

A partir desse momento, tomando-se por base o *modelo de facilitação* discutido por Matias *et al.* (2008), o *modelo de interface trabalho-família*, trazido por Zedeck e Mosier (1990), juntamente aos aspectos discutidos por Pithon (2008), e considerando os modelos teóricos gerais de estresse e das formas de lidar com o estresse (p.ex., Lazarus e Folkman 1984), algumas idéias podem ser integradas, servindo de auxílio para a análise dos diversos fatores envolvidos na trajetória de indivíduos que desejam desenvolver suas carreiras profissionais ao mesmo tempo que em constroem famílias e criam filhos. Este modelo encontra-se ilustrado na Figura 1.

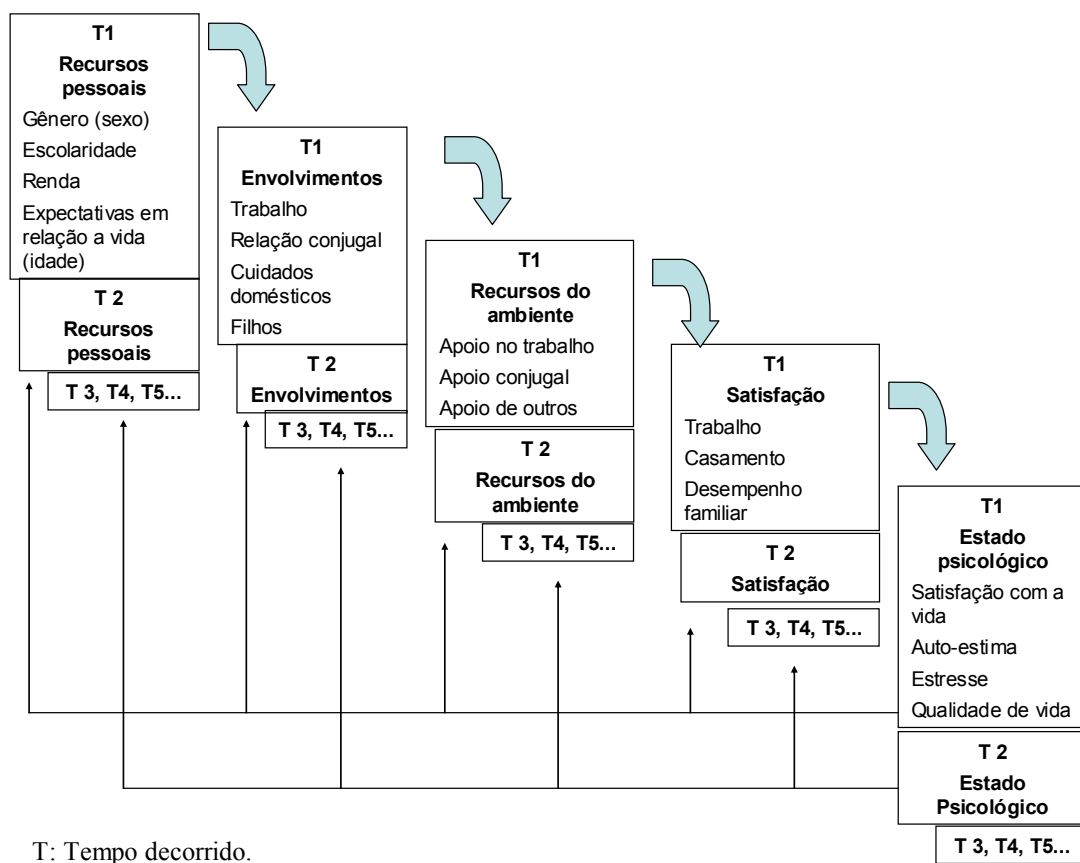


Figura 1: Modelo que embasa a análise das trajetórias de homens e mulheres em relação ao equilíbrio trabalho-família (Barham & Vanalli, 2012).

Este modelo visou embasar a seleção e análise dos dados referentes à trajetória de homens e mulheres que mantêm suas carreiras profissionais enquanto seus filhos são

pequenos, visando analisar os fatores envolvidos no equilíbrio entre atividades familiares e laborais. Tem-se que, ao se propor a realizar a análise das formas como os participantes deste estudo vinham enfrentando as demandas de diferentes áreas devem ser considerados os fatores que afetam e refletem o grau de conciliação entre diferentes demandas num determinado momento, bem como, uma trajetória que envolve mudanças no decorrer do tempo, sendo que algumas condições e recursos afetam outras e são por eles afetados.

Assim, este novo modelo engloba cinco fatores gerais: recursos pessoais dos participantes, envolvimento destes, recursos do ambiente à disposição destes, satisfação com os seus diferentes envolvimento e seu estado psicológico. De acordo com este modelo, os recursos pessoais influenciam nos envolvimento assumidos pelos participantes. Diante destes envolvimento e levando em conta a capacidade do indivíduo para lidar com os mesmos, este mobiliza, se avaliados como necessidades, recursos do ambiente. A adequação dos seus recursos pessoais e dos recursos dos quais dispõe para atender as suas demandas profissionais e familiares gera percepções ligadas à satisfação ou insatisfação com esses diversos aspectos de suas vidas, influenciando em seu estado psicológico de forma geral.

Em um segundo momento (T2), o estado psicológico dos participantes, resultante da interação entre os quatro fatores citados, poderá levar a alterações em qualquer um dos elementos neste conjunto de fatores. Por exemplo, em relação aos recursos pessoais, uma pessoa que encontra-se insatisfeita com sua inserção profissional pode: se reorganizar para buscar uma melhor qualificação profissional, rever seu conceito de gênero para depois modificar a divisão de tarefas com seu parceiro, buscar atividades profissionais que lhe tragam maior renda, entre outras possibilidades. Por outro lado, alguém que está satisfeito com sua vida pode se sentir seguro para assumir novas responsabilidades familiares ou profissionais (ter um segundo filho, se candidatar para uma promoção, entre outras possibilidades).

Ao longo do tempo, mudanças nas condições de vida do indivíduo (desenvolvimento profissional e familiar, mudanças de saúde, alterações na rede de apoio, etc.) e o impacto psicológico destas mudanças sobre ele, afetam sua autopercepção e sua avaliação sobre os outros a sua volta, levando a modificações nas expectativas que este possui em relação a sua situação atual e futura. Por sua vez, alterações nas expectativas do indivíduo podem levar à mudanças em seus envolvimento, resultando em ajustes nos apoios procurados. O grau de satisfação com o desfecho das mudanças que ocorrem na vida da pessoa afeta seu bem estar psicológico, e ocorre uma nova reavaliação de suas necessidades e possibilidades, na busca de resultados positivos para si mesmo e para os outros (T3, T4...). Desta forma, nota-se que as interações entre estes fatores são constantes ao longo da vida dos indivíduos.

O modelo proposto auxilia na investigação e análise das condições de vida de homens e mulheres que têm em comum o desejo de construir uma trajetória profissional e manterem relações conjugais, das quais são gerados filhos, muito presente no contexto atual brasileiro. Assim, este estudo, quando se propõe a compreender o momento de vida desses homens e mulheres, visa contribuir para a investigação dos fatores envolvidos no equilíbrio trabalho-família, de forma a refletir sobre aspectos que favorecem atuações capazes de proporcionar aos indivíduos satisfação e bem estar.

Objetivos

Esse estudo teve por objetivos:

1 – Comparar homens e mulheres em relação às percepções dos participantes relacionadas aos: recursos pessoais, seus envolvimento (profissionais, conjugais, domésticos e parentais); a utilização de recursos externos; a satisfação em relação a esses envolvimento e bem estar psicológico.

2 – Verificar se, de acordo com o modelo de equilíbrio trabalho-família proposto, existem as relações previstas entre os recursos pessoais dos participantes, seus envolvimento, a utilização da rede de apoio, a satisfação com as esferas profissionais e familiares e o bem estar psicológico apresentado pelos participantes, analisando a relação entre estas variáveis para cada um dos sexos.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 50 casais, portanto, 50 homens e 50 mulheres, perfazendo um total de 100 indivíduos. Os critérios de inclusão exigiram que os participantes estivessem engajados em atividades remuneradas e que fossem casados ou vivessem em regime de união estável, sendo pais de pelo menos uma criança de zero a cinco anos, filha de ambos os cônjuges. Todos os casais participantes moravam na mesma residência e todas as crianças eram filhas biológicas de ambos os membros do casal. Foram consideradas como base para atuação parental, as atividades realizadas com o filho de menor idade do casal (quando este tinha mais de um filho), que assim, passou a ser a criança alvo do estudo.

Em relação ao critério de possuir um emprego, foram consideradas as atividades profissionais que gerassem renda aos participantes e que fossem executadas fora de suas casas, não sendo consideradas para fim de análise as atividades executadas somente no ambiente doméstico ou quaisquer atividades que não tivessem como produto a obtenção de ganhos financeiros. Não se considerou necessário que os indivíduos mantivessem vínculo empregatício formal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), considerando-se, desta maneira, profissionais que trabalhavam de maneira informal. Foram consideradas atividades realizadas em pelo menos meio período do dia, que fossem exercidas, no mínimo, por quatro horas diárias.

Os participantes eram provenientes de sete diferentes municípios, de médio e pequeno porte, da região central do interior do Estado de São Paulo. Destes participantes, 29 deles (58%) residiam em municípios de mais de 200.000 habitantes. Outros 10 participantes (20%) em municípios com população entre 100.000 e 50.000 habitantes e o restante, 11 participantes

(22%) habitavam municípios com população menor que 50.000 habitantes. A grande maioria dos participantes residia em municípios de médio porte (entre 200.000 a 250.000 habitantes).

Das crianças alvo do estudo, 32 delas (64%) tinham até três anos, isto é, eram crianças ainda bastante dependentes dos cuidados de seus pais. As outras crianças alvo (n = 18, 36%) eram maiores de três anos. Houve uma distribuição próxima das crianças entre os sexos, de forma que, 27 delas eram meninos (54%) e as outras 23 (46%) eram meninas. Quanto à ordem de nascimento das crianças na família, a maioria das crianças alvo era filha única (n = 31, 62%). Parte dos casais (n = 15, 30%) tinha dois filhos. Em relação aos outros casais participantes, três deles tinham três filhos e somente um deles quatro filhos.

Cuidados éticos

Para obtenção dos dados, foram tomadas todas as providências éticas que regem pesquisas com seres humanos, garantindo a participação livre e esclarecida das participantes, sem que houvesse gratificação financeira ou material para a mesma. Os participantes tinham a possibilidade de desistir do estudo a qualquer tempo, sem qualquer necessidade de justificativa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, sob o parecer no 435/2009 (Anexo A). Foi combinado com cada casal que, ao final da pesquisa, caso demonstrassem interesse, estes receberiam uma síntese dos resultados do estudo.

Local de coleta de dados

Aos participantes foi perguntado qual local seria mais conveniente para a realização das entrevistas: a casa dos respondentes, a casa da pesquisadora ou qualquer outro lugar com pelo menos dois ambientes separados (um para a entrevista com a mulher e outro para a

entrevista com o homem) que proporcionassem condições mínimas de privacidade, a fim de assegurar o sigilo das respostas. Ao todo, 44 reuniões foram realizadas nas casas dos próprios participantes, outras cinco entrevistas foram realizadas na casa da pesquisadora e uma entrevista foi realizada em um laboratório do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Todas as entrevistas ocorreram nos finais de semana e tiveram duração média de uma hora e trinta minutos, ocorrendo em um único encontro. A opção por realizar as entrevistas aos finais de semana deveu-se ao fato de ambos os cônjuges trabalharem fora de casa, sendo o final de semana um período em que os dois membros do casal não estavam exercendo atividades profissionais.

Instrumentos de coleta de dados:

Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada (Anexo B) contendo questões abertas (elaboradas pela autora com base a literatura sobre equilíbrio trabalho-família) e algumas escalas, avaliadas em estudo anterior (Gravena, 2006), com adaptação da redação de alguns itens, uma vez que a amostra deste estudo incluía crianças de zero a cinco anos e não apenas de zero a dois anos, como no caso do estudo anterior.

As escalas utilizadas foram baseadas em instrumentos usados anteriormente por: D'Affonseca (2005) em seu estudo com mães de crianças em idade escolar, Cia (2005) que trabalhou em sua pesquisa com pais de crianças em idade escolar, Zanfelicci (2009) cuja população foi de mães com filhos em idade pré-escolar que exerciam atividades remuneradas fora de casa e Machado (1999) que estudou professores da rede pública de ensino. Todos esses autores tiveram por base os instrumentos desenvolvidos por CARNET (1993) que foram traduzidos para a língua portuguesa por Corradi (1999). A fim de serem utilizadas com a população pretendida, as escalas foram adaptadas pela autora considerando-se a literatura

existente sobre casais que trabalham fora e têm filhos. Com este roteiro de entrevista, visou-se colher dados a respeito dos seguintes tópicos:

Recursos pessoais

Gênero: Não há neste estudo uma medida específica de gênero, mas entende-se que ao estudar a diferença entre os sexos, este estudo contempla expectativas culturais em relação aos sexos.

Escolaridade: Indica o grau de especialização para executar as atividades profissionais, influenciando também no conhecimento disponível para lidar com as demandas cotidianas.

Renda: Essa medida trouxe indícios a respeito dos recursos que estes indivíduos dispõem para organizar as demandas familiares, por meio da aquisição de bens de consumo, contratação de serviços ou mesmo para atividades relacionadas ao lazer e à manutenção da saúde.

Expectativas em relação à sua vida (idade): Por meio da idade buscou-se compreender as expectativas dos participantes em relação ao momento de suas vidas no qual o estudo foi realizado.

Envolvimentos

Envolvimento com o trabalho profissional

Profissões exercidas pelos participantes: questão aberta elaborada pela autora a respeito das profissões exercidas pelos participantes no momento da coleta de dados.

Jornada de trabalho profissional: questão aberta elaborada pela autora que visou quantificar em horas a carga horária semanal de trabalho profissional dos participantes.

Carga de trabalho profissional: esses dados incluíram dois tipos diferentes de medida: a) Escala de Carga de Trabalho (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; D’Affonseca, 2005; Gravena, 2006), uma escala de 10 pontos que avalia a concordância (1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente) com afirmações sobre a quantidade de tarefas que os participantes têm que realizar no trabalho e b) questão aberta elaborada pela autora a fim de verificar a percepção dos participantes a respeito da quantidade de atividades laborais realizadas.

Importância do trabalho profissional: medida pela Escala de Importância do Trabalho para a Identidade (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; D’Affonseca, 2005; Gravena, 2006): escala de 10 pontos que avalia a concordância (1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente) com afirmações a respeito da importância do trabalho na vida dos participantes.

Mudanças no trabalho após o nascimento do filho: incluiu a aplicação da Escala de Custos no Trabalho (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; D’Affonseca, 2005; Gravena, 2006): escala de 10 pontos que avalia a concordância (1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente) com afirmações sobre os problemas enfrentados no trabalho após o nascimento dos filhos. Este instrumento foi utilizado anteriormente por Machado (1999) e Zanfelicci (2009) em versões similares, obtendo um índice de confiabilidade interna de 0,64 e 0,65, respectivamente. Também foram utilizadas questões abertas elaboradas

pela autora a fim de verificar se havia ocorrido modificações positivas e negativas na rotina de trabalho dos participantes em decorrência do fato de tornarem-se pais e mães.

Ambiente interpessoal de trabalho: medido por meio da Escala de Ambiente Interpessoal de trabalho (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; D’Affonseca, 2005; Gravena, 2006): escala de 10 pontos que avalia a concordância (1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente) com afirmações sobre o relacionamento interpessoal do participante com seu supervisor imediato e os outros profissionais com os quais trabalhava de maneira próxima. Esse instrumento foi utilizado por Cia (2005) e Zanfelici (2009) obtendo, em ambos os casos, índice de confiabilidade interna de 0,70. Além do relacionamento interpessoal no trabalho no momento da coleta de dados, buscou-se conhecer por meio de questões elaboradas pela autora as modificações positivas e negativas nesses relacionamentos, percebidas pelos participantes, após o nascimento de seu filho. Questões similares foram utilizadas nos trabalhos de Gravena (2006).

Envolvimento conjugal

Forma e tempo de união conjugal: questões abertas elaboradas pela autora para coletar dados a respeito da forma como ocorreu a união conjugal e o tempo em que os casais encontravam-se juntos.

Modificações no casamento após nascimento do filho: questões abertas elaboradas pela autora a fim de verificar as modificações positivas e negativas que se refletiram na união conjugal após o nascimento do filho.

Envolvimento com as tarefas domésticas

Estes dados foram colhidos por meio de perguntas abertas elaboradas pela autora.

Tempo gasto com tarefas domésticas: visou quantificar o tempo gasto pelos participantes em tarefas domésticas durante um dia de semana e um dia de final de semana.

Satisfação com as tarefas domésticas realizadas: pretendeu conhecer a satisfação sentida pelos participantes em relação às tarefas domésticas que estes realizavam.

Sensação de sobrecarga em relação à execução de tarefas domésticas: objetivou medir a sensação de sobre carga dos participantes em relação às tarefas domésticas que estes realizavam.

Envolvimento com o filho

Tempo dedicado aos cuidados com o filho: mensuração das horas que os participantes dispensavam com os cuidados de seus filhos tanto em um dia rotineiro de semana, quanto em um dia típico de fim de semana, por meio de questões abertas elaboradas pela autora do estudo.

Satisfação com o envolvimento nos cuidados infantis: questão aberta, elaborada pela autora, que visaram conhecer a satisfação dos participantes com os cuidados dispensados ao seu filho.

Frequência de cuidados básicos com o filho: Mensurada por meio da Escala de cuidados básicos com o filho (Gravena, 2006), sendo esta uma escala de 10 pontos (1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre) que mede a frequência com que o participante realiza atividades de

cuidado com seu filho. Esta escala obteve índice de confiabilidade interna de 0,85 para os homens e 0,70 para as mulheres participantes.

Frequência de atividades de estimulação e interação afetiva: Mensurada por meio da Escala de Interação Afetiva com o filho (Gravena, 2006), sendo esta uma escala de 10 pontos (1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre) que mede a frequência com que o participante realiza atividades de estimulação e interação afetiva com o filho. Esta escala obteve índice de confiabilidade interna de 0,85 para os homens e de 0,74 para as mulheres participantes.

Dificuldades na conciliação entre trabalho e família

Questão aberta elaborada pela autora que visou conhecer as principais dificuldades dos participantes em conciliar seus diversos envolvimento.

Recursos do ambiente

Recursos no ambiente de trabalho: questão aberta, elaborada pela autora que visou conhecer os recursos de apoio disponíveis aos participantes no ambiente de trabalho.

Recursos desejáveis pelos participantes, não existentes no ambiente de trabalho: questão aberta, elaborada pela autora que visou conhecer os recursos desejáveis pelos participantes, mas que não estavam disponíveis no ambiente de trabalho.

Apoio do cônjuge como recurso para o equilíbrio trabalho-família: este dado foi colhido por meio da Escala de apoio emocional recebido do cônjuge: (Gravena, 2006, Corradi, 1999) escala de 10 pontos (1, totalmente insatisfeita; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10,

totalmente satisfeita) que mede a satisfação dos participantes a respeito do apoio emocional recebido do cônjuge. Essa escala foi utilizada em estudo de Machado (1999) e obteve um índice de confiabilidade interna de 0,87. Este instrumento obteve neste estudo um índice de confiabilidade interna de 0,80 para os homens e de 0,67 para as mulheres.

Recursos externos para a realização de tarefas domésticas: questão aberta, elaborada pela autora, que visou conhecer os recursos que os participantes tinham acesso para a execução das tarefas domésticas.

Recursos externos para o cuidado do filho: questão aberta, elaborada pela autora, que visou conhecer os recursos que os participantes podiam contar para o cuidado de seus filhos enquanto estavam trabalhando.

Recursos externos para a conciliação dos diversos envolvimento: questão aberta, elaborada pela autora, que visou conhecer os recursos externos que os participantes não tinham acesso, mas consideravam que seriam importantes para a conciliação das demandas referentes ao trabalho e à família.

Satisfação com seus envolvimento

Satisfação com o trabalho: esta medida foi obtida por meio da aplicação da Escala de satisfação no trabalho (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; Gravena, 2006). Escala de 10 pontos, sendo 1, muito satisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, muito satisfeito, que avaliou a satisfação dos respondentes a respeito de seu trabalho profissional. Essa escala foi utilizada anteriormente por Machado (1999), Cia (2005) e Zanfelicci (2009) obtendo um índice de confiabilidade interna de respectivamente 0,86; 0,87 e 0,82. O índice de

confiabilidade interna desta escala para o presente estudo foi de 0,79 para os homens e de 0,87 para as mulheres participantes.

Satisfação com a relação conjugal: esta medida foi obtida por meio da Escala de Satisfação Conjugal (Dela Coleta, 1989): escala de 3 pontos, sendo 1, gosto de como tem sido; 2, gostaria que fosse um pouco diferente e 3, gostaria que fosse muito diferente; que visa medir a satisfação dos participantes com seu relacionamento conjugal. Esta escala obteve um índice de confiabilidade interna de 0,90 para os homens e de 0,86 para as mulheres participantes.

Satisfação com o desempenho familiar: esta medida foi obtida por meio da Escala de satisfação com o desempenho familiar (CARNET, 1993; Corradi, 1999; Cia, 2005; D’Affonseca, 2005; Gravena, 2006). O último autor adaptou a escala de pontuação inicialmente com cinco pontos para uma escala de 10 pontos, sendo 1, totalmente insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, totalmente satisfeito. Esta escala mede a satisfação do participante com o desempenho familiar. No estudo de Cia (2005) observou-se que a confiabilidade interna desse instrumento foi 0,77, enquanto no estudo de Machado (1999) a confiabilidade para essa mesma escala foi 0,84. Para a análise da satisfação familiar foi utilizado o item “qualidade dos cuidados que dedica ao seu filho”.

Estado psicológico

Satisfação com a vida: mensurada por meio da Escala de satisfação com a vida pessoal (CARNET, 1993; Corradi, 1999). Escala contendo 10 pontos, sendo 1, totalmente insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, totalmente satisfeito. Visou medir a satisfação dos participantes com atividades de interação interpessoais e lazer. Esse instrumento foi utilizado

anteriormente por Zanfelici (2009) obtendo um índice de confiabilidade interna de 0,85. Neste estudo, esta escala obteve índice de confiabilidade interna de 0,82 tanto para os homens quanto para as mulheres participantes.

Estresse: medido por meio da Escala de Estresse: (Cohen & Williamson, 1988 traduzido por Corradi, 1999). Escala de 10 pontos, sendo 1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre, que visa medir o estresse sentido pelos participantes em sua vida cotidiana, por meio da frequência de sentimentos negativos. No estudo de Cia (2005) observou-se que a confiabilidade interna desse instrumento foi 0,75. Esse instrumento também foi utilizado por Machado (1999) com índice de confiabilidade interna de 0,91. No presente estudo, esta escala obteve índice de confiabilidade interna de 0,75 para os homens e de 0,80 para as mulheres participantes.

Auto-estima: avaliada por meio da Escala de auto-estima (Rosenberg, 1965). Escala de 10 pontos que avalia a concordância dos participantes, sendo 1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente, com aspectos relacionados com sua percepção de valorização pessoal. Esta escala obteve índice de confiabilidade interna de 0,77 para os homens e 0,82 para as mulheres participantes.

Qualidade de vida: Mensurada por meio da Escala de qualidade de Vida (Graham-Berman, 2001). Escala de 10 pontos, sendo 1, totalmente insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10- totalmente satisfeito, que pretende avaliar a satisfação dos participantes com sua qualidade de vida. Esta escala obteve um índice de 0,65 para os homens e de 0,76 para as mulheres participantes.

Procedimento:

A primeira tentativa da pesquisadora para o recrutamento de participantes para o estudo ocorreu por meio de contato com instituições de educação infantil, visando localizar os pais de crianças da faixa etária que atendia aos critérios da pesquisa. Entretanto, os profissionais contatados não se dispuseram a intermediar a aproximação da pesquisadora com os pais das crianças, sinalizando que esse contato deveria ser feito diretamente pela pesquisadora, sem o auxílio da escola, podendo esta abordar os pais nas proximidades das instituições de ensino. No entanto, esta que foi considerada a segunda estratégia foi abandonada após uma única tentativa da pesquisadora, já que a mãe abordada se mostrou muito incomodada e desconfiada com a proposta da pesquisa realizada por meio deste procedimento.

A terceira estratégia testada pela pesquisadora foi coletar dados por meio de questionário. Foram entregues 12 questionários (para seis casais) para indivíduos que: (a) se enquadravam nos critérios do estudo, (b) concordaram em colaborar com a realização da pesquisa e (c) eram conhecidos da pesquisadora por freqüentarem os mesmos locais de trabalho ou estudo, embora esta não cultivasse relacionamento próximo ou de amizade com estes casais. Embora a pesquisadora mantivesse contato profissional quase que diário com um dos membros de cada casal, nenhum deles devolveu os questionários entregues. Dois justificaram a não devolução por falta de tempo para responder às questões e os outros quatro não mais abordaram o assunto com a pesquisadora. Esta não solicitou novamente o preenchimento e devolução dos questionários, por compreender que a não devolução espontânea indicava desistência por parte dos participantes e ao insistir, esta estaria contrariando os princípios éticos de participação livre e voluntária. Esta estratégia de coleta de dados também foi abandonada por ser considerada inadequada ao estudo.

Por fim, resolveu-se experimentar uma quarta estratégia para encontrar possíveis participantes, conhecida como a técnica “Bola de Neve” (Patton, 1990; Varoto, 2007), que envolve o recrutamento dos participantes entre as pessoas conhecidas da pesquisadora e por indicação dos próprios casais participantes. Acreditava-se que este tipo de recrutamento poderia ser apropriado para obtenção de respondentes para uma pesquisa sobre temas de cunho pessoal e que também poderia envolver a recepção de uma pessoa desconhecida em sua própria residência. A indicação era feita por alguém que já tinha sido entrevistado, ou que estava fora do perfil para participar do estudo, mas verificou o interesse de um casal conhecido em participar. Uma vez que o casal se dispunha a colaborar, o informante fornecia o nome e formas de contato com o outro casal à pesquisadora. Acreditou-se que esta estratégia diminuía a desconfiança dos casais a respeito da identidade da pesquisadora e permitia aos possíveis participantes conhecer os objetivos da pesquisa para avaliar seu interesse e suas condições para participar. Observou-se que esse método assegurava que somente os casais interessados e com disponibilidade de tempo para colaborar fossem contatados.

Com a adoção dessa estratégia, agendaram-se as entrevistas com as pessoas que atendiam aos critérios para participação no estudo sem inconvenientes. Para todos os casais, durante o primeiro contato telefônico realizado pela pesquisadora, foram explicadas as condições e objetivos do estudo e, com aqueles que confirmaram seu interesse, foi agendado um encontro para a realização das entrevistas.

Para viabilizar a coleta de dados, a pesquisadora contou com a participação de um auxiliar de pesquisa do sexo masculino. Este era um homem de 30 anos, casado, advogado pós-graduado e com vasta experiência profissional na condução de entrevistas. Assim, a entrevista com os participantes do sexo masculino e feminino ocorreram simultaneamente, em espaços físicos distintos, de forma a manter o sigilo das respostas. Os entrevistadores faziam

as questões aos participantes e preenchiem a entrevista, descrevendo literalmente a resposta dado pelos mesmos. A participação de pesquisadores de ambos os sexos mostrou-se altamente indicado por aumentar o conforto dos participantes no relato de suas experiências pessoais, uma vez que estes poderiam sentir-se incomodados em relatar vivências íntimas com pesquisadores do sexo oposto ao seu. Também visou evitar o desconforto que poderia ocorrer com o cônjuge do participante se o entrevistador fosse do sexo oposto, já que a entrevista foi realizada de forma sigilosa, isto é, sem a presença deste. Além disso, essa estratégia mostrou-se efetiva pelo fato de diminuir o tempo que o casal teria que ficar disponível para a coleta de dados. Uma possível desvantagem deste procedimento de coleta de dados diz respeito à questão da supervisão dos filhos durante a entrevista, uma vez que ambos os pais estavam ocupados. No entanto, as crianças estavam acostumadas a ocupar seu tempo em casa em atividades independentes, de forma que as interrupções foram mínimas. Concluiu-se que a técnica “Bola de Neve” e a presença de entrevistadores de ambos os sexos foi adequada para obtenção de dados de boa qualidade.

Utilizando a técnica “Bola de Neve” a taxa de participação foi superior a 98%. As entrevistas com um único casal não foram realizadas, uma vez que o casal não compareceu à casa da pesquisadora e não entrou em contato para remarcar ou justificar sua ausência. Mais tarde, quando a pesquisadora encontrou casualmente um membro deste casal, este relatou que havia se esquecido do dia da entrevista. Não houve novo agendamento da entrevista por não haver manifestação de vontade deste.

Tratamento dos dados

Em relação ao primeiro objetivo, a análise dos dados envolveu a organização e interpretação de dados quantitativos (respostas aos itens com formato fechado) e qualitativos (respostas aos itens com formato aberto), que foram obtidos por meio das respostas dos

participantes ao conjunto de instrumentos. Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente, segundo medidas descritivas de tendência central e dispersão (média, desvio padrão) e de frequência relativa. Para possibilitar o cálculo das médias gerais de algumas escalas que continham itens respondidos, ora de forma afirmativa, ora de forma negativa, a pontuação dos itens respondidos negativamente foi invertida, fazendo com que pontuações mais altas de cada um dos itens representassem a maior presença da variável sendo avaliada com a escala (por ex., estresse). Comparou-se as médias das pontuações apresentadas pelos homens e mulheres por meio do teste-*t*, a fim de verificar as semelhanças e diferenças entre as respostas dos participantes do sexo masculino e feminino, traçando assim, trajetórias na vida profissional e familiar ligadas ao gênero.

Os dados qualitativos foram tratados por meio de um procedimento de análise de conteúdo (Strauss & Corbin, 1994), buscando consenso entre dois juízes em relação à escolha de categorias e posterior categorização dos dados, conforme recomendado por Anfara, Brown e Mangione (2002). A presença de cada elemento diferente na resposta de cada pessoa foi considerada separadamente. Assim, o número de respostas para um determinado item poderia ser maior do que o número de respondentes. A versão final das categorias reflete um consenso entre os juízes sobre os temas presentes nas respostas, para cada questão e para conjuntos de questões similares. Com base na categorização dos dados e observando o número total de respostas diferentes apresentadas, calculou-se a frequência de cada categoria de resposta.

Em relação ao segundo objetivo, na impossibilidade de realizar uma análise de pistas (em função de não contar com uma amostra suficientemente grande), realizou-se uma série de regressões lineares para verificar a presença ou ausência das relações previstas, segundo o modelo proposto, a fim de testar o modelo de equilíbrio trabalho família que serviu de base para este estudo. Para a análise do modelo foram realizadas regressões lineares nas quais cada um dos aspectos de um nível foi relacionado com os aspectos do outro nível. Por

exemplo: em relação ao primeiro nível, no qual estavam incluídas variáveis utilizadas para indicar alguns dos recursos pessoais das participantes (idade, escolaridade e renda – variáveis independentes), foram realizadas análises para um de seus quatro tipos de envolvimento (mensurados por meio do tempo de dedicação) nas esferas profissional, conjugal, doméstico e parental. Assim, realizaram-se quatro análises de regressão para avaliar a relação entre os recursos pessoais das participantes e cada uma das variáveis do bloco subsequente do modelo, ou seja, seus envolvimento. Este tipo de análise foi realizado para cada um dos níveis separadamente para os homens e para as mulheres com a finalidade de verificar a influência de gênero sobre estas relações.

Resultados e Discussão

Os resultados foram organizados tomando-se por base os objetivos propostos pela pesquisadora. Assim, em uma primeira seção, serão apresentados os dados referentes ao primeiro objetivo do estudo, visando verificar a presença de trajetórias distintas para homens e mulheres. Em uma segunda seção, serão apresentados os resultados relativos ao segundo objetivo, envolvendo a avaliação empírica da adequação do modelo de equilíbrio trabalho-família proposto neste estudo para ambos os sexos.

1 - Recursos pessoais

Os recursos pessoais dos participantes se referem a algumas habilidades e competências centrais que possuem estreita relação com as formas como estes organizam seus envolvimento, seja profissional ou familiar, e angariam os recursos presentes no ambiente. Os dados para ambos os sexos são apresentados, comparando-se o comportamento observado nos homens e nas mulheres, procurando compreender a influência dos padrões atuais de gênero. Nesta seção apresentam-se informações a respeito da escolaridade, renda e idade dos participantes.

1.1 – Escolaridade

Dados do IBGE (2011), do ano de 2009, apontam que as mulheres brasileiras apresentavam em média 7,4 anos de estudo, enquanto os homens apresentavam 7 anos (número de anos de estudo que corresponde ao ensino fundamental incompleto). Dados sobre a escolaridade dos participantes do presente estudo apontam que pequena parte deles (4

homens e 1 mulher) não tinha alcançado o nível médio de ensino. Observou-se que 24 (48%) homens e 23 (46%) mulheres tinham alcançado o ensino médio, sendo que a grande maioria destes tinha finalizado esse nível de ensino, o que equivale a dizer que apresentavam 11 anos de escolaridade. Por fim, 22 homens (44%) e 26 mulheres (52%) alcançaram o ensino superior, sendo que desses, 13 homens e 17 mulheres o concluíram. Além disso, 6 homens (12%) e 11 mulheres (22%) tinham finalizado uma pós-graduação. Considerando-se estes dados tendo-se em vista a trajetória educacional de homens e mulheres, notou-se que a partir dos níveis de ensino médio, houve um número maior de mulheres do que de homens em cada grau de escolaridade, sendo que o dobro de mulheres tinha cursado uma pós-graduação. Estes dados indicam uma tendência a maior escolarização feminina e, por consequência, sua forte inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, se comparados os dados desta pesquisa com os dados nacionais apresentados pelo IBGE (2011), observa-se que os participantes apresentavam escolaridade expressivamente maior que a média brasileira. Espera-se que a escolarização esteja relacionada com a renda das pessoas, uma vez que maior qualificação traria perspectivas de salários mais elevados (Sachsida; Loureiro; Mendonça, 2004).

1.2 – Renda

Os dados do presente estudo foram coletados nos anos de 2009 e 2010, estando o salário mínimo brasileiro fixado em R\$510,00, neste período. Ao analisar a distribuição da renda mensal dos participantes, notou-se que a maioria das mulheres (n = 31, 62%) recebia até dois salários mínimos por mês, enquanto somente três homens (6%) encontravam-se na mesma condição. Em relação à próxima faixa salarial, entre dois e cinco salários mínimos, observou-se que 32 homens (64%) e 12 mulheres (24%) encontravam-se nessa faixa de remuneração. Se considerada as rendas mensais superiores a cinco salários mínimos, observou-se que 15 homens (30%) e 7 mulheres (14%) recebiam esse montante. Neste último

grupo (renda superior a cinco salários mínimos), deve-se ressaltar que nenhuma das mulheres participantes esteve contemplada, enquanto três homens relataram um salário acima deste valor (6%). Por meio do teste-*t*, comparou-se o salário médio entre os homens ($M = 2435$; $D.P. = 1406,38$) com a renda média entre as mulheres ($M = 1361$; $D.P. = 1058,65$). Observou-se que os homens recebiam uma remuneração significativamente superior encontrando-se: $t(49) = 6,7$; $p < 0,001$.

Diante da diferença de renda salarial encontrada entre o grupo de participantes do sexo masculino e feminino, procurou-se analisar se esta desigualdade poderia estar ligada aos indivíduos terem cargas horárias de trabalho distintas. Sendo assim, analisou-se a renda dos participantes em relação as suas horas de trabalho, dividindo-se a renda recebida por eles pelo número de horas trabalhadas. O resultado dessa equação indicou que os homens participantes recebiam em média R\$ 66,12 por hora, enquanto as mulheres recebiam R\$ 24,23 por hora. Certamente, a valor médio da hora de trabalho de homens e mulheres foi influenciado pelos participantes com altas rendas mensais. De qualquer forma, este dado revela a disparidade entre as rendas recebidas pelos participantes do sexo feminino e masculino, mesmo quando a remuneração deste foi calculada considerando as diferenças em relação à carga horária de trabalho. Maiores dados sobre o número de horas trabalhadas pelos participantes serão apresentados na seção destinada aos seus envolvimento.

1.3 – Expectativas em relação à vida (idade)

Houve grande variação na idade dos participantes. Em relação aos homens, a idade média observada foi 34 anos ($D.P. = 7,34$). A idade dos homens variou entre 22 e 64 anos, sendo que a grande maioria deles (76%) tinha idades entre 26 e 40 anos. Já para as mulheres, a idade média foi um pouco inferior, situando-se em 31 anos ($D.P. = 5,84$). A idade das

participantes variou entre 19 e 49 anos, sendo que a grande maioria delas (80%) tinha idade, assim como no caso dos homens, entre 26 e 40 anos. Quando realizada a análise para comparar a idade dos participantes do sexo masculino e do sexo feminino, tem-se que os homens eram significativamente mais velhos que as mulheres, sendo: $t(49) = 4,58; p < 0,001$.

Tendo em vista que a maioria dos participantes tinha apenas um filho e que todas as crianças alvo estavam com idades entre zero e cinco anos, nota-se uma tendência dos participantes a adiar a chegada do primeiro filho em comparação com gerações anteriores e em relação às famílias nas quais as mulheres optam por não seguir uma carreira profissional (Scanove, 2001).

Uma análise final buscou integrar os recursos pessoais apresentados pelos participantes relacionando as dimensões relacionadas ao sexo, que subentende padrões de comportamento e expectativas sociais relacionados ao gênero; anos de escolarização que indica a qualificação dos participantes e possibilidade de desenvolvimento de uma carreira profissional; renda individual obtida por meio da realização das atividades no ambiente de trabalho, indicando a valorização profissional encontrada por estes participantes nas atividades laborais que desenvolvem, e, por fim, a idade dos participantes que reflete as experiências e expectativas destes em relação ao momento atual de suas vidas. Tem-se assim, algumas discussões:

A similaridade encontrada entre a escolaridade dos participantes de ambos os sexo, ou a mais elevada escolarização feminina visualizada pelo maior número de mulheres que concluíram graduações e pós-graduações, comparadas com a significativamente inferior remuneração recebida por elas em suas atividades profissionais em comparação aos homens participantes, reflete as notórias desigualdades na valorização profissional dos participantes do sexo feminino e masculino. De forma geral, a renda é influenciada por fatores como escolaridade, horas de trabalho e experiência profissional. Neste sentido, ao examinar a

diferença na renda dos homens e mulheres, diante da observação da qualificação profissional das mulheres e corrigindo as diferenças em relação a estas variáveis, descarta-se a explicação de que a maior renda dos homens provenha da escolarização masculina ou do maior número de horas trabalhadas pelos homens. Embora tenha havido uma diferença significativa na idade de os homens e mulheres nesta amostra (3 anos em média), a grande diferença na renda nos dois grupos também não pode ser explicada por esta diferença discreta de idade.

A explicação para as desigualdades em relação à valorização do trabalho profissional de homens e mulheres pode ser explicada pelas diferentes expectativas em relação ao gênero. Em relação à carga horária, a literatura documenta que muitas mulheres optam por trabalhar em jornadas parciais, optando por não fazer horas extras durante a primeira infância de seus filhos (Aquino, Menezes & Marinho, 1995). As escolhas realizadas pelas mulheres ao longo de suas carreiras acabam se acumulando de forma gradativa e, embora imperceptíveis no momento em que ocorrem, trazem prejuízos em suas trajetórias profissionais em termos de ascensão a cargos de maior prestígio e remuneração ou benefícios. A literatura da área denomina esse fenômeno por teto de vidro (Jonathan & Silva, 2007). Esta interpretação é corroborada pelas informações nacionais do IBGE (2011), que indicam que a renda média dos homens brasileiros, em 2007, era de R\$ 1000,00 enquanto a renda média das mulheres brasileiras no mesmo período era de R\$773,00. No cenário nacional, existe uma grande contingente de pessoas com renda baixa, com salários próximos a um salário mínimo. Nesta amostra, diferentemente do cenário nacional, poucos homens recebiam um salário mínimo. Embora muitos estudos mostrem que existe uma relação significativa entre escolaridade e renda, parece que a diferença de renda entre homens e mulheres do presente estudo aumentou com a escolaridade. Ou seja, a renda dos homens participantes foi mais positivamente influenciada por sua maior escolaridade do que a renda das mulheres.

A menor remuneração pode trazer algumas conseqüências desfavoráveis para as mulheres, seja nas maiores dificuldades em assegurar sua manutenção financeira ou mesmo pela perpetuação da concepção de que os homens devem ser os principais responsáveis pelo sustento familiar, colocando a mulher em uma posição de maior dependência financeira e pressionando o homem a manter sua colocação profissional a despeito de sua atuação familiar e da satisfação com o vínculo profissional. Diante destes resultados considera-se vital que os estudos sobre a carreira profissional de homens e mulheres analisem detalhadamente as condições profissionais desiguais a que homens e mulheres, com filhos pequenos, estão expostos durante a infância de seus filhos e as conseqüências dessas diferentes condições para o decorrer da trajetória profissional destas pessoas, a fim de beneficiar tanto os homens quanto as mulheres em relação à satisfação profissional, familiar e pessoal.

Os recursos pessoais dos participantes, analisados nesta seção, são a base para seus envolvimento nas diferentes áreas de suas vidas.

2 - Envolvimentos

Nesta seção serão apresentados os diferentes envolvimento dos participantes: profissional, conjugal, doméstico e parental, diferenciando-os em relação ao sexo.

2.1 - Envolvimento profissional

Em um contexto em que ambos os cônjuges exercem atividades remuneradas fora de suas casas, contribuindo para o sustento familiar, o trabalho profissional se mostra um elemento decisivo na vida dessas pessoas. Isso porque, além do tempo dispensado para essas atividades e o valor que elas têm para a manutenção de si e de sua família, no trabalho as

peças estabelecem significativos relacionamentos sociais, sendo um ambiente que proporciona realizações pessoais ligadas a sentimentos de bem estar e valorização de si mesmo (Gravena, 2006; D’Affonseca, 2005). Desta forma, este estudo procurou descrever o envolvimento de pessoas casadas e com filhos pequenos com o trabalho laboral, buscando dados que levassem a conhecer similaridades e singularidades entre os sexos na trajetória profissional.

2.1.1 - Profissões exercidas pelos participantes

Em relação às profissões exercidas encontram-se ocupações bastante diversificadas, exigindo diferentes competências técnicas e graus de escolaridade variados.

Os homens apresentaram as seguintes profissões, descritas em ordem alfabética: advogado (1), agricultor (1), analista (1), assistente comercial (1), auxiliar geral (1), balconista (2), comerciante (1), contador (1), coordenador (3), dentista (1), dobrador (1), engenheiro (2), funcionário público (1), guarda municipal (3), instalador (1), metalúrgico (1), modelador (1), motorista (3), musicista (1), operador de máquinas (1), policial militar (2), porteiro (1), professor de ensino fundamental e médio (1), professor universitário (2), psicólogo (1), publicitário (1), químico (1), representante comercial (1), soldador (3), supervisor (1), técnico (4), torneiro mecânico (2), veterinário (1) e vidraceiro (1).

Já as mulheres apresentaram as seguintes profissões: administradora (1), agente educacional (3), agente operacional (1), ajudante de produção (1), analista (1), auxiliar administrativo (4), auxiliar de cartório (1), auxiliar odontológico (2), babá (1), balconista (1), bióloga (1), cabeleireira (2), comerciante (5), coordenadora escolar (1), cozinheira (1), escriturária (1), faturista (1), fisioterapeuta (1), fonoaudióloga (1), manicure (2), montadora (1), operadora de caixa (3), pedagoga (1), professora de ensino infantil (1), professora de

ensino fundamental (2), professora de ensino médio (1), professora universitária (2), psicóloga (2), secretária (3), técnica (1) e vendedora (1).

Corroborando com o estudo de Brito e D'Acri (1991), nota-se que as mulheres tenderam a ocupar profissões mais relacionadas ao cuidado de pessoas do que os homens. Para essas autoras estas profissões seriam menos valorizadas no mercado profissional, e por consequência, quando as exercem as mulheres tendem a ocupar posições de menor prestígio e com menor remuneração. Também, neste estudo, estas tenderam a ter mais profissões relacionadas ao trabalho liberal, ou sem vínculo com grandes empresas, o que talvez leve a menor possibilidade de receber benefícios.

A carga de trabalho profissional dos participantes deste estudo foi utilizada na sessão anterior para a comparação entre as remunerações recebidas por homens e mulheres. Nesta seção, a jornada de trabalho dos respondentes é analisada de forma mais aprofundada.

2.1.2 – Jornada de trabalho profissional

Quando realizada a comparação entre a jornada de trabalho de homens e mulheres, nota-se que eles desempenhavam uma jornada de trabalho diária significativamente superior ($M = 8,9$, $D.P. = 2,21$) a das mulheres ($M = 7,8$, $D.P. 1,92$), $t(49) = 3,06$; $p = 0,0004$). Se analisadas as jornadas de oito horas ou mais, tem-se que estas estavam presentes na rotina laboral de 45 homens (90%) e 34 mulheres (68%). Desta forma, nota-se que a maioria dos participantes passava grande parte das horas de seus dias fora de casa, exercendo suas atividades profissionais, mas um terço das mulheres buscava equilibrar seus envolvimento, nesta fase, limitando seu envolvimento profissional. Nesse sentido, Aquino, Menezes e Marinho (1995) já discutiam que as escolhas profissionais de homens e mulheres, incluindo-se a opção pela extensão da jornada de trabalho, são influenciadas pelas expectativas culturais de cuidado de crianças e de execução de tarefas domésticas. Este fato é evidenciado, com

maior frequência, no período em que os filhos são pequenos e, portanto, demandam grande atenção e cuidado de seus pais. Desta forma, os envolvimento familiares afetam opções profissionais no início da carreira, as quais podem afetar a progressão profissional dos funcionários. Por exemplo, escolhas por jornadas menos extensas, juntamente com outras estratégias menos visíveis, tais como menor número de viagens ou horários fixos de trabalho, que parecem ser mais comuns entre mulheres que homens, resultando em menor investimento em qualificação e rede de contatos no trabalho e, portanto, menor ascensão profissional.

A análise do envolvimento profissional dos participantes não se limitou à profissão e ao número de horas trabalhadas. Além dessas informações, considerou-se necessário conhecer a carga de atividades profissionais realizadas pelos participantes. A análise da carga de trabalho foi realizada de duas formas: uma delas foi a aplicação de uma escala que visava mensurar a carga de trabalho de forma quantitativa e uma questão aberta por meio da qual foi perguntado aos participantes como eles avaliavam sua carga de trabalho.

2.1.3 - Carga de trabalho profissional

Tabela 1
Percepção de carga de trabalho (N = 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
4,1*	2,28	4,7*	2,18

* *Diferença estatisticamente não significativa*

Nota: A escala variou entre 1, discordo plenamente a 10, concordo plenamente.

Em relação à percepção de carga de trabalho de homens e mulheres, não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias. Desta forma, deve-se considerar que participantes de ambos os sexos tinham percepções muito parecidas a respeito de sua carga de trabalho profissional, sendo essa carga avaliada como moderada. A fim de compreender melhor a avaliação dos participantes sobre sua carga de trabalho, colheu-se a descrição verbal

destes a respeito de como se sentiam em relação à quantidade de atividades que realizavam no trabalho, por meio de uma questão aberta (vide Tabela 2).

Tabela 2
Descrição sobre a carga de trabalho profissional (N = 100)

Categorias	Homens	Mulheres
Realização ou satisfação em relação à carga de trabalho profissional realizada	<p>“Sinto-me valorizado e bem por fazer o que gosto” [H4].</p> <p>“Acho que o que faço é normal e suficiente” [H26].</p> <p>“Quantidade suficiente para as horas trabalhadas” [H47].</p>	<p>“Tranquilo, adoro o que faço. Trabalho feliz” [M7].</p> <p>“Sinto-me bem, estou bastante habituada ao meu trabalho” [M34].</p> <p>“Sinto-me bem, pois tenho horários organizados para cada coisa que tenho que fazer” [M39].</p>
	n = 32	n = 26
Excesso de atividades profissionais	<p>“São atividades da minha competência, porém, são muitas” [H25].</p> <p>“Acho que tenho mais coisas para fazer do que pode ser feito. Acho que tenho muito trabalho” [H32].</p> <p>“Fico sobrecarregado” [H41].</p>	<p>“É muita coisa, fico estressada, pensando que não vou dar conta” [M4].</p> <p>“É um desespero” [M17].</p> <p>“Há um acúmulo de coisas. Sinto-me perdida” [M44].</p>
	n = 14	n = 22
Percepção da carga de atividades ser insuficiente	<p>“Acho que tenho muito tempo para poucas atividades” [H23].</p> <p>“Acho que são poucas atividades” [H24].</p> <p>“Fico muito tempo parado, sem fazer nada” [H34].</p>	
	n = 3	n = 0
Carga de trabalho profissional variável	<p>“Minha carga de trabalho é muito variada, pois há dias que eu tenho poucas atividades, porém há dias em que tenho muitas atividades” [H28].</p>	<p>“Nos dias da faxina é mais calmo, nos dias de atendimento é muito corrido” [M11].</p> <p>“Alguns dias a sobrecarga é maior, no entanto, no geral, tenho tempo para realizar as atividades com tranquilidade” [M20].</p>
	n = 1	n = 2

A análise dos relatos dos participantes revela que grande parte dos homens (n = 32, 64%) e mulheres (n = 26, 52%) sentia-se satisfeito com sua carga de trabalho e seus relatos indicam boa adaptação as suas rotinas laborais. Entretanto, outros participantes, dentre eles 14

homens e 22 mulheres, indicaram que se sentiam sobrecarregados pelas atividades de trabalho, relatando carga excessiva. O maior número de mulheres com percepções relativas ao trabalho em excesso apóia a hipótese de que seja mais comum entre mulheres enfrentar problemas de conciliação entre as atividades familiares e laborais, o que poderia repercutir nas atividades de trabalho destas (Jonathan e Silva, 2007). Dentre os participantes, 3 homens (6%) disseram acreditar que desempenhavam poucas atividades em seu trabalho, o que não ocorreu com nenhuma das mulheres.

Considerando os dados quantitativos em relação à carga de trabalho encontrou-se uma percepção parecida para ambos os sexos. Entretanto, quando solicitado aos participantes que descrevessem aspectos relativos a essa carga, um maior número de mulheres relatou sobrecarga, indicando as maiores dificuldades na execução destas atividades. As diferenças entre os sexos apareceram de forma sutil e só puderam ser visualizada quando uma análise dos relatos foi realizada. Estes dados abrem a possibilidade de reflexão sobre as demandas diferentes enfrentadas por mulheres e homens, mães e pais de crianças pequenas, quanto às exigências do mercado de trabalho em relação ao tempo e disponibilidade de envolvimento.

Além da carga de trabalho percebida pelos participantes, considerou-se importante avaliar a importância que homens e mulheres creditavam às suas atividades laborais.

2.1.4 - Importância do trabalho profissional

Sem negar os efeitos consideráveis de uma carga de trabalho alta e crônica para a saúde, a literatura aponta que a motivação intrínseca contribui fortemente para a superação ou manejo das dificuldades cotidianas. Um fator central que contribui para a manutenção da motivação é o valor atribuído pelo indivíduo às atividades que realiza e sua percepção de competência no desempenho destas.. Nesse sentido, Itaboraí (2002) aponta para os benefícios pessoais que a realização de atividades profissionais pode trazer aos indivíduos. De acordo

com essa autora, além da possibilidade de independência financeira e autonomia, o trabalho, quando avaliado como satisfatório, pode contribuir para a elevada auto-estima, sendo um aspecto de grande valor em suas vidas. Diante do papel do trabalho profissional na vida dos indivíduos, avaliou-se a importância atribuída pelos participantes ao seu trabalho.

Tabela 3
Percepção da importância do trabalho profissional (N = 100)

Homem		Mulher	
M	D. P	M	D.P.
7,6*	1,35	7,3*	1,90

* *Diferença estatisticamente não significativa*

Nota: A escala variou entre 1, discordo plenamente, e 10, concordo plenamente.

Comparando-se a percepção da importância do trabalho para homens e mulheres, não se observou uma diferença estatisticamente significativa. Assim, tanto para ambos os sexos o trabalho era um aspecto de valor em suas vidas. Esse resultado rebate crenças paternalistas culturalmente difundidas de que mulheres que são mães de filhos pequenos preferem não trabalhar enquanto estes estão na primeira infância, embora, como visto nos dados sobre a jornada de trabalho, elas, muitas vezes, preferem reduzir suas jornadas a fim de dedicar mais tempo a seus filhos enquanto estes são pequenos. Os resultados desta amostra indicam que as mulheres estavam tão interessadas no trabalho profissional quanto os homens, a despeito de ter um número maior de mulheres que sentiam dificuldades para conciliar suas atividades nestas duas esferas, nesta fase de suas vidas. Sentir-se satisfeito e valorizado por suas atividades profissionais pode ser um fator de influência positiva na vida destes indivíduos. Desta forma, estratégias, no ambiente de trabalho, que possibilitem a conciliação entre atividades laborais e familiares são muito bem vindas e podem auxiliar os funcionários na busca de uma vida saudável e equilibrada, bem como podem colaborar de forma prática para a qualidade do trabalho destes, nesta fase peculiar de suas vidas.

Tendo-se que o trabalho é um aspecto importante na vida de homens e mulheres, mas que o envolvimento profissional precisa ser ajustado após o nascimento de um filho, procurou-se compreender as mudanças ocorridas nas atividades laborais dos participantes após a entrada no papel parental.

2.1.5 - *Mudanças no trabalho após o nascimento do filho*

Como discutido por Piccinini *et al.* (2007), a chegada de uma criança exige dos indivíduos adaptações em vários aspectos de suas vidas. Assim, neste estudo, tornou-se interessante conhecer a percepção dos participantes a respeito das mudanças ocorridas no trabalho, após o nascimento dos filhos. Na realidade atual, com a existência da alta competitividade no mercado de trabalho, reduções na dedicação profissional podem ocasionar impactos fortemente negativos, principalmente, para indivíduos que buscam ascensão profissional e cargos de status e prestígio. Desta forma, as mudanças na atuação profissional decorrentes das novas responsabilidades familiares adquirem a conotação de custos, em função dos prejuízos ou da falta de oportunidades de crescimento profissional associadas à queda da produtividade. Por outro lado, entende-se que os benefícios psicológicos do papel parental podem compensar os custos profissionais para muitas pessoas, especialmente, quando se pensa nos ganhos psicológicos acumulados ao longo da vida no cultivo do convívio próximo e afetuoso com familiares e pessoas queridas.

Para obter informações a respeito dessas alterações, perguntou-se aos respondentes sobre mudanças percebidas como negativas ou positivas que tenham ocorrido no seu trabalho devido às demandas familiares, após o nascimento de seu filho (vide Tabela 4).

Tabela 4
Custos no trabalho após o nascimento do filho (N = 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
3,5*	1,68	3,4*	1,56

* *Diferença estatisticamente não significativa*

Nota: A escala variou entre 1, nunca e 10, sempre.

Os entrevistados foram questionados sobre os custos que enfrentavam no exercício profissional, devido ao fato de serem pais de crianças de até cinco anos, como, por exemplo, ter que faltar ao trabalho, não poder participar de reuniões que eram realizadas no horário normal do expediente, entre outros. Tanto homens quanto mulheres relataram a presença dessas dificuldades de conciliação entre trabalho e família, sendo as percepções dos participantes de ambos os sexos muito próximas. Embora as médias apresentadas por eles estivessem por volta dos 3 pontos, essas pontuações indicaram que a chegada de um filho trouxe algumas mudanças na vida dos trabalhadores, de ambos os sexos, que foram vistas como prejudiciais ao desempenho no trabalho. A presença de custos equivalentes para homens e mulheres reflete o maior engajamento masculino na criação de seus filhos em comparação às gerações anteriores, a ponto das demandas com a criação dos filhos terem projeções negativas no ambiente de trabalho. A esse respeito, Spindola e Santos (2004) discutem uma maior valorização atual por parte dos homens, do envolvimento próximo e íntimo com seus filhos, o que era esperado, anteriormente, somente por parte das mulheres. Diante da presença dos custos observados neste estudo, faz-se necessária a compreensão do empregador e a existência de políticas públicas que levem em conta as necessidades diferenciadas dos funcionários que são pais e mães de crianças pequenas a fim de minimizar os possíveis impactos negativos advindos da conciliação das demandas profissionais e familiares.

Além dos dados quantitativos a respeito dos custos no trabalho, que focalizam alterações negativas provenientes do nascimento dos filhos, buscou-se a descrição dos participantes a respeito destas mudanças. Essas descrições mostraram-se importantes para

compreender a realidade dos indivíduos que encontram dificuldades em integrar essas duas esferas de suas vidas.

Tabela 5
Modificações negativas no trabalho após o nascimento do filho (N = 100)

Categorias	Homens	Mulheres
Não houve	n = 44	n = 27
Preocupações em relação à manutenção financeira e profissional	<p>“Receio de perder o trabalho” [H1].</p> <p>“Não se pode brincar com as responsabilidades quando se tem três filhos” [H30].</p>	<p>“Piorou a cobrança que eu me imponho e a cobrança dos empregadores. Isso não me faz bem” [M13].</p> <p>“Preocupar-me mais em ter um trabalho fixo” [M20].</p> <p>“Tive que me sujeitar a outros tipos de trabalho” [M43].</p>
	n = 2	n = 3
Maior cansaço ou desgaste	<p>“Maior desgaste” [H7].</p> <p>“Aumentou o cansaço” [H13].</p>	<p>“Há dias que me sinto muito cansada” [M2].</p> <p>“Fico estressada e sobrecarregada” [M8].</p> <p>“Correria e cansaço” [M10].</p>
	n = 2	n = 4
Sentimentos relacionados à família que interferem no desempenho profissional		<p>“A maior preocupação é com o filho” [M4].</p> <p>“Tenho a sensação de que fico muito longe da minha filha durante o dia” [M15].</p> <p>“As negativas estão ligadas ao conflito e a culpa por não estar com meus filhos” [M30].</p>
	n = 0	n = 3
Menor dedicação ao trabalho	<p>“Às vezes, ter que sair do trabalho e deixar por conta de outras pessoas” [H26].</p> <p>“Não faço mais horas extras” [H34].</p>	<p>“Tenho que sair mais cedo e às vezes deixo coisas por fazer” [M9].</p> <p>“Não consigo realizar tudo o que gostaria no trabalho” [M30].</p> <p>“Eu não consigo fazer as coisas no trabalho como eu fazia antes. Hoje tenho menos dedicação” [M33].</p>
	n = 2	n = 13

A grande maioria dos homens (n = 44, 88%) e um pouco mais da metade das mulheres (n = 27, 54%) disse que não havia percebido modificações negativas no trabalho após o nascimento do filho. Nota-se que uma parte importante dos participantes contavam com estratégias que lhes permitiam cumprir suas atividades de trabalho, dentro do padrão

esperado. Nota-se, no entanto, que o nascimento de um filho teve impacto negativo sobre a carreira de um número muito maior das mulheres do que dos homens. Esses dados são coerentes com discussões presentes na literatura que apontam que o nascimento dos filhos, em geral, traz modificações positivas na vida profissional dos homens, como maior dedicação e responsabilidade (Bonelli, 2005). No caso das mulheres, os impactos da maternidade sobre suas experiências profissionais são mais heterogêneas, com quase metade das participantes relatando mudanças negativas crônicas no trabalho.

As modificações negativas são distribuídas em quatro diferentes categorias. A primeira dizia respeito ao receio de não conseguir manter sua carreira ou remuneração. Os relatos indicam que essas pessoas passaram a preocupar-se com maior intensidade com a manutenção financeira da família perante as despesas ampliadas para a criação de seus filhos.

Outra categoria esteve relacionada à sensação de cansaço ou desgaste físico ou psíquico, provavelmente ocasionada pelas dificuldades na conciliação entre as demandas familiares e profissionais. A terceira categoria envolveu preocupações relativas às interações familiares, que foram consideradas como causadoras de interferências negativas no desempenho profissional, sendo que nesta categoria foram incluídas respostas apenas de mulheres. Uma quarta categoria referiu-se à percepção de efeitos deletérios sobre a dedicação ao trabalho, o que coincide com itens avaliados na escala de custos, já apresentada. Embora a pontuação média dos homens e das mulheres na escala de custos tenha sido muito similar, comentários espontâneos sobre problemas de horário foram mais frequentes entre as mulheres do que os homens. Em um contexto profissional no qual a dedicação e disponibilidade de tempo são consideradas indispensáveis para a progressão na carreira, especialmente em cargos que exigem maior qualificação dos funcionários, pode-se cogitar que o desenvolvimento profissional destas mulheres poderia estar em maior risco do que o dos homens.

Embora estejam presentes as modificações negativas no trabalho após o nascimento de um filho, também podem ocorrer mudanças positivas que auxiliam na realização das atividades laborais, por meio do desenvolvimento de novas habilidades ou mesmo pelo sentimento advindo de relacionamentos familiares gratificantes e sentimentos de autovalorização. Na Tabela 6 encontram-se as descrições dos participantes relativas às modificações positivas no trabalho, ocorridas após o nascimento do filho.

Tabela 6
Modificações positivas no trabalho após o nascimento do filho (N = 100)

Categorias	Homens	Mulheres
Não houve	n = 18	n = 16
<p>Maior responsabilidade, dedicação ou determinação no trabalho</p>	<p>“Responsabilidade dobrada” [H7].</p> <p>“Maior comprometimento com o emprego. Fiquei mais responsável, mais atencioso” [H10].</p> <p>“A maior responsabilidade com o trabalho e valorização maior da minha profissão” [H19].</p>	<p>“Maior determinação, mais garra para poder vencer” [M8].</p> <p>“As positivas estão ligadas a maior motivação para trabalhar” [M30].</p> <p>“Maior estímulo para trabalhar, antes eu não tinha tanto ânimo para conquistar as coisas” [M39].</p>
	n = 27	n = 15
<p>Ampliação das habilidades profissionais e pessoais</p>	<p>“Estou mais maduro e as dificuldades parecem menores” [H21].</p> <p>“Estou mais exigente e mais paciente” [H34].</p> <p>“Fiquei mais humano, passei a respeitar mais o próximo” [H42].</p>	<p>“Consegui equilibrar meus sentimentos e controlar minha raiva. Fiquei mais paciente” [M11].</p> <p>“Aprendi a me concentrar mais e fazer melhor uso do tempo que tenho” [M22].</p> <p>“Fiquei mais flexível” [M46].</p>
	n = 9	n = 24

Analisando as respostas dos participantes, nota-se que houve dois tipos principais de modificações positivas, tanto para homens quanto para mulheres: a) modificações que envolviam maior responsabilidade e dedicação para com as atividades laborais ou sentimentos de maior determinação ou disposição para alcançar metas profissionais e b) desenvolvimento de habilidades profissionais ou pessoais. Na primeira categoria foram incluídas as respostas de 27 homens e 15 mulheres. Há uma predominância de comentários sobre um aumento no

engajamento profissional entre os homens, em comparação com as mulheres, o que está de acordo com a literatura que indica a intensificação do vínculo com o trabalho por parte de homens, quando estes se tornam pais. Na segunda categoria, sobre desenvolvimento profissional ou pessoal, enquadram-se os comentários de 9 homens e 24 mulheres, demonstrando que mulheres participantes, mais do que os homens, procuram desenvolver habilidades para ser mais eficientes no trabalho. Assim, agrupando estes dados, nota-se que para boa parte dos homens e mulheres, o nascimento de um filho esteve associado a modificações positivas nas atividades profissionais, sejam elas relacionadas a habilidades interpessoais ou maior motivação e dedicação ao trabalho.

A literatura aponta que a dedicação tanto ao trabalho quanto a família não são necessariamente dois aspectos incompatíveis na vida dos indivíduos, inclusive durante a primeira infância dos filhos. À medida que as demandas possam ser bem integradas, abre-se espaço para que ocorram transferências de habilidades desenvolvidas em função de um tipo de envolvimento para a qualidade da atuação na outra área (Corradi, 1999; Matias *et al.*, 2008). Deve-se ressaltar, no entanto, que os resultados apontam que, ao contrário das modificações positivas, sentidas por homens e mulheres participantes de forma semelhante, as dificuldades de conciliação encontradas pelas mulheres pareceram maiores do que as encontradas pelos homens. Essas constatações indicam novamente, pequenas diferenças na trajetória profissional destes indivíduos, que somadas e consideradas ao longo de muitos anos, podem trazer resultados profissionais bastante distantes, ligados aos padrões de gênero.

O último aspecto do envolvimento profissional dos participantes analisado, referiu-se à percepção destes a respeito de seu ambiente interpessoal de trabalho, incluindo o relacionamento com os colegas e com os supervisores.

2.1.6 – Ambiente interpessoal de trabalho

O período de tempo que os indivíduos permanecem no trabalho envolve grande parte de seu dia e de sua semana. Desta forma, a qualidade das relações interpessoais desenvolvidas no ambiente profissional é vital para o bem estar e qualidade de vida. Pensando nisso, perguntou-se aos participantes sobre a percepção do apoio recebido do supervisor e dos colegas de trabalho. Esse questionamento se fez ainda mais relevante perante a falta de estratégias de instituições empregadoras para apoiar funcionários que são pais e mães de filhos pequenos (Vanalli & Barham, no prelo), o que pode ser um fator que dificultaria a conciliação entre as demandas familiares e profissionais, gerando tensões interpessoais no trabalho (vide Tabela 7).

Tabela 7
Percepção dos participantes sobre seu ambiente interpessoal no trabalho (N = 100)

Homem		Mulher	
M	D.P.	M	D.P.
5,8*	1,31	5,9*	1,21

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, discordo totalmente, e 10, concordo totalmente.

Quanto à percepção dos participantes quanto ao relacionamento com seus colegas de trabalho e supervisores imediatos, nota-se que, para ambos os sexos, a pontuação média esteve próxima aos 6 pontos, indicando que os participantes encontravam-se medianamente satisfeitos com o apoio advindo das relações neste ambiente. O apoio recebido é um fator de grande repercussão para o equilíbrio trabalho família, como discutido por Dessen e Braz (2000) e Possati e Dias (2002). O fato do apoio interpessoal no trabalho ter sido considerado moderado indica que estes participantes não contavam com o auxílio que consideravam desejável. A inexistência de estratégias inclui o escasso auxílio oferecido pelos empregadores e a falta de apoio de supervisores e colegas que não encontram respaldo para auxiliarem seus

colegas, já que a mudança nas exigências em relação aos funcionários com filhos pequenos não faz parte da política ou mesmo da cultura das empresas de forma geral (Vanalli e Barham, no prelo).

Além da preocupação em relação ao apoio interpessoal percebido pelos participantes, considerou-se interessante verificar se ocorreram mudanças no apoio à medida que as novas demandas provenientes do nascimento de um filho surgiram em seu cotidiano. Na Tabela 8 encontram-se os relatos das mudanças consideradas positivas.

Tabela 8
Modificações interpessoais positivas no trabalho após o nascimento do filho (N = 100)

Mudanças	Homens	Mulheres
Não houve	n = 40	n = 45
Positivas	“Fiquei mais próximo dos colegas que têm filhos pequenos” [H20]. “Existe até certo protecionismo para quem tem filhos” [H30]. “Estabeleci uma relação mais próxima com os colegas de trabalho que têm filhos” [H34]. “Os colegas passaram a me ajudar mais” [H42].	“Foi muito bom, pois recebi paparicos do supervisor e dos colegas de trabalho. Além disso, meu filho podia ficar comigo no trabalho” [M8]. “Recebi apoio quando tive problemas familiares” [M29]. “Sou mais ouvida e tenho mais diálogo com a minha chefe”. [M47]. “Senti-me acolhida” [M48].
	n = 10	n = 5

A grande maioria dos participantes, homens e mulheres não perceberam modificações positivas no relacionamento com os colegas de trabalho. Estes dados confirmam a idéia de que quando um funcionário tem um filho e se vê as voltas com maiores demandas familiares, estas se tornam invisíveis para os empregadores e colegas de trabalho, evidenciando a inexistência de estratégias para auxiliar pessoas com filhos pequenos. Quanto aos participantes que notaram mudanças positivas, os relatos revelam que o dobro de homens que de mulheres notou este tipo de mudança. Desta forma, parece que a chegada de um filho tende a trazer maiores benefícios para os homens que para as mulheres também em relação ao

relacionamento interpessoal no trabalho. Além das modificações positivas, os dados sobre modificações negativas também se mostraram de interesse para este estudo (vide Tabela 9).

Tabela 9: Modificações interpessoais negativas no trabalho após o nascimento do filho (N = 100)

Mudanças	Homens	Mulheres
Não houve	n = 50	n = 42
Negativas		<p>“Meu chefe não aceita as demandas fora do meu trabalho” [M9].</p> <p>“Como tenho menor disponibilidade de tempo para trabalhar acho que meu supervisor me avalia a partir disso” [M27].</p> <p>“O supervisor não quer que os funcionários tenham filhos e fica bravo quando eles têm que socorrer a família” [M45].</p> <p>“Para todos os meus erros, minha chefia usa o fato de eu ter filho como a causa” [M46].</p>
	n = 0	n = 8

Todos os homens responderam que não houve qualquer modificação negativa no que se referia ao seu relacionamento com supervisores ou colegas de trabalho após o nascimento dos filhos. No caso das mulheres, 8 delas relataram este tipo de mudança, incluindo questões como: a percepção de que o supervisor não respeitava suas necessidades familiares e avaliação negativa por parte do supervisor por apresentar menor disponibilidade para as atividades profissionais.

Uma análise conjunta dos resultados sobre custos no trabalho, modificações no desempenho profissional e alterações nos relacionamentos interpessoais neste ambiente indicou diferenças no percurso na vida profissional dos homens e mulheres participantes, após o nascimento dos filhos. A conciliação entre trabalho e família, no período em que os filhos são pequenos, parece ser mais custosa para algumas mulheres, já que uma parte substancial relatou, com frequência muito superior ao dos homens, modificações negativas em relação ao desempenho profissional e a presença de conflitos com os seus supervisores.

2.2 - Envolvimento conjugal

2.2.1 - Forma e tempo de união conjugal

O casamento é definido pelo IBGE (2011) como: “ato, cerimônia ou processo pelo o qual é constituída a relação legal entre homem e mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil”. Embora não explicitada nesta definição, este instituto inclui outra forma de união conjugal, denominada união consensual, na qual não são realizados contratos civis ou religiosos entre os membros do casal, mas há clara intenção destes em constituírem, juntos, uma família.

Uma vez que todos os casais entrevistados mantinham um relacionamento afetivo estável, perguntou-se qual a forma de união por eles adotada. A grande maioria dos casais (n = 36; 72%) enquadrava-se em algum tipo de contrato matrimonial, sendo este civil, religioso ou ambos. Especificamente, 27 casais (54%) realizaram tanto uma cerimônia civil quanto religiosa, sete casais (14%) optaram somente por um contrato civil e dois casais (4%) engajaram-se apenas em uma cerimônia religiosa. Os outros 14 casais (28%) mantinham entre si uma união consensual. Dessa forma, os dados apontaram que os casais participantes, em sua maioria, tinham optado por casamentos que envolvessem contratos formais ou rituais religiosos como forma de oficializar suas uniões conjugais. A opção por formalizar a relação conjugal pode ter sido influenciada pelo potencial econômico de ambos os membros destes casais e pela decisão de vir a tornarem-se pais.

Estatísticas nacionais a respeito das uniões conjugais (IBGE, 2011) indicam que o número de casamentos no país, incluindo todas as formas de união mencionadas, era de 56,5% em 2000. Quanto aos regimes de união conjugal escolhidos por estes casais, em 49,5% dos casos, os contratos envolviam cerimônia civil e também religiosa. Além disso, 17,5% dos casamentos foram realizados somente por contrato civil e 4,4% por atos religiosos. A

prevalência de uniões consensuais, sem efeito civil ou religioso, foi de 28,5%. As estatísticas disponibilizadas pelo IBGE (2011) dão indícios da importância do estudo das relações conjugais no Brasil.

Comparando-se os dados sobre regimes de casamento encontrados neste estudo e as estatísticas apresentadas pelo IBGE (2011) a este respeito, referentes ao ano de 2000, percebe-se que: havia uma proporção um pouco maior de uniões que contemplavam o casamento civil em conjunto com o religioso (54% e 49,4%, respectivamente); a porcentagem de uniões consensuais foi muito similar (28% e 28,5%, respectivamente); o percentual de casamentos envolvendo somente o regime civil foi maior (14% e 7,5%, respectivamente), mas foi igual para regimes somente religiosos (4% e 4,4%, respectivamente). Assim, dentro do universo de casais brasileiros, esta amostra se assemelha à população de referência.

Além das formas de união conjugal adotadas pelos casais, perguntou-se o tempo durante o qual estes estavam casados. O tempo médio de união dos casais foi de 7,4 anos (*D.P.* = 3,48); o tempo mínimo de união foi de 2 anos e o tempo máximo de 17 anos, sendo *que* a maioria dos casais estava casada há mais de 6 anos (*n* = 36; 72%).

Dada a importância dos relacionamentos conjugais para a compreensão das questões envolvidas no equilíbrio trabalho-família, buscou-se conhecer a percepção dos participantes a respeito de seus relacionamentos conjugais.

2.2.2 - Modificações no casamento após o nascimento do filho

Como apontado por Heilborn (2004), o casamento inicia uma importante transição que requer dos cônjuges grande capacidade de adaptação e exercício de extensa variedade de habilidades interpessoais. Com a chegada de uma criança, como comentam Montigny *et al.* (2006), se inicia uma nova transição que exige do casal habilidades diferentes das anteriores,

a fim de suprir as necessidades da criança e manter sua relação conjugal. Ao mesmo tempo em que tornar-se pai e mãe é algo esperado socialmente e desejado por grande parte dos casais, como discutem Sardinha, Falcone e Ferreira (2009), os filhos podem interferir negativamente na relação entre os parceiros. Os efeitos negativos ocorrem quando o casal não desenvolve estratégias que dêem conta de reorganizar o seu tempo de forma a manter as atividades consideradas como as mais importantes para a vida familiar e conjugal. Muitas vezes, a relação marital acaba sendo relegada muito aquém do desejado pelos cônjuges. Souza *et al.* (2007) apontam que, para casais de dupla carreira com filhos em idade escolar, as vivências conjugais podem ser prejudicada, devido ao fraco envolvimento dos cônjuges na relação amorosa, sendo que estes dedicam grande parte de seu tempo extra trabalho no cuidado e atenção aos filhos.

Considerando-se que o nascimento de um filho requer a estruturação, pelo casal, de formas adequadas de lidar com as demandas conjugais e parentais, procurou-se conhecer as percepções dos participantes a respeito das mudanças ocorridas no casamento, após o nascimento dos filhos. Algumas mudanças podem ser positivas e favorecer a relação conjugal. Ao mesmo tempo, a presença de problemas, nesta esfera, pode ser fonte de insatisfação conjugal ou de afastamento dos cônjuges. Solicitou-se aos participantes que relatassem as mudanças positivas e negativas na relação conjugal, após o nascimento de seu filho. São apresentados, na Tabela 10, os relatos sobre as modificações consideradas positivas.

Tabela 10
 Modificações positivas no casamento após o nascimento do filho (N = 100)

Categorias	Relatos ilustrativos dos participantes	
	Homens	Mulheres
Não houve	N = 3	n = 8
Aumento de intimidade: maior felicidade, amor, proximidade e união conjugal	“Nos aproximamos e ficamos mais amorosos um com o outro” [H8].	“O casal ficou mais unido, com mais amor e carinho. É diferente o sentimento, fica mais maduro” [M7].
	“Maior aproximação do casal, mais vida no relacionamento” [H26].	“Maior união. Já éramos unidos, mas ficamos mais depois dos filhos” [M12].
	“Sentimos-nos mais próximos, conciliadores e tolerantes” [H28].	“Cumplicidade e confiança” [M21].
	“Aproximação do casal, amor, carinho e respeito” [H38].	“Eu e meu marido ficamos mais unidos” [M49].
	n = 34	n = 32
Bom ajustamento: responsabilidade, amadurecimento ou maior dedicação ao casamento	“Fortalecimento do relacionamento e responsabilidade na vida conjugal” [H19]	“Amadurecer sendo mãe, até em relação ao casamento” [M1].
	“Amadurecemos juntos, aprendemos a ceder e sermos mais pacientes” [H21].	“Todas as mudanças foram positivas, pois me fizeram amadurecer” [M13].
	“Passamos a nos admirar mais pela nossa capacidade de adaptação às necessidades” [H30].	“Maior dedicação à família e ao casamento” [M18].
	“Eu criei mais compromisso com o casamento” [H32].	“Transforma-se em família, viver a rotina de uma família com todas as novidades que isso apresenta num relacionamento antigo” [M22].
	N= 15	n = 15

Dos participantes, 3 homens e 8 mulheres disseram não ter notado nenhuma modificação positiva no relacionamento conjugal após o nascimento do filho. Dos participantes que perceberam mudanças positivas, 34 homens e 32 mulheres relataram percepções ligadas à sensação de maior proximidade entre o casal, incluindo sentimentos de felicidade, amor, proximidade e união. Para outros 15 homens e 15 mulheres, as mudanças positivas estiveram relacionadas à percepção de maior responsabilidade, amadurecimento e dedicação. Considerando esses relatos, pode-se pensar que estes casais haviam encontrado formas adequadas de lidar com as demandas que o nascimento de uma criança havia trazido para o relacionamento conjugal, fazendo com que a presença do filho viesse a contribuir para

a felicidade do casal. Lembra-se que esta amostra era formada de casais que, em sua grande maioria, tinha apenas um ou dois filhos e estava conseguindo manter as atividades familiares e profissionais de ambos os cônjuges. Não estão incluídos neste estudo alguns tipos de famílias que poderiam ter tido outras condições como: desemprego, divórcio, crianças com problemas de desenvolvimento, entre outros.

Embora os dados sobre mudanças conjugais positivas, após o nascimento do filho, sejam bastante animadores, sabe-se que, devido às dificuldades de conciliação de diferentes demandas, ou mesmo por escassas habilidades sociais conjugais, os casais podem também ter enfrentado alguns problemas em seu relacionamento amoroso a partir do nascimento de seus filhos. Na Tabela 11 são apontados alguns relatos dos participantes a respeito dessa temática.

Tabela 11
Modificações negativas no casamento após o nascimento do filho (N =100)

Categorias	Relatos ilustrativos dos participantes	
	Homens	Mulheres
Não houve	n = 25	n = 17
Perda de intimidade e de tempo para dedicar-se ao relacionamento conjugal	“Não temos muito tempo para relações íntimas e sociais” [H14].	“Falta de tempo para o marido. Depois que o filho nasce ele vira prioridade” [M7].
	“Mudou para pior, pois a esposa deixa de dar atenção ao marido e passa a dedicar-se ao filho” [H18].	“Perda de interesse pelo casamento e muita atenção para o filho” [M11].
	“Diminuição do nosso tempo em comum” [H29].	“Pouco tempo sobra para ficarmos juntos e conversarmos” [M29].
	“Menor dedicação da minha esposa a mim e menor frequência de relações sexuais” [H46].	“Eu acabo até esquecendo de namorar por falta de tempo” [M36].
	n = 25	n = 33

Em relação às modificações negativas pelas quais o relacionamento conjugal passou após o nascimento do filho, verifica-se que 25 homens e 33 mulheres disseram que haviam percebido que o tempo e a dedicação para as atividades conjugais tinham diminuído. Nota-se que esse tipo de problema foi percebido com maior intensidade pelas mulheres. Sabe-se que esses casais eram pais de crianças menores de cinco anos, que demandam muita atenção,

fazendo com que estes contassem com menor tempo e disposição para as relações conjugais. Nesse sentido, Sardinha *et al.* (2009) discutem que quanto mais filhos um casal tem, maiores as chances dos cônjuges encontrarem-se insatisfeitos com o casamento. Um maior número de filhos cria mais demandas que tomam o espaço da relação conjugal, de forma que os casais, muitas vezes, não conseguem resgatar a intimidade e proximidade. Entretanto, no presente estudo, problemas de intimidade provocados pelo nascimento dos filhos não existiram para todos os casais entrevistados, já que 25 homens e 17 mulheres não relataram qualquer mudança negativa. Este resultado possivelmente reflete a visão positiva destas pessoas em relação ao tempo investido no filho pequeno (em detrimento ao tempo investido em outras relações). Também, estes casais estariam cientes de que a fase em que as demandas são muito intensas é passageira. Com o tempo, os casais poderiam esperar retornar às atividades conjugais que foram deixadas de lado, neste período específico de suas vidas. Mais uma vez, a capacidade do casal de lidar com as demandas neste período da vida, desenvolvendo novas habilidades e os recursos externos ao casal, ou seja, a rede social de apoio parecem aspectos importantes para a adequada superação das dificuldades que possam ser enfrentadas pelos cônjuges.

2.3 - Envolvimento com as tarefas domésticas

2.3.1 – Tempo dedicado às tarefas domésticas

As tarefas domésticas ocupam significativa parte do tempo gasto nos lares das famílias, envolvendo padrões distintos em relação ao que é necessário cumprir na rotina doméstica, exigindo maior ou menor dedicação de horas. Além disso, o tempo dedicado aos afazeres do lar é afetado pelo acesso ou não às fontes externas de apoio para auxiliar na execução dessas atividades. O uso de apoios externos em relação à rotina doméstica pelos

casais desta amostra será apresentado mais adiante. Neste momento, apresenta-se o tempo utilizado por cada um dos participantes em tarefas domésticas durante um dia típico de semana (vide Tabela 12) e um dia comum de final de semana (vide Tabela 13). A discussão sobre os dados de ambas as tabelas encontram-se após apresentação das mesmas.

Tabela 12

Horas dedicadas às tarefas domésticas nos dias de semana (N = 100).

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
1,9*	1,80	3,1*	1,96
$t(49) = -3,064; p = 0,004$			

**Diferença estatisticamente significativa.*

Tabela 13

Horas dedicadas às tarefas domésticas nos finais de semana (N = 100).

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
2,7*	2,38	5,6*	3,41
$t(49) = -4,517; p < 0,001$			

**Diferença estatisticamente significativa.*

Nota-se que as mulheres relataram passar mais horas realizando tarefas domésticas que os homens, tanto em um dia durante a semana quanto em um dia no final de semana, havendo uma diferença maior nos finais de semana. Uma explicação para esse fato é que durante a semana, tanto homens quanto mulheres ocupam grande parte de seu tempo com as atividades de trabalho profissional, restando menor tempo para a execução de tarefas domésticas. Já nos dias de fim de semana, nos quais não há expediente de trabalho, as mulheres tenderam a dedicar um período de tempo maior do que os homens aos afazeres domésticos. Esses resultados seguem o mesmo padrão observado em outros estudos recentes como os de Amazonas e Braga (2006) e Jablonsky (2010), nos quais as mulheres ocupavam-se das tarefas domésticas com maior frequência que os homens, mesmo entre casais em que os cônjuges trabalhavam fora o mesmo número de horas. Observa-se que ainda hoje perdura a

influência dos papéis sociais ligados ao sexo que influenciam a divisão de tarefas entre os membros do casal. No atual contexto brasileiro, a maior quantidade de tempo gasto em tarefas domésticas pode prejudicar o envolvimento destas mulheres em outras esferas também consideradas importantes como lazer e atividades familiares.

Deve-se considerar que os homens engajavam-se nessas atividades, mesmo passando um período de tempo significativamente menor que as mulheres. O envolvimento cotidiano dos homens nos afazeres domésticos está de acordo com um estudo de Falceto *et al.* (2008) comparando casais em que a mulher trabalha fora e casais em que a mulher é dona de casa. Estes autores encontraram que, quando as esposas exerciam atividades remuneradas fora do lar, os homens tendiam a apresentar uma participação mais efetiva nas tarefas domésticas. A maior engajamento masculino, diferente de épocas anteriores, pode trazer benefícios para as mulheres que trabalham fora de casa, uma vez que a participação de seus esposos reduz a sobrecarga, além de trazer benefícios para os próprios homens, que se envolvem mais com as rotinas da casa e da família, o que fortalece a relação conjugal e paterna.

2.3.2 – Satisfação com as tarefas domésticas realizadas

A satisfação das pessoas com seu envolvimento reflete a proximidade entre o que elas fazem e o que esperam de si mesmas, sendo uma medida de alta relevância psicológica. Considerou-se importante, além de mensurar a média de horas gastas por cada um dos cônjuges na realização de afazeres domésticos, questioná-los a respeito de sua satisfação com seu desempenho. A satisfação estava ligada à percepção de estar conseguindo fazer o que era necessário. Desta forma, os participantes que disseram estar insatisfeitos consideravam que estavam realizando um menor número de tarefas do que gostariam ou acreditaram ser necessário. Quando lhes foi perguntado se satisfeitos com o número de horas que gastavam fazendo atividades domésticas, 36 homens e 18 mulheres responderam afirmativamente. Ou

seja, apesar das mulheres terem relatado passar mais horas que os homens cuidando da casa, um número menor delas relataram estar satisfeitos com a quantidade de tempo gasto nestas atividades. Esses dados corroboram com as discussões de Wagner *et al.* (2005), quando discutem que as percepções masculinas e femininas são influenciadas por expectativas de gênero. Assim, espera-se que as mulheres realizem tais tarefas, fazendo com que estas coloquem para si um padrão elevado de responsabilidade para sua execução. Para os homens, em sentido inverso, as expectativas culturais são as de que estes não as realizem ou as façam com baixa frequência, fazendo com que se sintam altamente participativos a partir do desempenho de uma quantidade de tarefas muito inferior aquela realizada pelas mulheres. Esses dados apontam para as dificuldades encontradas por mulheres que trabalham fora e precisam, ou mesmo gostariam de fazer muitas atividades em casa, implicando na possibilidade de incompatibilidade de tempo e disposição em relação às demandas. No mesmo sentido, Lopes (2006), Gomes *et al.* (2007) e Jablonsky (2010) também fazem reflexões a respeito da manutenção de normas tradicionais, no cotidiano dos casais contemporâneos, no que diz respeito ao desempenho de tarefas domésticas.

2.3.3 – Sensação de sobrecarga em relação à execução de tarefas domésticas

Outro questionamento feito aos participantes, a fim de verificar a forma como estes lidavam com os cuidados da casa, foi se estes se sentiam sobrecarregados com as tarefas domésticas que realizavam. A esse respeito, 19 homens e 35 mulheres responderam de forma afirmativa a esta questão. Esses dados indicam que um número maior das mulheres estava enfrentando problemas em relação à alta carga de atividades relativas ao cuidado da casa.

Soma-se a esta maior sensação de sobrecarga em relação ao trabalho doméstico, à percepção de sobrecarga também em relação às atividades profissionais, como apresentado nos dados relativos ao envolvimento com o trabalho fora de casa. Juntos, estes dados indicam

dificuldades de conciliação das responsabilidades assumidas por elas, em função da cobrança social e pessoal para que cumpram todas as demandas desta fase de suas vidas. Uma parcela importante dos homens relatou a mesma percepção de sobrecarga profissional e familiar que as mulheres. Estes dados parecem indicar que à medida que os homens envolvem-se mais com as tarefas domésticas, estes encontram dificuldades de conciliação semelhantes às dificuldades femininas. Os problemas na conciliação experimentados por ambos os sexos apontam para a impossibilidade de acessar apoios externos de boa qualidade, nos ambientes profissional e doméstico, que poderiam reduzir a sobrecarga nesta fase tão importante da vida familiar e profissional.

2.4 - Envolvimento com o filho

Após o nascimento de um filho, aumenta o trabalho doméstico, mais, além disso, surge uma nova classe de atividades para atender as necessidades de desenvolvimento infantis. A criança exige do casal adaptações e reformulações que podem gerar tensões, caso os membros não desenvolvam novas estratégias para lidar com as mudanças. Em relação ao relacionamento conjugal, os pais deverão engajar-se no cuidado da criança, podendo ter menor tempo para atividades exclusivas dos cônjuges, como visto na seção relativa ao envolvimento conjugal. As modificações na rotina familiar incluem a adaptação de horários, escolha de atividades que permitam a presença do filho ou a retirada de atividades incompatíveis com as possibilidades deste. No que se refere à vida profissional, a chegada de uma criança reduz o tempo disponível para o desenvolvimento da carreira (Piccinini *et al.*, 2007). Considerando-se a importância das atividades relativas ao filho para o desenvolvimento saudável deste e para o estudo do equilíbrio trabalho-família, buscou-se conhecer como era realizado esse tipo de cuidado.

2.4.1 – Tempo dedicado aos cuidados com o filho

As atividades de cuidado infantil são parte importante dos papéis paterno e materno, sendo imprescindíveis para a saúde física e emocional das crianças, além de poderem contribuir para o bem estar e desenvolvimento pessoal dos adultos. Em relação às crianças menores de cinco anos, estas tarefas devem ser realizadas com alta frequência, sendo necessário grande dispêndio de tempo e dedicação por parte dos cuidadores. Até pouco tempo, essas atividades eram designadas quase exclusivamente às mães, sendo delas a responsabilidade pelo bem estar e desenvolvimento dos filhos. Como indicado pela literatura da área, nos dias atuais, as tarefas de cuidados com os filhos vêm sendo compartilhadas de forma mais equilibrada entre pais e mães, já que as mulheres, bem como os homens, passam parte de seu dia fora de casa, ocupados com o trabalho profissional (Coltrane, 2000).

Buscou-se assim, investigar quantas horas cada um dos participantes gastava realizando atividades com seu filho em um dia rotineiro da semana (vide Tabela 14) e em um dia comum de final de semana (vide tabela 15). A discussão dos dados encontra-se após apresentação das mesmas.

Tabela 14

Horas dedicadas ao cuidado do filho nos dias de semana (N = 100).

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
3,7*	2,24	4,6*	2,01
$t(49) = -2,513; p = 0,02$			

*Diferença estatisticamente significativa.

Tabela 15

Horas dedicadas ao cuidado nos finais de semana (N = 100).

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
9,2*	4,01	11,30*	4,54
$t(49) = -2,650; p = 0,01$			

*Diferença estatisticamente significativa.

Considerando-se um dia rotineiro de semana, as mulheres relataram gastar em média uma hora a mais que os homens com os cuidados dos filhos. Nos fim de semana, tanto homens quanto mulheres aumentaram o tempo que dedicavam aos cuidados dos filhos, entretanto, este tempo foi maior para as mulheres do que para os homens. Nota-se que o tempo total que os participantes estavam realizando atividades profissionais e cuidados com os filhos, nos dias úteis, resultava em uma soma de aproximadamente 16 horas diárias. Especialmente, na fase da vida em que estavam estes casais, o equilíbrio do trabalho e família mostrou-se ser uma tarefa altamente exigente.

Em relação ao alto envolvimento masculino em afazeres domésticos, Freitas *et al.* (2009) discutem o maior interesse atual dos homens em participar de atividades íntimas e próximas com seus filhos. Complementando esta idéia, Falceto *et al.* (2008) trazem a perspectiva de que quando as esposas engajam-se em trabalhos remunerados, seus esposos tendem a ter maior envolvimento familiar, principalmente se o casal mantiver um bom relacionamento conjugal. Percebe-se que o tempo dedicado ao envolvimento com os filhos é alto, indicando que os participantes compreendiam a importância de sua participação na rotina dos filhos.

Considerando-se que existem várias formas de cuidado com os filhos (incluindo atividades básicas como higiene, alimentação, além de contatos mais lúdicos como os de estimulação e lazer) e a importância de verificar se o envolvimento dos homens e mulheres tem focos diferentes, buscou-se conhecer o envolvimento dos participantes nestes diferentes tipos de atividades com seu filho.

2.4.2 – *Frequência de envolvimento nos cuidados básicos com o filho*

Os cuidados básicos para crianças de até cinco anos exigem grande dedicação por parte dos cuidadores, uma vez que são atividades realizadas diariamente e, parte delas,

diversas vezes em um mesmo dia. Desta forma, fez-se importante comparar a frequência de participação de homens e mulheres nestas atividades (vide Tabela 16).

Tabela 16

Frequência de envolvimento nos cuidados básicos com o filho (N = 100).

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
6,7	1,59	8,3	0,95

$$t(49) = -6,189; p < 0,001$$

**Diferença estatisticamente significativa.*

Nota: A escala variou entre 1, nunca e 10, sempre.

Observando-se as frequências de envolvimento com os cuidados infantis básicos, nota-se que os homens indicaram realizar estas atividades com seus filhos com frequência significativamente inferior a das mulheres. Desta forma, esta amostra apresenta padrões tradicionais de cuidado, nos quais as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados básicos dos filhos, estando encarregadas de atividades como alimentação e higiene, dentre outras. Não pode ser desconsiderado o fato dos homens terem relatado participação na rotina de cuidados básicos de seus filhos, mesmo que em frequência menor que a das suas esposas. O envolvimento masculino é um sinal de que está havendo uma divisão, mesmo que ainda desigual, das atividades entre pais e mães e, por conseqüência, envolvimento paterno mais efetivo.

2.4.3 – Frequência de envolvimento na estimulação e interação afetiva com o filho

Além das atividades de cuidados básicos, para que ocorra o adequado desenvolvimento infantil, se faz necessário que os cuidadores se encarreguem de outras atividades com as crianças, denominadas neste estudo como atividades de estimulação. Estas são diversificadas e podem estar presentes em diferentes momentos da interação entre pais e

filhos. Estas envolvem comunicação, educação, demonstrações de afeto e lazer, aspectos de suma importância para o desenvolvimento e bem estar infantil, por meio de uma interação de qualidade entre pais e filhos. Em épocas anteriores, da mesma forma como ocorria com os cuidados básicos, as mães também foram as principais responsáveis por esse tipo de atividade com seus filhos. Entretanto, nas últimas décadas, os homens passaram a se envolver e valorizar esse tipo de atividade. Deste modo, buscou-se comparar a frequência com que cada participante realizava atividades de estimulação com seus filhos (vide Tabela 17).

Tabela 17

Frequência de estimulação e interação afetiva com o filho (N = 100)

Homem		Mulher	
<i>M</i>	<i>D. P.</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>
4,3*	0,53	4,4*	0,42

Diferença estatisticamente não significativa.

Nota: A escala variou entre 1, nunca, a 5, todo dia.

De modo diferente dos resultados relativos aos cuidados básicos, os homens e mulheres apresentavam atuação bastante próxima em relação às atividades de estimulação e interação afetiva com seus filhos. Nota-se, assim, como já destacado por Bustamante (2005b) e Gravena (2006) que as mulheres tendem a realizar com maior frequência as atividades de cuidado diário. Já as atividades de estimulação e interação afetiva são realizadas com alta frequência por homens e mulheres, indicando participação mais igualitária nestas tarefas. Esses dados também corroboram com as discussões de Dantas, Jablonkski e Feres-Carneiro (2004) quando ressaltam a existência de uma nova concepção de paternidade, mais engajada no relacionamento afetivo com os filhos, diferente daquela prevalente em gerações anteriores.

2.4.4 - Satisfação com o envolvimento nos cuidados infantis

Novamente, considerou-se importante obter informações não apenas sobre o número de horas que cada membro do casal dedicava a cuidados infantis, como também verificar sua satisfação com este envolvimento. Dentre os participantes, 33 homens e 33 mulheres disseram que não se encontravam satisfeitos com o tempo disponível nos dias de semana. Em contraste, quando questionados em relação ao fim de semana, 36 homens e 36 mulheres disseram que estavam satisfeitos com o tempo que passavam cuidando de seus filhos. Esse dado confirma a preocupação dos homens e mulheres participantes com os cuidados de seus filhos. No caso dos homens, os dados evidenciam que estes estão seguindo padrões diferentes daqueles de gerações anteriores, desejando estar próximos aos seus filhos e participando de forma mais intensa de suas vidas (Freitas *et al.*, 2009). Em relação ao fim de semana, as tarefas domésticas não parecem prejudicar tanto o envolvimento dos casais com seus filhos, uma vez que estão fisicamente próximos aos seus filhos, podendo interromper o trabalho doméstico em momentos em que os filhos necessitam de atenção. O fato da maior parte dos participantes estarem insatisfeitos com sua dedicação nos dias úteis pode ser indicativo de que a carga de trabalho profissional durante a primeira infância dos filhos é mais alta do que o adequado para favorecer o envolvimento desejável por parte de pais e mães. Como será abordado mais adiante, nota-se uma demanda para mudanças nas normas de trabalho para pessoas nesta fase da vida familiar.

A qualidade das interações entre pais e filhos está fortemente ligada às normas culturais, como apontado por Bustamante (2005a). O comprometimento de homens e mulheres com a maternidade e paternidade não está condicionada predominantemente a fatores biológicos ou genéticos, mas sim ao contato prazeroso entre pais e filhos. Esse contexto deve incluir elementos capazes de despertar laços afetivos com a criança,

influenciados também pela relação conjugal, pelas expectativas que cada pai e mãe têm a respeito de sua função e importância na vida do filho e as experiências que adultos e crianças vivenciam juntos.

2.5 - Dificuldades na conciliação dos diversos envolvimento

Uma vez que os participantes foram questionados sobre seus envolvimento em todas as esferas abordadas por este estudo (trabalho profissional, relacionamento conjugal, envolvimento em tarefas domésticas e cuidados com o filho), tornou-se importante conhecer as principais dificuldades de conciliação por eles apresentadas (vide Tabela 18).

Tabela 18
Dificuldades na conciliação dos diversos envolvimento (N = 100)

Categorias	Relatos ilustrativos dos participantes	
	Homens	Mulheres
Não houve	11	2
Dificuldades em relação à organização do tempo e presença de sobrecarga	“A dificuldade é a falta de tempo” [H19].	“Administrar o tempo disponível” [M14].
	“O tempo para as demandas não é compatível” [H25].	“Sobrecarga de atividades, falta de tempo e sobreposição de esferas” [M21].
	“Impossibilidade de conciliar horários e ânimo para não desperdiçar o tempo restante” [H29].	“Falta tempo para tudo. A cabeça fica muito cheia” [M25].
	“A sobrecarga na conciliação entre trabalho, família e casamento” [H32].	“Às vezes fico muito cansada e não sei se darei conta” [M36].
	33	30
Limitações em relação ao cuidado dos filhos	“Não estar tão presente com meus filhos” [H5].	“Falta de atenção para os filhos” [M3].
	“Falta de tempo para me dedicar ao meu filho” [H9].	“A dificuldade é o tempo que tenho para ficar com minha filha” [M19].
	“Os filhos me cobram dessa falta de tempo para eles” [H31].	“Os filhos são os mais prejudicados” [M34].
	“A falta de tempo para dedicar a filha” [H38].	“Chego cansada e acabo não dando carinho ao filho” [M38].
	6	14
Limitações em relação à interação com o cônjuge	“A parte conjugal deixa a desejar” [H11].	“Não dar atenção para o marido, que chega a ter ciúme dos filhos” [M4].
	“Sinto falta de tempo para ficar com a minha esposa” [H22].	“Falta de paciência com o marido” [M11].
	“A falta de tempo para dedicar à esposa por causa do serviço” [H38].	“Dificuldades conjugais por não ter tempo para namorar” [M16].
	“A distância da minha esposa, devido ao seu horário de trabalho” [H48].	“A esposa fica para depois. Fico tão cansada e só quero dormir” [M17].
	4	13
Limitações em relação ao cuidado da casa		“A casa fica sempre para trás” [M37].
		“O serviço doméstico fica para depois” [M39].
		“Chegar tarde em casa e fazer o trabalho doméstico” [M43].
		“Fico sem tempo para cuidar da casa” [M49].
	0	10
Prejuízos nas atividades relacionadas ao autocuidado, lazer, trabalho ou estudo	“Gostaria de ter mais tempo e mais liberdade para seguir com a minha vida profissional” [H20].	“Falta atenção para as coisas que faço para mim” [M9].
	“Sinto falta de tempo para atividades de lazer” [H22].	“O difícil é conciliar estudo e trabalho” [M10].
		“Falta tempo para as atividades pessoais” [M20].
		“Ser profissional, mãe e esposa, tem que ter tempo para você” [M40].
	2	6

A maior dificuldade encontrada entre os homens (n = 33) e mulheres (n = 30) foi a administração do tempo e o cansaço decorrente do excesso de atividades, uma vez que estes consideraram que responsáveis por atividades que não tinham tempo para realizar. As respostas dessa primeira categoria disseram respeito a dificuldades na conciliação dos três âmbitos: profissional, conjugal e parental. Quando considerado que a grande maioria dos participantes encontrava essas dificuldades, pode-se pensar em problemas na rede de apoio, seja na delimitação do trabalho para profissionais que têm filhos, seja na divisão de tarefas domésticas, seja no uso de serviços para auxiliar nos cuidados com o filho e organização da casa. Nas quatro categorias subseqüentes, captam-se algumas especificidades das dificuldades em cada esfera. Entre as categorias específicas, aquela que foi mencionada com maior frequência foi relativa às limitações encontradas em envolver-se com os filhos, comentado por 6 homens e 14 mulheres, destacando-se a escassez de tempo para desenvolver atividades com e dar atenção aos filhos. Parece que esses respondentes estavam insatisfeitos com a necessidade de contar com outros para realizar atividades que eles mesmos gostariam de fazer ou não possuíam energia para oferecer ao filho um acompanhamento mais próximo e mais amoroso. Acredita-se que seria necessário encontrar estratégias para diminuir as outras demandas que esses pais enfrentavam, para que pudessem contar com mais tempo para o acompanhamento infantil. A próxima categoria específica com segundo maior número de relatos foi a que dizia respeito às limitações para dedicar ao casamento comentado por 13 mulheres e 4 homens. Como no caso do envolvimento com os filhos, essa era uma dificuldade que só poderia ser sanada com a diminuição das outras demandas. No caso do envolvimento conjugal, imagina-se que normas culturais sobre a importância predominante do cuidado com os filhos, façam com que os casais sintam-se sem condições de investir tempo no fortalecimento do vínculo conjugal, em atividades que não incluem os filhos. Outra categoria específica que contou com o relato somente de mulheres (n = 10), retrata problemas com a

realização de tarefas domésticas. A não menção dessa categoria por parte dos homens parece indicar que esses não se responsabilizam pela a solução das dificuldades nessa área. Esse dado mostra a diferença nos impactos psicológicos dos envolvimento com a casa de cada parceiro, já que as mulheres dedicavam um número significativamente maior de horas do que os homens a estas tarefas. Esse tipo de demanda poderia ser amenizado com o acesso a serviço de terceiros, recurso não acessível a todas as famílias participantes, como será visto na próxima seção de resultados. Por fim, as dificuldades relacionadas ao autocuidado, lazer e aprimoramento profissional foram citadas por 2 homens e 6 mulheres, indicando que uma pequena parte dos participantes se ressentia muito com falta de tempo para desenvolver atividades desta natureza. No total 78% dos homens e 94% das mulheres comentaram sobre dificuldades na conciliação do trabalho com a família, de forma que nota-se que no início da vida familiar os dois cônjuges sofrem para manter envolvimento de qualidade nestas duas esferas. Como discutido por Prado *et al.* (2007) e Matias *et al.* (2009), as mulheres ainda tendem a sentir maiores dificuldades no equilíbrio trabalho família, devido as maiores responsabilidades em relação à casa e aos filhos, acentuada pela maior pressão social relativa à tradição patriarcal que induz as mulheres a sentirem-se responsáveis pelas demandas familiares e terem de dar conta paralelamente das rotinas de trabalho. No decorrer do tempo, conforme os homens e mulheres passarem a envolver-se de uma forma mais similar nas atividades familiares, acredita-se que, caso não surjam novos padrões e serviços para lidar com as demandas dessa fase da vida familiar, ambos apresentarão o mesmo grau de preocupação. As grandes dificuldades para manter uma relação conjugal, progredir na carreira e ter filhos poderão criar uma situação de desincentivo para assumir e para sustentar esse conjunto de responsabilidades, refletida na queda da natalidade brasileira, o adiamento da paternidade e, até a opção por não ter filhos.

3- Recursos do Ambiente

Diante de uma realidade em um grande número de homens e mulheres opta por constituírem uma família e engajarem-se em atividades profissionais, a existência de recursos de terceiros tem se tornado imprescindível para garantir cuidados adequados para as crianças e o cumprimento de tarefas essenciais para a rotina familiar e profissional. A respeito da necessidade de recursos externos requeridos pelo casal, Dessen e Braz (2000) e Possati e Dias (2002) ressaltam que a rede de apoio com a qual este pode contar é de extrema importância para o equilíbrio satisfatório entre as diversas demandas enfrentadas. Esta rede de apoio seria constituída por diversos elementos, dentre eles: a existência de políticas públicas que assegurem o vínculo empregatício de pessoas com filhos pequenos; o apoio no local de trabalho para flexibilizar horários laborais e adequar as obrigações à fase da vida pessoal do funcionário e o acesso aos serviços ou às instituições de ensino que oferecem programas de qualidade para crianças na sua primeira infância. O apoio da família extensa também ocupa um espaço, muitas vezes, importante na rotina de cuidados da criança, sendo oferecido mais freqüentemente pelas avós. Sendo assim, a rede de apoio presente no cotidiano dos participantes e a satisfação com esta são aspectos relevantes na conciliação entre as atividades profissionais e familiares (Brown *et al.*, 2008).

3.3 – Recursos externos disponíveis que auxiliavam no equilíbrio trabalho-família

3.3.1 – Recursos no ambiente de trabalho profissional

Os recursos presentes no ambiente profissional podem ser de grande auxílio para a conciliação de demandas existentes no trabalho e na família. Assim, perguntou-se aos participantes sobre ofertas deste tipo para pais com filhos pequenos. Dos participantes, 7

homens e 19 mulheres responderam afirmativamente a essa questão, fato que ressalta que estas estratégias são mais percebidas pelas mulheres até porque, como os dados deste estudo têm mostrado, elas passam mais tempo lidando com as demandas conjuntas destas duas áreas, de forma que podem necessitar de maior apoio de seus empregadores para conseguirem manter seus empregos. Diante da existência de recursos, os participantes foram questionados a respeito dos tipos de recursos que utilizavam. Foram elencaram quatro tipos diferentes de recursos principais: existência de creche no local de trabalho ou apoio financeiro para a contratação de serviços educacionais, citada por 5 homens e 6 mulheres; flexibilidade de horário que permitia que o funcionário se ausentasse do trabalho em momentos em que precisava realizar uma atividade familiar (por exemplo, para levar o filho ao médico), citado por 14 mulheres, mas por nenhum dos homens; acesso a convênio de saúde, relatado por 3 homens e por 1 mulher e, por fim, existência de local para lazer, mencionado por 1 homem apenas.

Uma análise desses apoios indica que somente as mulheres tinham como uma forma de recurso a utilização de horários flexíveis de trabalho. Na realidade existiam dois tipos de situações. A utilização deste recurso indica que essas mulheres responsabilizavam-se pelas atividades familiares que precisavam ser realizadas no horário de trabalho com maior frequência que os homens participantes. Acompanhar os filhos em situações relativas à saúde ou educação é algo desejado pelos pais, entretanto, quando analisada a progressão profissional, ausentar-se do trabalho ou ter demandas familiares que se chocam com as atividades laborais pode resultar em problemas como o não incentivo ao crescimento profissional ou até mesmo a percepção do empregador de falta de comprometimento do funcionário. Assim, esses dados apresentam novos indícios a respeito das pequenas diferenças nas trajetórias laborais percorridas por homens e mulheres, que ao longo da carreira acabam por limitar a ascensão profissional das mulheres.

Embora os apoios anteriormente citados estivessem presentes no ambiente de trabalho dos participantes, nem sempre estes recursos eram considerados suficientes para garantir que os trabalhadores conseguissem conciliar de forma adequada essas diferentes demandas.

3.3.2- Recursos desejados pelos participantes, não existentes no ambiente de trabalho

Procurou-se conhecer quais os recursos adicionais que os participantes desejavam, isto é, formas de auxílio no local de trabalho que facilitariam o equilíbrio das responsabilidades profissionais e familiares. Dos participantes, 16 homens e 22 mulheres não responderam a essa questão por considerarem que não seria possível a introdução de outros recursos no local onde trabalhavam. Este tipo de resposta evidencia a concepção de alguns participantes de que o trabalho é uma esfera completamente separada da família, de forma que as demandas familiares não devem modificar as rotinas de trabalho. Em situações onde as exigências familiares e laborais se chocam, estes participantes poderiam estar optando por fazer concessões em sua convivência com os familiares ou mesmo em atividades relativas ao lazer ou que contribuem com a qualidade de vida.

Os demais participantes conseguiram apontar tipos diferentes de recursos desejáveis que pudessem ser oferecidos por suas instituições empregadoras, que muitas vezes eram apoios que já existiam para outros participantes: oferta de planos de saúde (11 homens e 7 mulheres); apoio ou flexibilidade de horários (4 homens e 14 mulheres); locais para o cuidado das crianças no ambiente de trabalho ou auxílio para estudo dos filhos (12 homens e 5 mulheres); redução da jornada de trabalho (3 homens e 7 mulheres); maior auxílio financeiro em forma de salários ou benefícios (8 homens e 4 mulheres) e, por fim, locais para atividade de lazer (5 homens).

Algumas considerações podem ser tecidas para explicar as diferenças nas respostas dos homens e mulheres. A primeira é que as mulheres percebem a flexibilidade de horário no trabalho como uma ferramenta importante na conciliação de atividades familiares e profissionais para lidar com demandas familiares urgentes que poderiam surgir durante o seu expediente de trabalho. Ou seja, as mulheres talvez estivessem utilizando estratégias para garantir o andamento adequado do trabalho profissional durante sua ausência, evitando danos importantes em relação as suas responsabilidades laborais (por ex., aplicando um padrão de menor qualidade, porém aceitável para o seu trabalho; aumentando a rapidez na execução de tarefas; delegando algumas atividades para colegas ou mesmo adiando a execução de tarefas para depois de seu retorno). O foco dos homens foi distinto. Ao invés de se preocupar com apoios no ambiente de trabalho para os momentos quando houvesse uma sobreposição de demandas familiares com as profissionais, estes notavam a ausência de apoios mais estruturais para garantir os cuidados do dia a dia para seus filhos. Assim, sentiam necessidade de creches ou auxílio financeiro. Um número maior dos homens do que das mulheres que participaram deste estudo trabalhava em empresas. No geral, são as empresas de maior porte que oferecem creche no local de trabalho ou apoio financeiro adicional para o cuidado de crianças pequenas. No entanto, a legislação brasileira vigente exige que a organização ofereça este tipo de apoio apenas quando há um número considerável de mulheres no seu quadro de funcionários. Assim, acredita-se que os homens sentiam que seria possível existir este tipo de apoio no seu local de trabalho, mas que não podiam contar com este por questões de gênero. Além disso, um número maior de mulheres sentia necessidade de redução da sua jornada de trabalho, o que indica que desejavam ter maior disponibilidade de tempo para estar em casa com seus filhos. Já os homens desejavam poder contar com maior remuneração para contratação de recursos. Ou seja, as mulheres pareciam preferir ter maior disponibilidade de tempo para envolver-se pessoalmente com as atividades familiares, enquanto os homens pensavam em

obter maiores recursos para que pudessem delegar estas tarefas para terceiros. Estas diferentes visões de como assegurar a qualidade dos cuidados para os filhos demonstram a influência de padrões de gênero socialmente construídos.

3.3.3 – Apoio emocional do cônjuge como recurso para o equilíbrio trabalho-família

A necessidade e o interesse obter apoio no ambiente de trabalho dependem, no entanto, da quantidade e tipos de envolvimento diretos de cada um dos pais com os seus filhos e apoio emocional que um oferece ao outro. Desta forma, do ponto de vista de cada um dos cônjuges, sua capacidade para lidar com compromissos profissionais, depende, além dos recursos no ambiente de trabalho, do envolvimento do seu parceiro conjugal na execução das tarefas que fazem parte da rotina familiar e a valorização que este demonstra para com as atividades profissionais do outro. Na Tabela 19 são apresentados os dados referentes à satisfação de homens e mulheres em relação ao apoio emocional que recebiam de seu cônjuge nos momentos em que ocorriam conflitos entre trabalho e família.

Tabela 19
Satisfação com o apoio emocional recebido do cônjuge (N = 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
7,5	2,09	7,6	2,13

Diferença estatisticamente não significativa.

Nota: A escala variou entre 1, muito insatisfeito e 10, muito satisfeito.

Não houve diferença significativa entre os sexos em relação à satisfação com o apoio emocional recebido do cônjuge. O fato das médias situarem-se acima de 7 pontos demonstram a satisfação razoável sentida pelos participantes em relação a esse apoio. Uma elevada satisfação com o apoio conjugal, de acordo com Norgren *et al.* (2004), favorece aos cônjuges sentirem-se apoiados e protegidos, sendo um casamento satisfatório uma forma de refúgio e

conforto em relação aos estressores externos, o que demonstra a importância da percepção favorável desse tipo de apoio.

O apoio mútuo entre os cônjuges pode ser um recurso importante para a conciliação entre trabalho e família. Entretanto, além do próprio cônjuge e recursos no ambiente de trabalho, é importante verificar se estes casais contavam com outras fontes de apoio significativas.

3.3.4 – Recursos externos para a realização de tarefas domésticas

Perguntou-se aos participantes se estes recebiam apoio para a execução de tarefas domésticas e qual o tipo de apoio recebido. Considerando-se que todos os casais eram casados, esperava-se que estes respondessem de forma semelhante a esta questão, o que não foi o caso. A participação do cônjuge foi citada por 5 homens e 16 mulheres, indicando que as mulheres consideravam seus maridos como fontes de apoio mais do que homens consideram suas esposas. Essa diferença parece indicar que o trabalho doméstico das esposas estivesse passando despercebido por seus maridos, talvez por fazer parte das expectativas sobre o papel doméstico da mulher, mas não do papel doméstico do homem. Estas afirmações são confirmadas por estudos de Wagner *et al.* (2005). Além da participação do cônjuge, o auxílio de familiares que não residiam na casa dos participantes, principalmente mães e sogras, foi outro recurso mencionado, citado por 12 homens e 11 mulheres, ressaltando a importância do auxílio das mães dos participantes mesmo após o casamento de seus filhos, como já constatado por Dessen e Braz (2000). A contratação de funcionárias domésticas foi citada por 14 homens e 21 mulheres. Este tipo de ajuda muitas vezes é utilizado semanal ou quinzenalmente e pode se limitar a alguns tipos de tarefas domésticas como passar roupas ou limpar a casa. Como na grande maioria das vezes são as mulheres que contratam estas

funcionárias e lhes dão as instruções, este tipo de apoio poderia estar passando despercebido pelos homens, já que estes não eram responsáveis pela manutenção destes serviços.

As demandas familiares não se resumem à execução de serviços domésticos, sendo o cuidado de filhos pequenos parte imprescindível das demandas familiares, incluindo tarefas que podem ultrapassar as possibilidades do casal entre pais que trabalham. Assim, para que a vida laboral e familiar destes seja mantida adequadamente, são necessários diferentes tipos de apoios.

3.3.5 – Recursos externos para o cuidado dos filhos

Uma necessidade de grande impacto para pais que têm filhos pequenos e trabalham fora de casa é a existência de cuidadores confiáveis que possam ficar com seus filhos enquanto estes estão fora de casa. Os participantes foram questionados sobre as pessoas que cuidavam de seus filhos em sua ausência. Notou-se que os membros do mesmo casal não necessariamente apresentavam a mesma percepção a respeito dos cuidadores, fornecendo respostas diferentes para as questões. Dentre os recursos para cuidado dos filhos disponíveis aos participantes, instituições de educação infantil foram mencionadas por 27 homens e 22 mulheres. Estes números indicam a expressiva participação das instituições de ensino infantil nos cuidados das crianças menores de cinco anos. Um segundo recurso utilizado pelos participantes referiu-se ao auxílio de familiares, principalmente avós, sendo uma resposta citada por 34 homens e 33 mulheres. Nota-se que as avós foram o recurso externo mais mencionado pelos participantes para o cuidado de seus filhos. Deste modo, nota-se que as avós desempenham importante papel na rotina familiar, seja no auxílio à execução de tarefas domésticas, seja nos cuidados dos netos pequenos (Dessen e Braz, 2000). O cônjuge como um dos cuidadores foi um recurso citado por 4 homens e 4 mulheres. Como pode ser visto na

seção sobre os envolvimento dos participantes, os homens tem se responsabilizado de forma mais efetiva pelos cuidados dos filhos, o que não ocorre com tanta intensidade em relação às tarefas domésticas (Wagner *et al.*, 2005). A contratação de funcionários (babás) foi mencionada por 9 homens e 10 mulheres, bem inferior aos números referentes às instituições de ensino e avós. Embora as avós estivessem mais presentes do que outras pessoas, com a maior permanência das pessoas no mercado de trabalho, conjuntamente com a grande inserção laboral feminina, espera-se que o envolvimento de avós, com o tempo, diminua. Desta forma, outras estratégias para cuidados de crianças ou mesmo modificações na jornada de trabalho dos pais devem ser pensadas de forma a não prejudicar o desenvolvimento infantil e nem a carreira ou bem estar dos pais.

3.3.6 - Recursos externos desejados para a conciliação dos diversos envolvimento

Diante das informações sobre as pessoas já inseridas na rede de apoio do casal e tendo ciência das dificuldades enfrentadas pelos participantes, mesmo contando com esses recursos, procurou-se informações sobre o desejo de contar com outros recursos que facilitariam o equilíbrio entre trabalho e família (vide Tabela 20).

Tabela 20

Recursos externos desejados para facilitar o equilíbrio entre trabalho e família (N = 100)

Categorias	Relatos ilustrativos dos participantes	
	Homens	Mulheres
Diminuição da jornada ou carga de trabalho	“Menor carga de trabalho” [H7].	“Menos tempo trabalhando” [M4].
	“Diminuir horas trabalhadas” [H19].	“Menor carga horária no trabalho” [M13].
	“Reduzir minha carga horária de trabalho” [H35].	“Reduzir a jornada de trabalho” [M29]. “Trabalhar menos” [M40].
	10	11
Contratação de funcionário	“Ter auxílio de funcionário no trabalho doméstico” [H39].	“Uma empregada doméstica” [M1]. “Uma pessoa para ajudar no serviço de casa” [M17]. “Ter uma empregada doméstica” [M31].
		15
Fatores relacionados ao tempo	“Dividir melhor o tempo” [H9].	“Ter mais tempo” [M12].
	“Conseguir mais tempo” [H37].	“Organizar melhor meus horários” [M14].
	“Um pouco mais de tempo” [H45].	“Ter mais tempo para a família” [M50].
	11	4
Habilidades pessoais	“Ser mais calmo e manter um ótimo relacionamento com todos” [H10].	“Ter mais paciência e parar de me cobrar tanto” [M9].
	“Mais paciência” [H13].	“Estabelecer rotinas de organização para aliviar ambos os lados” [M29].
	“Eu precisaria saber falar não” [H34].	“Usar o diálogo para resolver os problemas” [M40].
	8	3
Maior participação do cônjuge		“Se meu marido me ajudasse em casa sobraria mais tempo para nós” [M10].
		“Divisão de tarefas entre o casal” [M21].
		“Meu marido me ajudar mais” [M24].
	0	6

Quando questionados a respeito dos recursos externos adicionais com os quais gostariam de contar para a adequada conciliação entre as demandas, um número próximo de homens e mulheres (10 e 11, respectivamente) apontaram que um recurso externo favorável seria a diminuição da carga horária de trabalho. Este resultado parece refletir o desejo dos participantes de ter mais tempo para a vida pessoal e familiar e poder se preocupar menos com a dedicação profissional nesta fase de suas vidas. Um recurso muito citado pelas mulheres (n = 15) e praticamente desconsiderado pelos homens (n = 1) foi a contratação de uma funcionária que assumisse uma parte dos serviços domésticos. Acredita-se que esse dado

indique mais uma vez que as mulheres, por serem responsáveis por grande parte do serviço doméstico executado pela família, eram as pessoas que sentiam necessidade de ajuda nesta área. Observa-se que o foco para a diminuição da sobrecarga, neste caso, é na terceirização de tarefas domésticas, preservando o envolvimento com os filhos e no trabalho profissional.

Alguns participantes, embora a pergunta remetesse a recursos externos, forneceram respostas relacionadas a recursos internos, como administração do tempo e desenvolvimento de habilidades pessoais, sendo que os homens ($n = 19$) forneceram esse tipo de resposta mais freqüentemente que as mulheres ($n = 7$). Aparentemente, um número maior de homens do que de mulheres acreditava que seria capaz de aprimorar suas habilidades a fim de melhorar a conciliação entre o trabalho e a família.

Dos participantes, 6 mulheres disseram que desejariam de receber maior ajuda do cônjuge, principalmente, no auxílio em relação às tarefas domésticas. Entende-se que estas seis mulheres sentiam-se sobrecarregadas com as tarefas domésticas e não obtinham ajuda de seus cônjuges, ao mesmo tempo em que consideravam que estes poderiam lhe oferecer mais ajuda. Nenhum dos homens relatou esperar mais apoio do seu cônjuge. Ao longo do tempo, se as expectativas dos membros do casal em relação ao auxílio de seu cônjuge não forem cumpridas, pode haver conflitos entre eles. Em relação ao desejo de contar com recursos externos adicionais, observa-se que o olhar das mulheres focou o apoio de terceiros muito mais do que no caso dos homens. Tendo em vista a maior sobrecarga que as mulheres desta amostra apresentaram, faz sentido que um número maior delas do que dos homens relate o desejo de terceirizar tarefas do seu cotidiano.

4- Satisfação com os envolvimento

Nesta seção dos resultados serão apresentados dados a respeito do nível de satisfação dos participantes, com os diferentes aspectos de suas vidas. O primeiro aspecto a ser analisado é a satisfação dos participantes com as atividades profissionais que realizavam.

4.1 - Satisfação com trabalho

A satisfação no trabalho é entendida como complexa e dinâmica, envolvendo a interação das condições gerais de vida dos indivíduos, das relações interpessoais estabelecidas no ambiente profissional, do processo do trabalho e do controle que o trabalhador possui sobre suas condições de vida e de desempenho profissional (Silva, *et al.*, 2009b). Esses autores apontam para o fato de que as exigências de produtividade e aperfeiçoamento constantemente presentes nas carreiras e atividades de trabalho contemporâneas têm propiciado uma menor preocupação dos empregadores e dos próprios funcionários com a satisfação que estes sentem ao desenvolver suas rotinas laborais. Para eles, a falta de satisfação com as atividades que realizam pode repercutir na qualidade de vida dos indivíduos, colaborando para o processo de adoecimento. Levando em consideração a importância da satisfação no trabalho para o bem estar das pessoas, perguntou-se aos respondentes sobre a satisfação que sentiam no exercício de suas atividades de trabalho (vide Tabela 21).

Tabela 21
Satisfação com o trabalho (N= 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
7,6	1,38	7,1	1,69

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, muito insatisfeito a 10, muito satisfeito.

Tanto os homens quanto as mulheres apresentaram satisfação acima de 7 pontos, não havendo diferença estatisticamente significativa entre os sexos. Segundo Silva *et al.* (2009a), a satisfação em relação às atividades profissionais é um aspecto importante para a vida dos indivíduos, uma vez que, o trabalho ocupa boa parte da rotina desses. A baixa satisfação no trabalho poderia afetar a qualidade de vida dessas pessoas, podendo desencadear problemas de saúde físicos e psicológicos. Deve-se salientar que mesmo descrevendo dificuldades na conciliação entre as atividades familiares e laborais, as mulheres apresentaram medidas de satisfação equivalentes as dos homens, destacando a importância do trabalho para a vida dos participantes de forma geral.

4.2 - Satisfação conjugal

A respeito da satisfação conjugal, Heilborn (2004) comenta que as relações conjugais brasileiras atuais são entendidas como uma relação social baseada na escolha do par amoroso e na expectativa da construção de projetos comuns de vida. Nessa perspectiva, Norgren *et al.* (2004) conceituam a satisfação conjugal como a possibilidade de cada um dos membros do casal ter seus desejos e necessidades atendidos, de forma que a satisfação com o relacionamento estabelecido se faz de grande importância para o bem estar individual e a manutenção do casamento. As medidas de satisfação conjugal são apresentadas na Tabela 22.

Tabela 22
Satisfação conjugal (N= 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
1,6	0,38	1,7	0,32

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, gosto de como tem sido; 2, gostaria que fosse um pouco diferente e 3, gostaria que fosse muito diferente.

A pontuação desta escala variava entre 1 e 3 pontos, sendo que quanto maior a pontuação, menor a satisfação conjugal. Desta forma, pontuações abaixo dos 2 pontos indicaram satisfação conjugal dos participantes, Não houve diferença significativa entre as médias de homens e mulheres, indicando satisfação conjugal semelhante. Este resultado é confirmado pelos dados apresentados na seção sobre apoio conjugal, que indicaram que participantes de ambos os sexos sentiam-se apoiados por seus cônjuges. Assegurar a satisfação conjugal se faz importante uma vez que como pontuado por Norgren *et al.* (2004), esta é indicativo da presença de sentimentos de bem estar, companheirismo, intimidade, afeição e segurança entre os cônjuges.

4.3 - Satisfação com o desempenho familiar

Outro aspecto considerado importante para o bem estar dos indivíduos e o equilíbrio das atividades profissionais e familiares diz respeito à percepção que homens e mulheres possuíam de sua satisfação com seu desempenho familiar (vide Tabela 23).

Tabela 23
Satisfação com desempenho familiar (N= 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
8,0	1,26	8,0	1,41

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, totalmente insatisfeito e 10, totalmente satisfeito

Os resultados indicam que tanto os homens quanto as mulheres apresentaram média de oito pontos em relação a sua satisfação com seu desempenho familiar. Essa pontuação demonstra que ambos os sexos, em média, encontravam-se satisfeitos com essa área de suas vidas. Considerando-se as discussões realizadas por Matias *et al.* (2008), a satisfação com o desempenho familiar tende a levar a uma percepção mais favorável dos benefícios trazidos pelo desempenho laboral.

Em relação a este bloco de resultados que trata da satisfação, detecta-se que os participantes dos dois sexos estavam satisfeitos com seus envolvimento nas três esferas avaliadas. Assim, embora existissem dificuldades para integrar as múltiplas demandas de suas vidas, os resultados alcançados estavam próximos as suas expectativas.

5 – Estado Psicológico

Passa-se a apresentar os resultados obtidos em relação o último componente do modelo de equilíbrio trabalho família, sobre o estado psicológico dos participantes.

5.1 – Satisfação com a vida

Para além da satisfação com o trabalho, relação conjugal e envolvimento familiar, a satisfação com a vida se remete ao bem estar global dos respondentes, por considerar aspectos como contatos sociais, atividades pessoais e de lazer. A percepção de satisfação também influencia outros sentimentos de bem estar dos indivíduos, sendo assim, um aspecto importante para analisar (vide Tabela 24).

Tabela 24
Satisfação com a vida (N= 100)

Homem		Mulher	
M	D. P.	M	D.P.
7,4	1,95	6,7	1,99

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, totalmente insatisfeito e 10, totalmente satisfeito

A análise dos resultados apresentados na Tabela 24 indica que os participantes de ambos os sexos apresentaram medidas de satisfação com a vida acima dos 6 pontos. A medida utilizada continha questões envolvendo atividades de lazer e cuidados pessoais, itens que geralmente se encontraram mais prejudicados na vida de pessoas que trabalham e têm filhos pequenos. A respeito da importância do tempo disponível para atividades pessoais e de lazer, Brow *et al.* (2007) comentam que a falta de tempo para essas atividades pode agir como um fator desencadeador de cansaço e desgaste. Vanalli e Barham (2008) também discutem os efeitos negativos da redução de tempo para esse tipo de atividade quando surgem dificuldades na conciliação entre as demandas familiares e profissionais.

5.2 – Estresse

As vivências de estresse incluem, de acordo com Margis, Picon, Cosner e Silveira (2003), a percepção de estímulos que provocam excitação emocional disparando um processo de adaptação que envolve distúrbios fisiológicos e psicológicos. A resposta ao estresse que cada pessoa manifesta seria o resultado da interação entre as características desta e as demandas do meio em que está inserida, melhor dizendo, a resposta ao estresse dependerá da percepção pessoal a respeito das demandas que lhe são impostas e a percepção da capacidade de satisfazê-las. Assim, a resposta aos eventos estressores compreende aspectos cognitivos, comportamentais e fisiológicos que possibilitam a seleção de condutas adequadas à situação e a preparação do organismo para a ação. A partir desta definição pode-se compreender que o processo de estresse ligado às dificuldades de integração de envolvimento familiares e

laborais parte da visão dos indivíduos sobre suas potencialidades e possibilidades de ação nestas duas esferas, comparadas com as demandas que têm que atender. As dificuldades resultam na percepção de estresse, devido a estes sentirem-se incapazes de dar conta das atividades a eles destinadas. Nesse sentido, buscou-se verificar a percepção de estresse dos participantes, sendo os resultados apresentados na Tabela 25.

Tabela 25
Estresse (N= 100)

Homem		Mulher	
<i>M</i>	<i>D. P.</i>	<i>M</i>	<i>D. P.</i>
4,7*	1,05	5,6*	1,25
$t(49) = 0,001$		$p = 0,02$	

**Diferença estatisticamente significativa.*

Nota: A escala variou entre 1, nunca e 10, sempre.

Os homens e as mulheres apresentaram níveis moderados de estresse, indicando que para os participantes de ambos os sexos, as demandas eram consideradas maiores que suas potencialidades, refletindo as dificuldades de lidar com as demandas diárias. Um fato a ser destacado é que as mulheres apresentaram níveis de estresse significativamente mais altos que os homens, indicando que para elas, o desajuste entre as demandas e os recursos parecia mais acentuado. Brow (2007) comenta que a percepção de estresse está relacionada com a pressão de tempo para conciliar as diversas demandas. Os sentimentos relativos ao estresse podem ser acentuados se o indivíduo tiver maiores oportunidade de praticar atividades de lazer e puder contar com apoio satisfatório, nos níveis familiar, comunitário e de políticas públicas. Diante destes dados, salienta-se a necessidade de criar recursos que auxiliem funcionários, pais de filhos na primeira infância, para que possam lidar com mais facilidades com as diferentes demandas desta fase, já que é fato notório que o estresse ao longo do tempo pode gerar graves prejuízos para a saúde dos indivíduos.

5.3 – Auto-estima

A auto-estima é definida por Moysés (2001) como a percepção que um indivíduo tem de seu próprio valor, ou melhor, o sentimento de valorização que acompanha a percepção que este tem de si mesmo. Esse autor destaca que a auto-estima diz respeito à disposição do indivíduo a reconhecer-se como uma pessoa de valor positivo, merecedora de respeito e com capacidade de enfrentar os desafios que a vida lhe impõe. Desta forma, conhecer a percepção de auto-estima dos participantes permite conhecer os sentimentos positivos e negativos que atribuem a si mesmos, o que sem dúvida influencia a forma como enfrentam as diversas situações que lhe são apresentadas e percepção destes em relação ao cumprimento satisfatório destas. Os resultados encontram-se na Tabela 26.

Tabela 26
Auto-estima (N= 100)

Homem		Mulher	
<i>M</i>	<i>D. P.</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>
8,4	1,11	8,2	1,29

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, discordo totalmente e 10, concordo totalmente.

Os resultados indicam médias superiores a oito pontos para ambos os sexos, dado considerado muito favorável em relação a essa amostra de participantes, uma vez que se considera que a crença de ser uma pessoa de valor é imprescindível para o enfrentamento das dificuldades diárias. A auto-estima dos participantes estaria ligada a sentimentos que estes possuíam de dar conta, mesmo que com grande esforço, dos diversos aspectos de suas vidas.

5.4 – Qualidade de vida

Outro aspecto considerado importante neste estudo foi a mensuração da percepção dos participantes em relação a sua qualidade de vida. A qualidade de vida e a saúde estão estreitamente ligadas. Assim, conhecer a frequência de realização dessas atividades traz um indicativo da forma como esses estão conseguindo conciliar suas atividades profissionais, familiares e pessoais. Os resultados encontram-se na Tabela 27.

Tabela 27
Qualidade de vida (N= 100)

Homem		Mulher	
<i>M</i>	<i>D. P.</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>
6,2	1,25	6,6	1,38

Diferença estatisticamente não significativa

Nota: A escala variou entre 1, nunca e 10, sempre.

No que se refere à medida de qualidade de vida, nota-se que tanto homens quanto mulheres relataram apresentar percepção de qualidade de vida por volta de seis pontos, sendo que as médias eram equivalentes para ambos os sexos. Deste modo, estes consideram que, para além de seus envolvimento mais fundamentais familiares e profissionais, não estavam conseguindo realizar, de forma suficientemente freqüente, outras atividades que contribuiriam para a prevenção de problemas de saúde e para a conquista do bem estar pessoal, neste momento de suas vidas.

Tendo em vista as diferenças constatadas entre os homens e mulheres em relação a algumas variáveis importantes do modelo de equilíbrio trabalho-família proposto pela autora, os resultados em relação à avaliação do modelo teórico foram analisados para ambos os sexos, como proposto no segundo objetivo do estudo. Tendo em vista as diferenças observadas nas respostas dos homens e mulheres no presente estudo, em conjunto com os resultados de outros estudos sobre impacto do gênero na sociedade contemporânea, serão apresentadas as análises do modelo separadamente para homens e mulheres, como descrito a seguir.

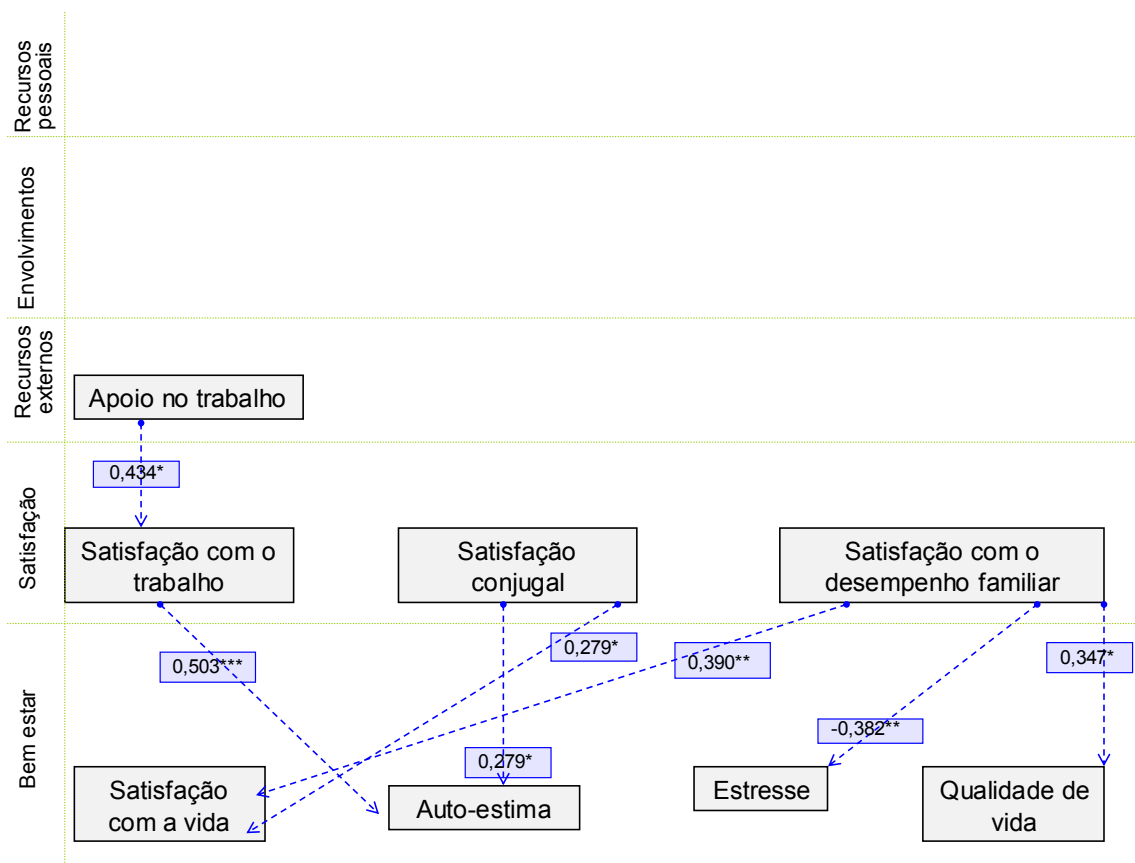


Figura 2: Significância das relações previstas pelo modelo de equilíbrio entre trabalho e família, para os homens (n = 50).

Com base nas análises realizadas para verificar a relação entre as variáveis do primeiro nível com as do segundo nível do modelo (envolvimentos), não se observou relações significativas entre as variáveis medidas, enquanto indicadores destes dois construtos, para os homens, seja para a dimensão profissional, conjugal, doméstico ou parental. Ou seja, variações na escolaridade, idade e renda dos homens não estavam relacionadas com variações no tempo que relataram dedicar aos envolvimentos profissionais, conjugal, doméstico e parental. Da mesma forma, no que diz respeito à relação entre as variáveis do segundo nível do modelo (envolvimentos) e as do terceiro nível (recursos externos), também não apareceu nenhuma covariação significativa, isto é, diferenças nestes quatro envolvimentos não estavam vinculadas com diferenças no uso de apoios seja no trabalho, do cônjuge ou de terceiros. Assim, aparentemente os homens não acessavam recursos externos em função das demandas

que enfrentam. Possivelmente, seu uso desses recursos depende da disponibilidade dos mesmos e não do seu contexto pessoal de vida. Desta forma, as necessidades dos homens não estão sendo contempladas na oferta de apoios e serviços, embora os homens participantes tenham relatado que gostariam de contar com apoios dessa natureza.

Observando-se as relações entre as variáveis do terceiro nível do modelo (recursos externos) com as do quarto nível (satisfação com os envolvimento) pode-se dizer que a percepção masculina de apoio no trabalho esteve relacionada à satisfação dos homens com suas atividades profissionais ($\beta = 0,434^*$). A percepção de recursos externos disponíveis no trabalho envolvia situações em que o participante necessitava de apoio dos colegas ou dos supervisores devido às suas demandas familiares. Desta forma, as iniciativas de seus colegas e empregadores permitiam que estes desfrutassem de seu envolvimento familiar. Para estes homens, o apoio de seus cônjuges e o apoio de terceiros não esteve relacionado com nenhuma medida de satisfação. Ou seja, para o homem sentir satisfação com seus envolvimento, a questão central foi contar com apoio no ambiente profissional, uma vez que os homens modificaram hábitos de trabalho tradicionais para assumir responsabilidades maiores na vida familiar.

Ao verificar as relações entre as variáveis do quarto nível do modelo (satisfação com os envolvimento) com as variáveis do quinto nível (bem estar), notou-se uma forte relação entre a satisfação no trabalho e a auto-estima dos homens entrevistados ($\beta = 0,503^{***}$). Assim, a satisfação com o desempenho profissional afetava a avaliação que estes faziam de si mesmos. Encontrou-se, também, que a satisfação conjugal masculina esteve relacionada com sua auto-estima ($\beta = 0,279^*$) e, de forma mais intensa, com sua satisfação com a vida ($\beta = 0,386^{**}$). Assim, quanto maior a satisfação com o relacionamento amoroso, mais fortes os sentimentos de valorização pessoal e ajuste geral entre as esferas de sua vida. Por fim, ainda relativo a esta análise, tem-se um dado que indica as mudanças que têm ocorrido com o papel

masculino, uma vez que este deixou sua função de provedor familiar e passou a assumir novas atividades junto à esposa e aos filhos. Desta forma, observou-se relações significativas entre a satisfação com o desempenho familiar e aspectos relacionados ao bem estar pessoal, tais como: satisfação com a vida ($\beta = 0,390^{**}$), estresse ($\beta = -0,382^{**}$) e percepção de qualidade de vida ($\beta = 0,347^*$). Desta forma, para os homens, o envolvimento familiar mais satisfatório estava associado com: níveis de estresse menores, felicidade mais intensa com suas vidas e atitudes mais positivas relativas a sua qualidade de vida. Esses dados indicam que, além de outros fatores, está havendo uma abertura para a participação afetiva do homem em seu ambiente familiar e demonstram a importância das relações familiares para o bem estar dos homens atuais.

Após a análise do modelo de equilíbrio entre trabalho e família para os homens, serão analisadas estas mesmas relações para os dados das mulheres participantes.

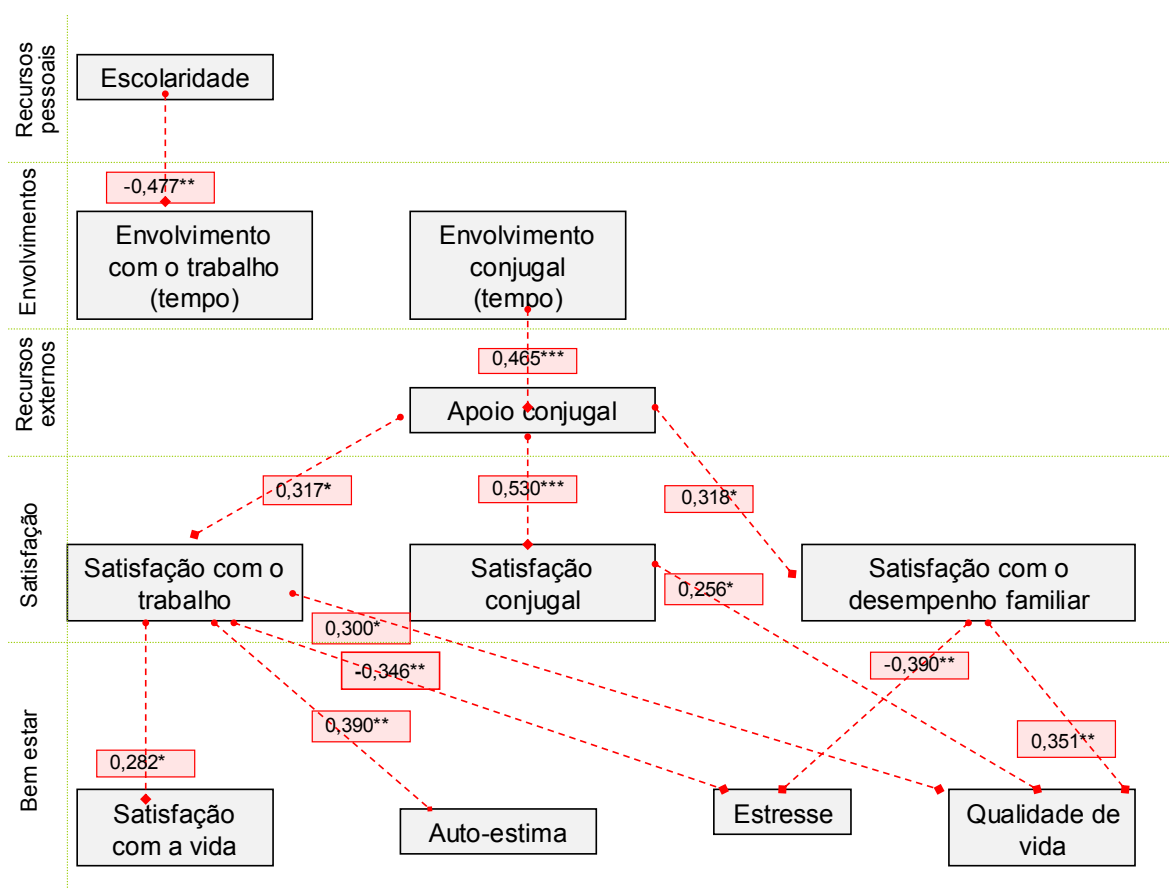


Figura 3: Significância das relações previstas pelo modelo de equilíbrio entre trabalho e família, para as mulheres ($n = 50$).

Na relação entre as variáveis do primeiro e do segundo nível do modelo, observou-se que a única variável que apresentou relação com os envolvimento das participantes disse respeito à renda destas ($\beta = -0,477^{**}$). Esse dado indica que quanto maior a renda das participantes, menor o período de tempo dedicado às atividades laborais. Certamente, poder optar por desempenhar no trabalho uma menor jornada durante o período que os filhos têm maiores necessidades de atenção e cuidados parece ser um aspecto importante para o equilíbrio entre o trabalho e a família. Em relação a essa análise, não foi encontrada relação direta entre a escolaridade e a idade das participantes e seus envolvimento, em termos de tempo despendido.

Observando-se a relação entre as variáveis do segundo e do terceiro nível do modelo, encontrou-se relação direta entre o envolvimento conjugal (tempo que os cônjuges passavam

juntos) e a percepção que as mulheres tinham de apoio conjugal ($\beta = 0,465^{***}$). Esse dado indica que, para as mulheres participantes, o tempo compartilhado com seus cônjuges é muito importante para sua percepção do apoio recebido de seus cônjuges, o que parece apontar para a importância não só do apoio instrumental, mas também do apoio emocional recebido do marido. Para essa análise, não houve relação entre os outros envolvimento das participantes e a percepção de apoio. Desta forma, o apoio do marido, que varia de forma contingencial com as necessidades da mulher, se destaca como um apoio de fundamental importância para as mulheres que trabalham fora. Para esta amostra os demais apoios são acessíveis ou não, mas sua acessibilidade não varia de acordo com sua necessidade. Ou seja, para assumir envolvimento maiores, estas mulheres dependiam do apoio de seus maridos.

Analisando-se as relações entre as variáveis do terceiro e quarto níveis do modelo teórico, verificou-se que o apoio conjugal esteve relacionado com a satisfação das mulheres em relação aos três aspectos analisados: satisfação com o trabalho ($\beta = 0,317^*$), satisfação conjugal ($\beta = 0,530^{***}$) e satisfação com o desempenho familiar ($\beta = 0,318^*$). Esses resultados demonstram a grande importância que essas mulheres atribuíam ao apoio conjugal para o bom desempenho em todas as áreas de suas vidas. A relação mais forte ocorreu entre a percepção de apoio conjugal e a satisfação conjugal, indicando que, para as participantes, a felicidade no relacionamento amoroso estava vinculada ao apoio recebido. A centralidade do apoio conjugal se destaca ainda mais quando se verifica que o apoio no trabalho e o apoio recebido de terceiros não estiveram relacionados com a satisfação das mulheres entrevistadas em relação ao trabalho, ao casamento e ao desempenho familiar. Destaca-se que a percepção de apoio no trabalho não se relacionou com a satisfação das participantes com suas atividades profissionais, talvez devido à baixa frequência desse apoio.

A análise das relações entre as variáveis do quarto e do quinto níveis do modelo revelou diversas ligações importantes. A primeira delas foi a satisfação das participantes com

o trabalho, que esteve relacionada com todos os aspectos do seu bem estar psicológico mensurados: satisfação com a vida ($\beta = 0,282^*$), auto-estima ($\beta = 0,390^{**}$), estresse ($\beta = -0,346^{**}$) e qualidade de vida ($\beta = 0,300^*$). Desta forma, é evidente a importância da satisfação com suas atividades profissionais para o bem estar das participantes. Ou seja, as atividades laborais estavam fortemente inseridas nos projetos de vida destas mulheres.

Nessa análise, outras relações significativas também foram observadas. A satisfação conjugal esteve relacionada com a percepção de qualidade de vida das participantes ($\beta = 0,256^*$) e a satisfação com o desempenho familiar de forma geral mostrou-se relacionado a baixos níveis de estresse ($\beta = -0,390^{**}$) e percepções de maior qualidade de vida ($\beta = 0,351^*$).

De forma geral, para as mulheres, a satisfação com a vida profissional, conjugal e familiar estava significativamente relacionada com sua qualidade de vida, de forma que estas esferas se mostraram de vital importância para as mesmas.

Comparando-se as relações significativas observadas para homens e mulheres para as variáveis medidas, baseado no modelo teórico apresentado, destaca-se a importância do apoio no trabalho para os homens sentirem-se satisfeitos no trabalho enquanto, no caso das mulheres, o apoio conjugal foi o fator com relação importante com sua satisfação com os diferentes aspectos de sua vida. No entanto, apenas a auto-estima dos homens foi influenciada por sua satisfação no trabalho, enquanto as demais medidas do seu bem estar foram influenciadas pela satisfação destes com a relação conjugal e seu desempenho familiar. Para as mulheres, a satisfação no trabalho estava significativamente relacionada com todos os indicadores de seu bem estar, ao mesmo tempo em que a satisfação conjugal e com o seu desempenho familiar também o afetaram. Ou seja, para os homens desta amostra, seu bem estar dependia muito da qualidade das relações que ele possui com seus familiares. Embora

este também tenha sido o caso das mulheres, sua satisfação com sua inserção profissional foi um fator que se infiltrou em todos os aspectos de seu bem estar.

Discussão final

Este estudo retratou um contexto de vida almejado por muitos jovens, quando pensam no seu futuro ideal. Os resultados relatados neste trabalho apontam que é um ideal que requer investimentos significativos, uma vez que cada casal precisa desenvolver habilidades, construir estratégias conjuntas e angariar os recursos necessários para equilibrar seus envolvimento múltiplos, num contexto social pouco apoiador. Ao mesmo tempo, com maior ou menor facilidade, todos os casais que participaram deste estudo encontraram formas de conciliar suas responsabilidades, mantendo envolvimento profissionais, conjugais e parentais satisfatórios e um estado de saúde mental adequado. Analisando de forma global os resultados obtidos com este estudo, são tecidas algumas reflexões finais.

Nota-se que, para os homens e mulheres participantes deste estudo, ainda estavam sendo traçados caminhos profissionais e familiares distintos. Embora participantes de ambos os sexos estivessem se envolvendo com as demandas familiares e profissionais, estes envolvimento estavam sendo marcados por uma série de pequenas diferenças que levaram a vivências profissionais e familiares desiguais, sendo claramente marcadas por normas sociais baseadas na concepção de gênero.

As diferentes trajetórias profissionais e familiares de homens e mulheres notadas neste estudo podem passar despercebidas em uma análise que não conte com informações tão detalhadas. Por exemplo, embora a percepção de carga laboral, bem como a satisfação geral com as atividades de trabalho tenham sido similares para ambos os sexos, a análise dos relatos dos participantes indicou que mais mulheres que homens encontravam-se sobrecarregados pelas atividades de trabalho. A sensação de sobrecarga sentida por elas parecia estar relacionada com a sobrecarga também no ambiente familiar, no qual as mulheres desempenhavam uma parte maior das tarefas domésticas e de cuidados básicos com seus

filhos do que os homens. Esta divisão desigual gerou maior sobrecarga de atividades para as mulheres, prejudicando-as, em comparação com os seus cônjuges, não apenas em relação ao seu desempenho profissional, como também em relação à sua satisfação com seu desempenho familiar e, até mesmo em seu bem estar mais geral, como foi evidenciado nos resultados sobre os níveis de estresse.

Sem dúvida, no cenário atual, o nascimento do filho trouxe impactos profissionais muito mais negativos para as mulheres que para os homens. Os relatos masculinos a esse respeito indicam que o fato de terem tornado-se pais trouxe sentimentos de dedicação e responsabilidade, bem como, maior apoio dos colegas de trabalho. Estas percepções também estiveram presentes no relato das mulheres, entretanto, seus comentários também incluíam dificuldade em relação ao desempenho profissional e conflitos com supervisores e colegas, situação que não parece ter ocorrido entre os homens.

Nota-se que trabalhar para participantes de ambos os sexos era algo de grande importância em suas vidas, estando a satisfação com o trabalho relacionada à auto-estima de homens e mulheres. A essencial presença das atividades profissionais na vida das mulheres pode ser observada em função da satisfação que estas apresentavam em relação às atividades laborais e medidas relativas à diminuição do estresse, satisfação com suas vidas e, até mesmo à qualidade de vida. Tem-se assim, que trabalhar fora de casa para estas mulheres se tornou algo vital, da mesma forma que sempre foi para os homens.

Uma das principais diferenças entre os homens e mulheres, na esfera profissional, estava relacionada com os salários recebidos pelos participantes. As mulheres, embora possuíssem escolaridade semelhante a dos homens – e, portanto, qualificação para o trabalho similar -- exerciam atividades profissionais pelas quais recebiam salários significativamente menores que os homens. Essa diferença salarial também não poderia ser atribuída a diferenças nas horas trabalhadas, de forma que parece ser fortemente influenciada por padrões de gênero,

segundo os quais o trabalho feminino é visto como menos importante do que o masculino. Corroborando com isto, nota-se que as escolhas profissionais dos participantes continuam ligadas à histórica divisão do trabalho em função do gênero. No caso dos participantes deste estudo, e de forma ainda mais intensa para as mulheres, ficaram evidentes as dificuldades para manter seu envolvimento profissional e para assumir compromissos necessários para ascender em suas carreiras. Parte das mulheres optou por diminuir sua jornada de trabalho ou seu envolvimento com novos projetos durante a primeira infância de seus filhos. Por um lado, sua maior disponibilidade à família pode contribuir para o bem estar da família como um todo, mas a opção de reduzir seu envolvimento profissional também poderia marcar toda a extensão de sua carreira. A alta dedicação ao trabalho, incluindo longas jornadas e disponibilidade para quaisquer tarefas, continua sendo um dos critérios utilizados por empregadores para investir na progressão de funcionários.

A crença de que as mulheres devem ser responsáveis pelas tarefas familiares mostrou-se fortemente presente na forma como os participantes organizaram suas vidas e por meio de seus relatos sobre como demandas familiares eram tratados em seu ambiente de trabalho. Um dos exemplos é o apoio ínfimo que os homens relataram receber de seus empregadores durante a primeira infância de seus filhos. De acordo com a concepção patriarcal, os homens não necessitariam desse tipo de apoio, uma vez que não é esperado que vivenciem situações em que haja sobreposição entre as responsabilidades familiares e profissionais. Embora estes não contassem com apoio no trabalho, e nem mesmo conseguissem imaginar quais apoios lhes seriam convenientes nesta fase de suas vidas, estes estavam experimentando conflitos e percebendo os custos de ter que atender demandas simultâneas nestas duas esferas, de forma similar às mulheres. Em contraste, segundo os relatos das mulheres, as necessidades das funcionárias, mães de filhos pequenos, parecem ser mais visíveis aos olhos dos empregadores. Entretanto, os apoios oferecidos se limitavam a alguma flexibilidade de horário, que se

traduzia em permissões para se ausentar quando precisavam levar o filho ao médico ou ocupar-se de alguma atividade relativa a ele. Muitas vezes, estas horas tinham de ser repostas em outros momentos, o que não diminuía a carga de trabalho destas em dias nos quais as demandas familiares eram ainda maiores.

A escassez de estratégias no ambiente de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres, se torna um ponto para uma reflexão muito cuidadosa. Acredita-se que, atualmente, grande parte das pessoas, de ambos os sexos, desejam envolver-se em atividades profissionais, sendo estas importantes fontes de satisfação pessoal. Relacionar-se amorosamente e constituir famílias com filhos são anseios tão intensos quanto os profissionais para grande parte das pessoas. A partir do momento em que pessoas acreditam que ter filhos influi de forma negativa na progressão profissional ou, em sentido inverso, que seguir uma carreira de destaque é impeditivo para relações familiares saudáveis, estes homens e mulheres terão que fazer escolhas que sacrificarão suas vidas em uma ou mais esferas em relação ao padrão idealizado e esperado. Assim, podemos ter pessoas que “optam” por não terem filhos, pessoas que “escolhem” não progredir em suas profissões e pessoas que acabam atuando de forma muito precária em uma ou mais áreas de suas vidas em função de ideais irrealistas diante os recursos disponíveis. Assim, estas pessoas podem sofrer prejuízos em relação ao seu envolvimento com seus filhos, com seu cônjuge ou mesmo em suas atividades profissionais, podendo ressentir-se por esta situação e trazer perdas para seu empregador. O desgaste físico e psicológico pode trazer conseqüências para o seu bem estar como altos níveis de estresse. Diante das diversas possibilidades de prejuízos, as estratégias institucionais para filhos pequenos mostram-se, além de desejáveis, necessárias para o empregador poder contar com funcionários mais satisfeitos, motivados e saudáveis.

Embora imprescindíveis, não são só as estratégias no ambiente de trabalho que devem ser repensadas. A divisão de tarefas entre o casal também é de vital importância. Esta divisão

é controlada por diferentes expectativas de homens e mulheres quanto ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Os dados apontam que os homens participantes deste estudo se mostram satisfeitos com suas atuações domésticas e paternas, muito diferente das mulheres, que realizavam número muito maior de atividades que seus esposos e, mesmo assim, não se encontravam tão satisfeitas com seu desempenho quanto seus maridos. Assim, a divisão de tarefas inclui a modificação de crenças de ambos os cônjuges sobre os papéis sociais de homens e mulheres e a efetiva comunicação entre eles, para que possam atuar de acordo com padrões mais reais quanto às necessidades de envolvimento na esfera doméstica.

As políticas públicas para casais trabalhadores com filhos pequenos também devem ser repensadas. No Brasil existem leis que asseguram apenas a amamentação e cuidados de crianças muito pequenas, que embora tenha sido expandido para seis meses, não se aplica como direito a todas as mulheres trabalhadoras, já que as instituições podem optar por continuar aplicando a licença-maternidade de quatro meses. Além disso, as políticas públicas para homens que são pais limitam-se a um afastamento de cinco dias corridos, ação que dificulta demasiadamente o envolvimento paterno. Além disso, não existem políticas públicas efetivas que assegurem a atenção mínima necessária dos pais e mães para crianças ao longo da primeira infância.

As discussões deste estudo finalizam-se com a forte crença de que pouco se tem feito para auxiliar casais trabalhadores com filhos pequenos a enfrentarem as principais demandas provenientes da família e do trabalho e que podem tornar-se fonte de grande sobrecarga e estresse para esta população. As soluções não parecem ser fáceis e irão demandar investimento por parte dos casais, para que estes modifiquem suas concepções atuais e criem seus filhos sob novas possibilidades de divisão mais igualitária de responsabilidades familiares, por parte dos empregadores, que precisam modificar as normas e, por consequência, as estratégias utilizadas para gerenciar as demandas desta nova geração de

trabalhadores e por parte do Estado, por meio da implementação de públicas para oferecer serviços que garantem cuidados adequados para crianças durante o expediente de trabalho dos pais ao mesmo tempo que assegurem horários de trabalho, sem prejuízos para a renda, que permitem que funcionários possam atender determinadas demandas familiares que são importantes para manter as relações familiares saudáveis.

Considerações metodológicas

Em relação às limitações deste estudo, nota-se que os participantes estão todos localizados em uma única região do Brasil (região central do Estado de São Paulo), de forma que não seja possível generalizar os resultados para contextos nos quais as pessoas tenham outras crenças, hábitos ou recursos. Além disso, devido ao limitado número de participantes, sabe-se que os dados não captam todas as nuances das práticas da população desta região. Contudo, a amostra é variada em termos de nível sócio-econômico (considerando o perfil de casais que trabalham fora), acessibilidade de serviços para crianças na primeira infância e disponibilidade de redes de apoio informais, possibilitando conhecer algumas informações importantes sobre a realidade dessa fase da vida adulta em um contexto brasileiro, que envolve importantes demandas psicológicas simultâneas. Inicialmente, houve uma preocupação que a Técnica de Bola de Neve pudesse restringir a variabilidade da amostra. No entanto, parece que não foi o caso.

O roteiro de entrevista, embora extenso, foi respondido na íntegra por todos os participantes, refletindo a importância do assunto na vida dessas pessoas. Um número expressivo dos participantes solicitou um resumo dos resultados finais, demonstrando a relevância do assunto e seu interesse em saber como outros casais estão lidando com demandas similares.

Além disso, os dados colhidos nessa pesquisa permitem descrever quais as vivências desses casais que trabalham fora e têm filhos. No entanto, por não ser um estudo experimental nem longitudinal, não podem ser usados para avaliar o impacto das estratégias e recursos utilizados por estes casais, e não se sabe as conseqüências futuras desses envolvimento e formas de organizar a vida nesta fase. Por não ter sido objetivo deste estudo, também não foram comparados subgrupos de participantes que enfrentavam demandas diferentes (por ex.

cuidar de um filho apenas, um cônjuge que reside com a família apenas aos finais de semana, entre outras), ou que usavam diferentes serviços (por ex., educação infantil em tempo integral versus uma combinação de serviços pagos e familiares).

Indicações para pesquisas futuras

Uma vez que este estudo entrevistou os casais participantes em um único momento de suas vidas, considerou-se que pesquisas longitudinais que visassem acompanhar os casais ao longo do tempo pudessem ajudar a captar os impactos ao longo prazo que o uso de diferentes estratégias e recursos traria para o casamento, o cuidado de filhos, a progressão profissional e a qualidade de vida ou bem estar dos indivíduos.

Neste sentido, por exemplo, para avaliar o impacto da chegada dos filhos para o relacionamento conjugal, comparando casais que contam, ou não, com acesso a determinadas habilidades, serviços e apoios informais, seria necessário acompanhar os grupos de casais, investigando as vivências conjugais que tinham antes do nascimento dos filhos, como estas se modificaram com sua chegada e como o envolvimento entre os casais ocorre ao longo do crescimento dos filhos. Vale ressaltar a importância de elaborar intervenções e programas baseados em uma visão holística e sistêmica, uma vez que esforços para melhorar algum aspecto do equilíbrio entre o trabalho e família, que requerem um maior investimento de tempo em uma área, em detrimento de outra, precisam proporcionar benefícios que compensem os custos.

Referências Bibliográficas

- Aquino, E. M. L.; Menezes, G. M. de S.; Marinho, L. F. B. (1995). Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: desafios para um Novo Agir. *Cadernos de Saúde Pública*, v.11, n.2, Rio de Janeiro, pp. 281-290
- Amazonas, M. C. L. A.; Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 177 - 191.
- Anfara, V. A.; Brown, K. M.; Mangione, T. L. (2002). Qualitative analysis on stage: Making the research process more public. *Educational Researcher*, n. 31, p. 28-38.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, v.17, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 41-52.
- Barham, E.J.; Vanalli, A.C.G. (2012). Trabalho e Família: Perspectivas teóricas e desafios atuais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(1), jan-jun 2012, pp . 43-54
- Bonelli, M. G. (2005). Ideologias do profissionalismo em disputa na magistratura brasileira. *Sociologias*, n.13, pp. 110-135.
- Bonelli, M. G.; Cunha, L. G.; Oliveira; F. L.; Silveira, M. N. B. (2008) Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. *Tempo Social*. V. 20, n.1, São Paulo, pp. 265-290
- Bozon, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Caderno Pagu*, n.20, Campinas, pp. 131-156.
- Brito, J. C.; D'Acari, V. (1991). Referencial de análise para o estudo da relação trabalho, mulher e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v.7 n.2 Rio de Janeiro, pp. 201-214.

- Brown, P.; Cerin, E.; Warner-Smith, P. (2008). The work/life tension project: a perspective on how dual-earner parents experience time in Austrália. In Family, work and parenting international perspectives. Fontaine, A.M.; Matias, M. (Orgs.) Livpsic/Legis Editora. 127 pp.
- Bustamante, V. (2005a). Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*. Vol. 10, n.3, pp. 393 - 402.
- Bustamante V. (2005b). Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Cadernos de Saúde Pública*, v.21, n.6, Rio de Janeiro, pp. 1865 - 1874.
- CARNET: The Canadian Aging Research Network (1993). *Work and family: The survey findings for the work and eldercare research group*, Guelph, AN.
- Carvalho, M. L. M. (2003). Participação dos pais no nascimento em maternidade pública: dificuldades institucionais e motivação dos casais. *Cadernos de Saúde Pública*, v.9, supl. 2, Rio de Janeiro, pp. 389-398.
- Carvalho, M. L. O.; Pirotta, K. C. M.; Schor, N. (2000). Apoio: a forma predominante de participação masculina na regulação da fecundidade do casal. *Saúde e Sociedade*, vol.9, n 1-2, pp. 61 - 76.
- Cia. F. (2005). *O impacto do turno de trabalho do pai no desempenho acadêmico e no autoconceito de crianças escolares*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Cia. F.; Barham, E. J. (2009). O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, v.14 n.1, pp. 67 - 74.

- Cia. F.; D’Affonseca, S. M.; Barham, E. J. (2004) A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos. *Paidéia*, vol.14, n.29, Ribeirão Preto, pp. 277 - 286.
- Cohen, S.; Williamson, G. M. (1998). Perceived stress in a probability sample in the United States. In S. Spacapan & S. Oskamp (Orgs.). *The Social of Helth*. Newbury Park, C.A.: Sage. 31- 67 pp.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 46, pp. 1208 - 1233.
- Cooper, C. L.; Lewis, S. (2000). *E agora, trabalho ou família: pais e mães que trabalham fora aprendem como enfrentar as sobrecargas profissionais e familiares do dia-a-dia*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Tamisa.
- Corradi, A. A. (1999). *Trabalho e Família: Impactos de um sobre o outro*. Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Cyrino, R. (2009). Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologia*, n.1, Porto Alegre, pp. 66 - 92.
- D’Affonseca, S. M. (2005). *Importância do envolvimento materno para o autoconceito e desempenho acadêmico das crianças de baixo nível socioeconômico*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Dantas-Berger, S. M.; Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública* v.21, n.2, Rio de Janeiro, pp. 417 - 425.

- Dantas, C.; Jablonski, B; Feres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais e filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, v. 14; n.29, Ribeirão Preto, pp. 347 - 357.
- Dela Coleta, M. F. (1989). A medida de satisfação conjugal: adaptação de uma escala. *Psico*, v. 18, n. 2, pp. 90 - 111.
- Dessen, M. A.; Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, n.3, pp. 221 - 231.
- Diniz, G.R.S. (1999). Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. Em Terezinha Feres Carneiro. *Casal e Família: Entre a Tradição e a transformação*. Rio de Janeiro, Nau, pp. 31- 38.
- Falceto, O. G.; Fernandes, C. L. Baratojo, C; Giuliane, E. R. J. (2008). Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do latente. *Revista de Saúde Pública*. V. 42, n.6, pp. 1034 - 1040.
- Fiocruz (2010). www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=8&influid=34, consultado em 21/05/10.
- Freire, S. A.; Neri, A. L (2009). Metas de vida e investimentos pessoais na perspectiva de jovens, adultos e idosos. In. Falcão, D. V. S; Araújo, L.F. (Orgs.) *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados*. Alínea, Campinas, pp. 155 - 174.
- Freitas, W. M. F.; Silva, A. T. M. C.; Coelho, E. A. C.; Guedes, R. N. Lucena, K. D. T.; Costa, A. P. P. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, n.1, São Paulo, pp. 85-90.

- Garcia, M. L. T.; Tassara, E. T. O. (2003). Problemas no casamento: uma análise qualitativa. *Estudos de Psicologia*, v.8, n. 1, Natal, pp. 127 – 133.
- Gomes, N. P.; Diniz, N. M. F.; Araújo, A. J. S.; Coelho, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir de categorias de gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, v.20, n.4, São Paulo, pp. 504-508.
- Gomes, I. C.; Paiva, M. L. De S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: Possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. spe., pp. 3 - 9.
- Gomide, P. I. C. (2009). A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. *Estudos de Psicologia*, v.26, n.1, Campinas, pp.25 - 34.
- Graham-Bermann. S. (2001). *Escala de Autos-cuidados*. Trabalho apresentado por Nunes, C. C. e Williams, L. C. A., no Congresso Internacional de Crianças Expostas à Violência Doméstica, London, Canadá.
- Gravena. A. C. (2006). Retorno ao trabalho após o nascimento de um filho: percepções de professoras sobre sua experiência. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.
- Heilborn, M. L. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 217pp.
- IBGE (2011). www.ibge.gov.br – site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consultado em 15/07/2011.
- Itaboraí, N. R. (2002). *Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984- 1996): comparações por classe social*. Apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais realizado em Ouro Preto, Minas Gerais.

- Jablonsky, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, vol.30, n.2, pp. 262-275.
- Jonathan, E.G.; Silva, T.M.R. (2007). Empreendedorismo Feminino: Tecendo A Trama De Demandas Conflitantes. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 77-84, jan/abr. 2007.
- Lazarus, R.S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Lopes, C. M. S. (2006). Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Caderno Pagu*. n.26 Campinas, pp. 405 - 430.
- Machado, F. R. (1999). A conciliação entre trabalho e família e a percepção de suporte social na perspectiva de docentes da rede pública de ensino do interior paulista. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo.
- Margis, R; Picon, P. Cosner, A.F. e Silveira, R.O. (2003). Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Revista de Psiquiatria*, v. 25, suplemento 1, pp. 65 - 74.
- Matias, M., Andrade, C., Fontaine, A.M. Biasoli, Z. e Martinez, C. (2008) Gender differences in family to work facilitation in Portuguese and Brazilian families. Research in family, work and parenting international perspectives. Fontaine, A.M.; Matias, M. (Orgs.) Livvpsic/ Legis Editora. 127pp.
- Meneghel, S. N. *et al.* (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, v.19, n.4, Rio de Janeiro, pp. 61- 86.
- Montigny, F; Lacharete, C; Amyot, E. (2006). Becoming a parent: a model of parents' post-partum experience. *Paidéia*, v.16, n.33, Ribeirão Preto, p.25-36.
- Motta, C.C.L.; Crepaldi, M.A. (2005). O pai no parto e o apoio emocional: a perspectiva da parturiente. *Paidéia*, v.15. n.30, Ribeirão Preto, pp. 105-118.

- Moysés, L. (2001). *A auto-estima se constrói passo a passo*. 6ª Edição, Campinas, SP: Papirus.
- Narvaz, M.G.; Koller, S.H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e Sociedade*, v.18, n.1. Porto Alegre, pp. 49 - 55.
- Norgren, M. B. P. *et al.* (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, v.9, n.3. Natal, pp. 575 - 584.
- Osório, L. C. (1997). A família como grupo primordial. In Zimerman, D. E. *et al.* *Como trabalhamos grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 424 pp.
- Patton, M. Q., (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. 2º Ed. Newbury Park: Sage Publications.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, v.17, n.2, pp. 31 - 40.
- Perucchi, J.; Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, v.19, n.2, pp. 56 - 69.
- Piccinini, C. A.; Rossato, C. R.; Marin, A. H.; Lopes, R. C.; Tudge, J. (2007). O nascimento do segundo filho e as relações familiares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.23, n.3, Brasília, pp. 253 – 262.
- Piccinini, C. A.; Silva, M. R.; Gonçalves, T. R. *et al.* (2004). O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 3, Porto Alegre, pp. 303 – 314.
- Pithon, G. (2008). Research on family, work and parenting: Fundamental contributions for better management of our everyday life. In Family, work and parenting international perspectives. Fontaine, A.M.; Matias, M. (Orgs.) Livpsic/ Legis Editora. 127 pp.

- Possati, C.; Dias, M. R. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem estar psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 2, pp.293 - 301.
- Prado, A. B.; Piovanotti, M. R. A.; Vieira, M. L. (2007). Concepções de pais e mães sobre o comportamento paterno real e ideal. *Psicologia em Estudo*, v.12, n.1. Maringá, pp. 41-50
- Ramos, I. M. (2002). *A mulher no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília. Ministério do Trabalho e da Administração, 21 p. (Mimeografado).
- Rosa, M. (2008). Ser homem segundo a tradição? *Fractal Revista de Psicologia*, v.20, n. 2, Rio de Janeiro, pp. 437 – 445.
- Rosenberg, M. (1965). Society and the adolescent self-image. Princeton University Press. In Echebria, E. (1997). *Vencendo a timidez*. São Paulo. SP: Mandarin.
- Sachsida, A.; Loureiro, P. R. A.; Mendonça, M. J. C.(2004). Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, vol.58, n.2, pp. 249-265.
- Sâmara, E. M. (2002). O que mudou na família brasileira: da colônia à atualidade. *Psicologia USP*, v.13, n.2. São Paulo, pp. 27 – 48.
- Sardinha, A.; Falcone, E. M. O., Ferreira, M.C. (2009). As relações entre satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 25, n.3, pp. 395 - 402.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Revista Interface*, v.5, n.8, Botucatu, pp. 47-69.
- Silva, M. R. S. *et al.* (2009a). Processos que sustentam a resiliência familiar: Um estudo de caso. *Texto-Contexto Enfermagem*, v. 18, n.1, pp. 92-99.

- Silva, M. R. S.; Lunardi, V.L.; Lunardi-Filho, W.D; Tavares, K.O. (2005). Resiliência e promoção de saúde. *Texto Contexto-Enfermagem*, v.14, n.spe, pp. 95-102.
- Silva, R.M.S. *et al.* (2009b). Análise quantitativa da satisfação profissional de enfermeiros que atuam no período noturno. *Texto-Contexto de Enfermagem*, v.18, n.2, pp. 298 - 305.
- Silva, M.R.; Piccinini, C.A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, vol.24, n.4, Campinas, pp. 561-573.
- Soares, J. S.; Carvalho, A. M. (2003). Mulher e mãe, “novos papéis”, velhas exigências: experiências de psicoterapia breve grupal. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.8, n. spe, pp. 39 - 44.
- Souza, N.H.S., Wagner, A., Branco, B.M.; Reichert, C.B. (2007). Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de casos. *Alethéia*, n. 26. Canoas, 109-121.
- Spindola, T; Santos, R.S. (2004). Trabalho versus vida em família: conflito e culpa no cotidiano das trabalhadoras de enfermagem. *Ciência em Enfermagem*, v.10, n.2, Concepción, 43-52.
- Strauss, A.; Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N.K. Denzin; Y.S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research*. Sage: Thousand Oaks, CA.
- Vanalli, A.C.G.; Barham, E.J. (2012). Divisão de demandas familiares em casais profissionais: percepção de professoras, mães de filhos pequenos. *Psicologia & Sociedade*, v.24(1). Jan/ abril, 130-138.

- Vanalli, A.C.G.; Barham, E.J. (2008). A demanda para políticas públicas adicionais para trabalhadores com filhos pequenos: o caso das professoras. *Temas em Psicologia*, v. 16, n. 2, pp. 231-242.
- Varoto, V.A.G. (2007). *Quando a Dependência Chegar*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo.
- Wagner, A., Predebon, J.; Mosmann, C. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n.2, v.2, pp. 181-186.
- Zanfelicci, T. O. (2009) Fatores de risco no envolvimento materno com filhos pré-escolares: Associações com estresse e burnout. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo.
- Zedeck, S., Mosier, K.L. (1990). Work in the family and employing organization. *American Psychologist*, 45, 240-251.



CAAE 0134.0.135.000-09

Título do Projeto: Equilíbrio trabalho-família: Compreendendo a conciliação entre profissão, paternidade e conjugalidade

Classificação: Grupo III

Procedência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Pesquisadores (as): Ana Carolina Gravena Vanalli, Elizabeth Joan Barham (orientadora)

Processo nº.: 23112.003909/2009-10

Parecer Nº. 435/2009

1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em ___/___/___ e ao término do estudo.

2. Avaliação do projeto

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU:

A proposta de estudo apresentada atende às exigências éticas e científicas fundamentais previstas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 17 de novembro de 2009.

Profa. Dra.  Cristina Paiva de Sousa
Coordenadora do CEP/UFSCar

Recursos pessoais

Idade:	
Cidade na qual reside:	
Escolaridade:	
() Fundamental incompleto	() Fundamental completo
() Médio incompleto	() Médio completo
() Superior incompleto	
() Superior completo	Em que curso? _____
() Pós-Graduação	Que tipo de pós-graduação? _____
Renda mensal:	

Envolvimentos

Envolvimento profissional
Profissão:
Jornada de trabalho:

Escala de carga de trabalho	
Indique o quanto você concorda com as afirmações em relação a sua carga de trabalho variando entre: 1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente.	
Tenho tempo suficiente para completar meu trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
No meu emprego tenho coisas demais para fazer.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Raramente consigo terminar o trabalho que tenho que fazer.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Freqüentemente tenho tempo sobrando.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Como você se sente em relação à quantidade de trabalho que realiza no trabalho?	

Escala de importância do trabalho para a identidade	
Indique o quanto você concorda com as afirmações em relação à importância do trabalho em sua vida, variando entre: 1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente	
Meu trabalho é parte importante de quem eu sou.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Eu continuaria trabalhando sem ter necessidade de dinheiro.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Eu trabalho mais por precisar do que por querer.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Meu trabalho ocupa um lugar importante em minha vida.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Eu me sinto valorizada por trabalhar.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de custos no trabalho	
Indique com que frequência as situações abaixo ocorrem em seu trabalho devido à conciliação de demandas entre o trabalho e a família, variando entre: 1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre.	
Faltar a reuniões.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Não participar de algum treinamento.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Reduzir as horas de trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ter um conflito com o superior.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Não conseguir se concentrar no trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Interromper o trabalho por problemas familiares.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Chegar atrasado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Precisar de tempo maior para o almoço.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ter que sair antes de terminar o expediente de trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Você notou alguma modificação em relação a sua vida profissional após o nascimento de seu filho? Em caso afirmativo, quais foram as modificações positivas e as negativas?	

Escala de ambiente interpessoal no trabalho	
Indique o quanto você concorda com as informações a respeito de seu ambiente interpessoal de trabalho, variando entre: 1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente.	
Quanto à chefia.	
Deixa claro que os funcionários não devem deixar sua vida pessoal interferir no trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ajuda no equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos funcionários.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Não demonstra consideração pelos compromissos pessoais dos profissionais	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Facilita as coisas quando os profissionais têm dificuldades em casa.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Respeita pouco com as responsabilidades familiares dos funcionários.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Importa-se com o andamento das coisas dos funcionários fora do trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Houve alguma modificação no seu relacionamento com o seu supervisor ou com colegas após o nascimento do seu filho?	
Em caso afirmativo, quais foram as modificações positivas e as negativas?	
Quanto às pessoas com as quais você trabalha.	
Você não pode falar sobre assuntos pessoais com seus colegas de trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Se tiver que perder meio dia de trabalho, há colegas que o substituem.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Há colegas de trabalho que o apóiam se você estiver passando por dificuldades pessoais.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Envolvimento conjugal
Estado civil: () casado civil () religioso () civil e religioso () união estável
Tempo de união:
Idade e sexo do filho:
Houve alguma modificação no seu casamento após o nascimento do seu filho? Em caso afirmativo quais foram positivas e quais foram negativas?

Envolvimento com as tarefas domésticas
Quantas horas diárias você gasta com as tarefas domésticas em um dia rotineiro da semana? Você se sente satisfeito com este tempo?
Quantas horas diárias você gasta com tarefas domésticas em um dia rotineiro do final de semana? Você se sente satisfeito com este tempo?
Você se sente sobrecarregado com as tarefas domésticas que realiza?

Envolvimento com o filho
Quantas horas por dia você dedica ao seu filho em um dia rotineiro de semana? Você se sente satisfeito com este tempo?
Quantas horas por dia você dedica ao seu filho em um dia rotineiro de final de semana? Você se sente satisfeito com este tempo?

Escala de cuidados básicos com o filho	
Indique com que frequência você realiza as seguintes atividades de cuidado com o seu filho, variando entre: 1, nunca; 5, às vezes e 10- sempre	
Dar banho ou ajudá-lo a tomar banho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Colocar roupas e/ou sapatos nele.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Dar alimentos ou ajudá-lo ou supervisioná-lo a comer sozinho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Levar ao médico ou outro tratamento de saúde.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Levar para creche ou escolinha.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Brincar com ele.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Dar remédios.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Levá-lo para passear.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Levá-lo para encontrar com outras crianças.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Consolá-lo durante a noite.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Colocá-lo para dormir.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Lavar e passar as roupas de seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Guardar brinquedos ou materiais de seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Cobrar algumas tarefas do seu filho?	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Buscar o filho para creche ou escolinha.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Participar de reuniões escolares.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de interação afetiva com o filho	
Indique com que frequência você realiza as seguintes atividades com o seu filho, variando entre: 1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre.	
Acaricia seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Brinca com ele na hora do banho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Canta para seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Conversa com seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Conta histórias para seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Passeia com seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Demonstra seu amor para seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Perde o controle com seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Faz brincadeiras.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Permite que ele explore o ambiente, supervisionando-o.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sorri para o seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Encoraja sua criatividade.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Faz seu filho dormir.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Deixa que ele faça algumas coisas por ele mesmo.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
É carinhoso com seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Quais as principais atividades que você sente para conciliar as demandas profissionais e familiares?

Recursos do ambiente

<p>No seu ambiente de trabalho são utilizadas estratégias para auxiliar mães e pais de crianças menores de cinco anos?</p> <p>Em caso afirmativo, quais são estas estratégias?</p>
<p>Quais seriam estratégias institucionais desejáveis que poderiam ser implementadas em seu ambiente de trabalho?</p>

Escala de apoio emocional recebido do cônjuge	
<p>Indique o quanto você se sente satisfeito com o apoio emocional que recebe de seu cônjuge, variando entre: 1, muito insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, muito satisfeito.</p>	
A ajuda que você recebe do seu cônjuge quando há conflitos entre compromissos familiares e de trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
O apoio emocional que você recebe de seu cônjuge.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Atenção que você recebe para conversar sobre assuntos que são importantes para você.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
O que seu cônjuge pensa sobre seu trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

<p>Você recebe ajuda para a realização de tarefas domésticas?</p> <p>Que tipo de ajuda?</p>
<p>Com quem seu filho fica enquanto você está trabalhando?</p> <p>Você recebe ajuda para a realização dos cuidados de seu filho?</p>
<p>Existe algum tipo de apoio ou recurso que se estivesse presente em sua vida poderia auxiliá-lo na conciliação das demandas profissionais e familiares?</p>

Satisfação com os envolvimento

Escala de satisfação com o trabalho	
Como você se sente em relação aos seguintes aspectos relacionados ao seu trabalho, variando entre: 1, muito insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, muito satisfeito.	
Salário.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Benefícios.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Qualidade da orientação que recebe do seu supervisor.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
O modo como seu supervisor o trata.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Relacionamento com os colegas de trabalho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ajuda que os colegas de trabalho dão a você.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Oportunidades para usar suas capacidades.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Quantidade de trabalho que tem que fazer.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Oportunidades reais para crescimento profissional.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Oportunidades de aprender coisas novas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Oportunidades para realizar o que realmente valoriza.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Bem estar naquilo que faz.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
De forma geral, satisfação no emprego atual.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de satisfação conjugal	
Indique como você se sente em relação aos seguintes aspectos de seu relacionamento conjugal, sendo que: 1, eu gosto de como tem sido; 2, eu gostaria que fosse um pouco diferente e 3, eu gostaria que fosse muito diferente	
O tempo que meu cônjuge dedica ao nosso casamento.	1 2 3
A frequência com que meu cônjuge me diz algo bonito.	1 2 3
O quanto meu cônjuge me atende.	1 2 3
A frequência com que meu cônjuge me abraça.	1 2 3
A atenção que meu cônjuge tem para com a minha aparência.	1 2 3
A comunicação com meu cônjuge.	1 2 3
O comportamento do meu cônjuge na frente de outras pessoas.	1 2 3
A forma como me pede para termos relações sexuais.	1 2 3
O tempo que dedica a si mesmo.	1 2 3
O tempo que dedica a mim.	1 2 3
A forma como se comporta quando está triste.	1 2 3
A forma como se comporta quando está chateado.	1 2 3
A forma como se comporta quando está preocupado.	1 2 3
A forma como se comporta quando está de mau humor.	1 2 3
A forma como meu cônjuge organiza sua vida e suas coisas.	1 2 3
As prioridades que meu cônjuge tem na vida.	1 2 3
A forma como passa seu tempo livre.	1 2 3
A reação do meu cônjuge quando não quero ter relações sexuais.	1 2 3

Anexo B - Entrevista

A pontualidade do meu cônjuge.	1 2 3
O cuidado que meu cônjuge tem com sua saúde.	1 2 3
O interesse que meu cônjuge tem pelo que eu faço.	1 2 3
O tempo que passamos juntos.	1 2 3
A forma como meu cônjuge procura resolver os problemas.	1 2 3
As regras que meu cônjuge faz para que sejam seguidas em casa.	1 2 3

Escala de satisfação com o desempenho familiar	
Indique sua satisfação em relação aos seguintes aspectos de seu desempenho familiar, variando entre: 1, totalmente insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, totalmente satisfeito.	
Atenção dada ao filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Serviço doméstico realizado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Proximidade com o filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Suporte financeiro oferecido à família.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Consegue fazer tudo o que precisa fazer para seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Qualidade dos cuidados que dedica ao seu filho.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Estado Psicológico

Escala de satisfação com a vida	
Indique sua satisfação com os seguintes aspectos de sua vida, variando entre: 1, totalmente insatisfeito; 5, nem satisfeito, nem insatisfeito e 10, totalmente satisfeito.	
Com seus contatos sociais.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Atividades que realiza para si mesmo.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Atividades de lazer que você realiza.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Satisfação com a sua vida.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de estresse	
Indique com qual frequência você tem as seguintes sensações, variando entre: 1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre	
Sinto-me sufocado pelas coisas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me de bem com a vida.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me ansioso ou preocupado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me capaz de manejar o estresse.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Tenho dificuldade para me concentrar	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me cheio de energia.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me incapaz de dar conta de tudo.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me calmo e relaxado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me cansado ou esgotado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto que está tudo sob controle.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Sinto-me capaz de fazer alguma coisa para diminuir os problemas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de auto-estima	
Indique o quanto você concorda com as seguintes afirmações em relação a sua auto-estima, variando entre: 1, discordo totalmente; 5, nem concordo, nem discordo e 10, concordo totalmente	
Sinto-me uma pessoa digna de apreço, pelo menos igual aos outros.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Acho que no fundo sou um fracassado.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Creio que tenho várias qualidades boas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Posso fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Tenho muitos motivos para sentir orgulho do que sou.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Tenho uma atitude positiva em relação a mim mesmo.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Em geral, estou satisfeito comigo.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Gostaria de me valorizar mais.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Às vezes me sinto verdadeiramente inútil.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Às vezes penso que não sirvo para nada.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Escala de qualidade de vida	
Indique com que frequência você realiza as seguintes atividades, variando entre: 1, nunca; 5, às vezes e 10, sempre.	
Alimentar-se regularmente (pelo menos três vezes ao dia).	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ter uma alimentação saudável (frutas, legumes, verduras).	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ir ao médico para prevenção.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ir ao médico quando necessário.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Quando ficar doente tirar tempo para repousar.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Fazer exercícios.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Tirar férias.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Dormir o suficiente.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Viajar aos finais de semana.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Ler coisas não relacionadas ao trabalho	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Dizer não a responsabilidade extra.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Manter contato com pessoas importantes em sua vida.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Permitir-se chorar.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Rezar ou orar.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10